



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

GEORGE HENRIQUE DE MOURA CUNHA

BRASIL, ARGENTINA E MÉXICO: OS TRÊS REIS DA AMÉRICA LATINA, 1870-1913.

**Brasília – DF
2012**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

BRASIL, ARGENTINA E MÉXICO: OS TRÊS REIS DA AMÉRICA LATINA, 1870-1913.

GEORGE HENRIQUE DE MOURA CUNHA

Tese apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Economia.

Professor Orientador: Doutor Roberto de Góes Ellery Júnior.

**Brasília – DF
2012**

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca da
Universidade XXXXXXX

A ficha catalográfica é confeccionada pela
Biblioteca Central.

Tamanho: 7cm x 12 cm

Fonte: Times New Roman 9,5

GEORGE HENRIQUE DE MOURA CUNHA

BRASIL, ARGENTINA E MÉXICO: OS TRÊS REIS DA AMÉRICA LATINA, 1870-1913.

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção de Doutor em Economia.

Banca Examinadora:

Prof. Roberto de Góes Ellery Júnior

Orientador – Departamento de Economia, Universidade de Brasília

Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto

Membro Titular – Departamento de Economia, Universidade de Brasília

Prof. Paulo Roberto Amorim Loureiro

Membro Titular – Departamento de Economia, Universidade de Brasília

Prof. Tito Belchior Silva Moreira

Membro Titular – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Católica de Brasília

Prof. Adolfo Sachsida

Membro Titular – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Católica de Brasília

Prof. Rogerio Boueri Miranda

Membro Suplente – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Católica de Brasília

Brasília – DF
2012

Dedico este trabalho a minha querida esposa (Ivonne), aos meus pais (Maria do Carmo e José Alvanir *in memoriam*) e os meus dois filhos: Marina (Dona Bimba) e Ricardo (Bidú).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ter sido realizado sem apoio do professor Roberto Ellery, com sua orientação, e de minha família com a sua paciência. As sugestões do professor Roberto Novaes me foram bastante úteis na construção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar um período atualmente pouco explorado na literatura econômica brasileira, sobre a evolução econômica de Brasil, Argentina e México, entre as três últimas décadas do século XIX até as vésperas da Primeira Grande Guerra. No final do século XIX, os três países passaram por transformações na sua base econômica e social, consolidando um modelo de crescimento baseado nas exportações de produtos primários, de acordo com os princípios das vantagens comparativas e incentivando o desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo leve e não durável. Nesse sentido, a estabilidade política possibilitou que os três países captassem recursos externos para modernizar suas infraestruturas e as integrassem nos sistema econômico internacional. Outros fatores também foram relacionados, tais como: a disponibilidade de mão de obra na Europa que possibilitou a formação de uma corrente migratória para Brasil e Argentina, resolvendo a questão da escassez na oferta de trabalho e melhorando o estoque de capital humano; a introdução das ferrovias possibilitou a expansão das fronteiras agrícolas; e a industrialização decorrente da expansão dos mercados internos.

Palavras-Chave: História econômica da América Latina. Modelo primário exportador. Crescimento econômico. Fases iniciais da Industrialização. Migrações.

ABSTRACT

This work analyzes a period currently little explored in Brazilian economic literature on the economic development of Brazil, Argentina and Mexico, among the last three decades of the nineteenth century until the eve of the Great War. In the late nineteenth century, the three countries have experienced changes in their economic and social base, consolidating a model of growth based on exports of primary products, in accordance with the principles of comparative advantage and encouraging the development of an industry of consumer goods lightweight and durable. In this sense, political stability enabled the capturing of three countries external resources to modernize its infrastructure and integrate in the international economic system. Other factors were also related, such as the availability of labor in Europe enabled the formation of a migratory movement to Brazil and Argentina, addressing the issue of shortages in labor supply and improving the stock of human capital, the introduction of railways possible expansion of agricultural frontiers, and industrialization due to the expansion of domestic markets.

Keywords: Economic history of Latin America. Model primary exporter. Economic growth. Early stages of industrialization. Migration.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|--------|
| Tabela 1: População da América Latina – 1870 e 1913..... | 13 |
| Tabela 2: Produto Interno Bruto e Renda Per Capita em US\$ a preços de 1990: 1870 e 1913 | 13 |
| Tabela 3: Evolução comparativa da renda per capita - EUA = 100..... | 15 |
| Tabela 4: Consumo de Produtos Têxteis, por procedência em %. | 18 |
| Tabela 5: Estimativa das exportações na América Latina – 1850 a 1912 (em mil dólares americanos). | 27 |
| Tabela 6: América Latina – Taxa média de Crescimento do Volume Exportado em % | 28 |
| Tabela 7 - América Latina: Comércio Exterior – Em Libras..... | 28 |
| Tabela 8: América Latina - Concentração das exportações em 1913 | 30, 31 |
| Tabela 9: Principais destinos dos investimentos britânicos na América Latina, 1865 – 1913 (em milhões de libras esterlinas)..... | 45 |
| Tabela 10: Argentina: Malha Ferroviária e Carga Transportada: 1870 a 1914..... | 46 |
| Tabela 11: Países Selecionados: Taxa acumulada de Crescimento do Produto Interno Bruto e Renda Per Capita – 1870 a 1938 (%) ... | 47 |
| Tabela: 12 - Argentina: Migração e Imigração -1900 a 1914..... | 48 |
| Tabela 13: Comércio Exterior argentino 1870-1914..... | 54 |
| Tabela 14: Trabalhadores empregados na indústria - 1895 e 1914 | 57 |
| Tabela 15: Balança comercial brasileira: 1821 a 1871 (em mil libras ouro)..... | 63 |
| Tabela 16: Brasil – Valor das exportações dos principais produtos, em mil libras-ouro, total por décadas..... | 64 |
| Tabela 17: Brasil – Imigração Líquida: 1881 a 1915 | 68 |
| Tabela 18: Brasil: Comércio externo de Café: 1893 e 1905 | 70 |
| Tabela 19: Malha ferroviária Brasileira – 1870 a 1914 | 76 |
| Tabela 20: Brasil: Distribuição dos Investimentos estrangeiros não governamentais, 1860-1913..... | 77 |
| Tabela 21: Brasil: Investimentos Estrangeiros não governamentais, 1860-1913..... | 78 |
| Tabela 22: Malha Ferroviária Federal Mexicana: 1876 – 1910 | 94 |
| Tabela 23: Produção de ouro e prata Mexicana, 1875 – 1911..... | 96 |
| Tabela 24: Produção Mineral Mexicana– 1891-1915 | 98 |
| Tabela 25 - México: Produção de Petróleo – 1910 – 1920 | 99 |
| Tabela 26: Indústria Têxtil Mexicana: 1900 a 1913..... | 101 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Renda Per Capita em relação a Renda Per Capita dos Estados Unidos: 1900 a 2008 | 14 |
| Gráfico 2: Evolução da Renda Per Capita, entre 1870 e 1913..... | 16 |
| Gráfico 3: Evolução do preço média da saca de café exportada, 1888 a 1905... | 68 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO: UM NOVO MUNDO. | 12 |
| CAPÍTULO I - AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA AMÉRICA LATINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX. | 18 |
| 1.2 A ESTABILIDADE É UM BOM REQUISITO. | 19 |
| 1.3 O TRABALHO..... | 24 |
| 1.4 O QUE MOVE A RODA: OS CAPITAIS..... | 27 |
| 1.4 O PADRÃO OURO | 32 |
| CAPÍTULO II – ARGENTINA: LA BELLE EPOQUE | 36 |
| 2.1 AS PROVÍNCIAS REUNIDAS DO PRATA | 36 |
| 2.2 ECONOMIA ARGENTINA 1811 A 1870: A ERA DA LÃ. | 37 |
| 2.3 A CONQUISTA DO DESERTO | 38 |
| 2.4 AS FERROVIAS E O CAPITAL EXTERNO..... | 42 |
| 2.5 AS MIGRAÇÕES | 46 |
| 2.6 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO | 50 |
| 2.7 O MERCADO INTERNO E A INDÚSTRIA NA ERA DE OURO DA ECONOMIA. | 53 |
| 2.8 A DEPENDÊNCIA EXTERNA COBRA SEU PREÇO..... | 57 |
| CAPÍTULO III - BRASIL: O IMPÉRIO DO CAFÉ | 61 |
| 3.1 A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ..... | 61 |
| 3.2 A CRISE NA MÃO DE OBRA | 65 |
| 3.2.1 Um Bom Acordo Sempre É Um Bom Acordo. | 68 |
| 3.3 “LIBERDADE! LIBERDADE! ABRA ASAS SOBRE NÓS”. | 70 |
| 3.3 DINHEIRO MOVE O MUNDO | 74 |
| 3.3 A INDÚSTRIA QUE NASCE ATRELADA AO CAFÉ..... | 78 |
| 3.4 PROMETEU PRECISA DE COMBUSTÍVEL. | 80 |
| UNIDADE IV - MÉXICO: O LEGADO DE PORFÍRIO DÍAZ | 83 |
| 4.1 MÉXICO LINDO E QUERIDO..... | 83 |
| 4.2 A ECONOMIA MEXICANA EM 1811 E 1876..... | 87 |
| 4.3 A FORMAÇÃO DE UM MERCADO NACIONAL..... | 89 |
| 4.4 ECONOMIA MEXICANA: 1876 A 1911: PORFÍRIO DÍAZ E O SEU LEGADO | 91 |

| | |
|--|------------|
| 4.5 A MINERAÇÃO: UM SUBSOLO RICO A ESPERA DE CAPITAL | 95 |
| 4.6 A INDÚSTRIA DE MANUFATURAS | 98 |
| 4.7 A REVOLUÇÃO MEXICANA E A RECONSTRUÇÃO DO PAÍS..... | 101 |
| 4.8 NO CAMPO AS COISAS NÃO MUDAM..... | 104 |
| 4.9 UM BALANÇO GERAL | 106 |
| CAPÍTULO V – CONCLUSÃO..... | 108 |
| REFERÊNCIAS..... | 112 |

INTRODUÇÃO: UM NOVO MUNDO.

Atualmente pouco se discute no Brasil sobre o passado histórico econômico latino-americano, principalmente, no período compreendido entre os anos de 1870 e 1914. Durante este período, a história das três maiores economias da América Latina: Argentina, México e Brasil apresentaram muitas características semelhantes, tais como: colonização europeia e períodos próximos de independência política.

Porém, as diferenças também são um fato marcante. O Brasil e México foram as duas únicas experiências monarquistas no continente com resultados bem distintos. No caso brasileiro, em boa parte do seu período (a partir de 1850), foi caracterizado por certa estabilidade política e econômica. Já no caso Mexicano, as duas experiências terminaram em golpes de estado e no fuzilamento de seus monarcas, seguidos por ditaduras, ou como de poderíamos denominar: de governos civis prolongados¹. Já a República Argentina, com sua experiência republicana, é marcada por sucessivas disputas internas entre a cidade de Buenos Aires e as províncias do interior, que somente terminaram no começo do século XX.

Entre estas nações uma característica básica permeava a todas: suas economias eram baseadas em produtos primários. E, mais ainda, também eram fortemente dependentes do capital externo para financiarem seus projetos de infraestrutura. Não se pode descartar o peso destes três países no contexto da América Latina. Um bom indicativo disso está na tabela a seguir, sinalizando claramente, que a soma da população destes três países, em 1870, representava um pouco mais da metade do total de todos os latinos americanos que viviam em seus países. Neste mesmo ano, o Brasil era o país mais populoso com quase dez milhões de pessoas, seguido pelo México com um pouco mais que nove milhões e a Argentina com quase dois milhões. Em 1913, as posições de cada país ainda permaneciam as mesmas, porém, elas também assinalavam uma grande expansão populacional. As Américas eram um local para recomeçar vidas e apresentava grandes atrativos para aqueles que desejassem trabalhar naquelas terras. A contribuição da migração foi bem mais significativa, pois entre 1870 e 1913, a

¹ Entre 1821 e 1823, Agustín Iturbide auto-proclamado Imperador passa a governar o México, porém ele é deposto por revolta popular, seguido da criação dos Estados Unidos Mexicanos. Entre 1864 e 1867, o México novamente é governado por um monarca, com apoio da França, desta vez por um membro da família Habsburgo, seu nome: Fernando Maximiliano José de Habsburgo-Lorena ou Imperador Maximiliano, que depois de deposto é fuzilado pelos vencidos.

população da América Latina já havia crescido em mais de 40 milhões de habitantes. Em termos absolutos, o Brasil era o principal destino de europeus, seguindo da Argentina. Como resultado de fluxo migratório, além do crescimento vegetativo da população, houve um crescimento de quase 14 milhões. Em termos comparativos, foi na Argentina que a população cresceu com maior velocidade, 326%.

Tabela 1: População da América Latina – 1870 e 1913

| País\Ano | 1870 | 1913 | % |
|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Estados Unidos | 40.241 | 97.606 | 142,6 |
| Argentina | 1.796 | 7.653 | 326,1 |
| Brasil | 9.797 | 23.660 | 141,5 |
| México | 9.219 | 14.970 | 62,4 |
| Total América Latina | 40.401 | 80.831 | 100,1 |

Fonte: Maddison (2001) e tabulações do autor.

No contexto econômico, a importância destes três países ainda era maior. Aproximadamente 57% do valor da produção de tudo que era produzido provinham destas economias. Em primeiro lugar, vinha valor da produção do Brasil com sete bilhões de dólares americanos a preços de 1990, seguido pelo México com US\$ 6,3 bilhões e Argentina com US\$ 2,4 bilhões. Porém, ao comparar a soma de tudo que era produzido por estas três economias com o desempenho dos Estados Unidos, isto significava somente 16%, em 1870 e 14%, em 1913.

Tabela 2: Produto Interno Bruto e Renda Per Capita em US\$ a preços de 1990: 1870 e 1913

| Ano | 1870 | 1913 | % |
|------------------------------|-------------|--------------|--------------|
| Produto Interno Bruto | | | |
| Estados Unidos | 98.374 | 517.383 | 425,9 |
| Argentina | 2.354 | 29.060 | 1134,6 |
| Brasil | 6.985 | 19.188 | 174,7 |
| México | 6.214 | 25.921 | 317,1 |
| Total América Latina | 27.311 | 120.796 | 342,3 |
| Renda Per Capita | | | |
| Estados Unidos | 2.445 | 5.301 | 116,8 |
| Argentina | 1.311 | 3.797 | 189,7 |
| Brasil | 713 | 811 | 13,7 |
| México | 674 | 1.732 | 156,9 |
| Total América Latina | 676 | 1.494 | 121,1 |

Fonte: Maddison (2001) e tabulações do autor.

Ao longo do século XX, a renda per capita destes países tem apresentado uma desvantagem em relação ao exposto pelos Estados Unidos. Pois, durante este

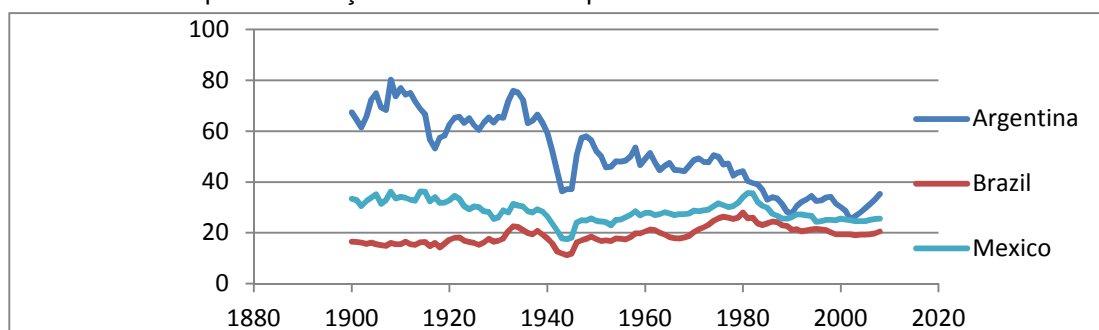
período, os três países e a toda a América Latina não conseguiram ter uma renda per capita igual ou similar a norte americana. Pelo contrário, o que foi constatado é que eles se afastaram cada vez mais.

Quando comparado ao estágio de desenvolvimento econômico destas economias, as diferenças entre os três países em relação aos Estados Unidos tornam-se mais gritantes². Ao tomar por base a renda per capita dos Estados Unidos a preços de 1990 (US\$ 4.091) com a verificada nos três países entre 1900 e 2008, podemos observar claramente o hiato existente entre eles e os Estados Unidos. Um claro exemplo disso esta no tempo necessário para que cada um deles consiga ultrapassar a renda per capita norte-americana apresentada em 1900.

O que se observa após esta medição é um cenário perturbador, pois somente 28 anos após esta data é que a Argentina consegue superar este valor. Porém, tanto para México como para Brasil, este prazo é ainda mais elevado, visto que somente após os jogos olímpicos de verão em 1968 (68 anos) é que o México consegue superar este valor, enquanto que o Brasil somente ultrapassa esta marca em 1974 (74 anos) em pleno “milagre econômico”.

O gráfico abaixo é bastante claro ao mostrar o comportamento destas economias em quase cem anos, com ele é possível identificar claramente algumas tendências: primeiro; com relação ao Brasil, havia uma leve tendência de crescimento; segundo: o quadro apresentado pela economia argentina era uma tendência bem definida de retrocesso econômico; e terceiro, a tendência de longo prazo para o México indica um forte indício de estagnação econômica.

Gráfico 1: Renda Per Capita em relação a Renda Per Capita dos Estados Unidos: 1900 a 2008



Fonte: Maddison (2001) e tabulações do autor

² Embora a renda per capita possa ser usada como um indicador de desenvolvimento, suas críticas ao seu uso são válidas. Todavia, na inexistência de dados sobre a distribuição da renda, ele ainda constitui-se em um bom sinalizador econômico.

A literatura econômica aponta que as economias latino-americanas em seu bojo estão ficando para trás, com relação aos países desenvolvidos, e em particular aos Estados Unidos³, ao longo do século XX. Os dados do gráfico 1 são bem claros ao apontar que a renda per capita brasileira apresentou uma leve tendência para reduzir as diferenças, em relação aos Estados Unidos. Todavia, os resultados mais catastróficos foram observados na Argentina, por meio de decadência econômica contínua, que se torna mais acentuada a partir da Segunda Grande Guerra aos dias atuais. Em relação ao México, é possível visualizar uma estabilização da sua diferença, devido às poucas oscilações da renda per capita mexicana em torno da norte-americana, em cerca de 30%.

No entanto, durante a época de ouro que antecedeu a Primeira Grande Guerra a situação não era assim bem definida. Entre 1870 e 1913, a renda per capita argentina sinalizava claramente uma aproximação com a dos Estados Unidos. Embora, neste mesmo período, sua renda apresentasse, no máximo, um terço da norte-americana, o comportamento do México sinalizava uma melhora em sua posição relativa. Entretanto, os sinais não eram tão bons para o Brasil, a substancial queda na renda per capita como proporção da norte-americana, poderia ser um sinal de uma estagnação econômica, um crescimento moderado ou de um excessivo crescimento populacional.

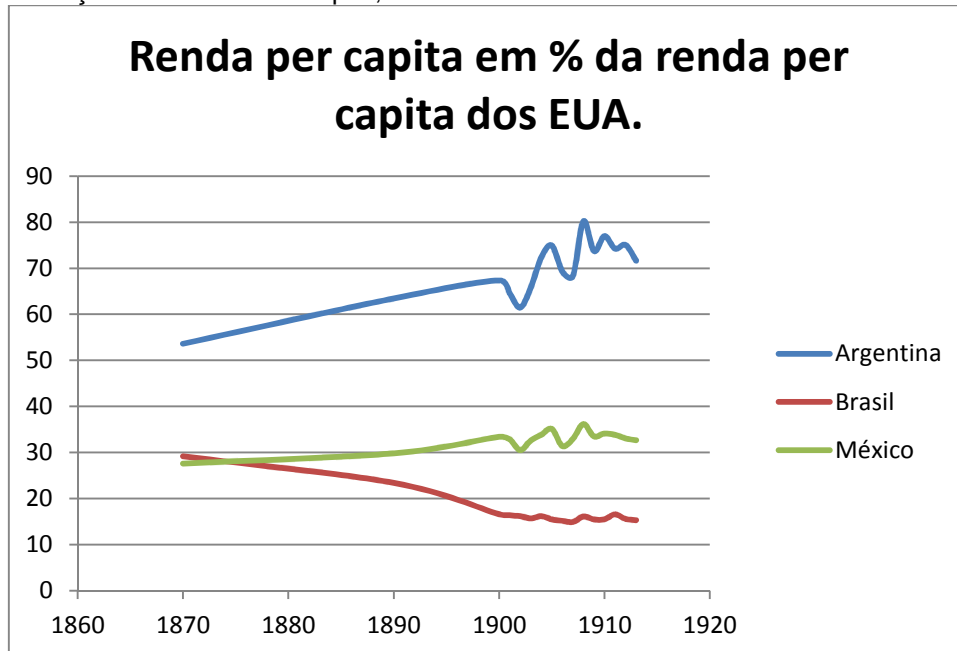
Tabela 3: Evolução comparativa da renda per capita - EUA = 100

| | 1870 | 1890 | 1900 | 1913 |
|-----------|------|------|------|------|
| Argentina | 54 | 63 | 67 | 72 |
| Brasil | 29 | 23 | 17 | 15 |
| México | 28 | 30 | 33 | 33 |

Fonte: Maddison (2001).

³ Alguns indícios sobre o que poderia estar causando este problema: Instituições; Posse da terra; Visão empreendedora; Populismo; Estabilidade econômica; e Estabilidade política. Ver Fukuyama (2008, pp.15-21) e Edwards (2010).

Gráfico 2: Evolução da Renda Per Capita, entre 1870 e 1913.



Fonte: Maddison (2001) e tabulações do autor.

O objetivo inicial deste trabalho é analisar o desempenho da economia do Brasil, México e Argentina, entre 1870 e 1913, um período denominado de a Era de Ouro, concentrando sua análise em cinco pontos básicos: estabilidade política; comportamento do setor primário exportador; migrações, a evolução do processo de industrialização e o papel dos investimentos externos.

A construção deste trabalho ocorre em cinco capítulos: capítulo I – As transformações econômicas da América Latina na segunda metade do século XIX; capítulo II – Argentina: La Belle Époque; capítulo III - Brasil: O Império do Café; capítulo IV - México: O Legado de Porfirio Dias; e finalmente, capítulo V – Conclusões.

Na literatura econômica, o aumento da produtividade representa uma peça fundamental para o desenvolvimento econômico de um país. É quase um consenso que sem crescimento econômico não há desenvolvimento; e sem investimento não há crescimento. Da mesma forma, não há investimento se não houver condições estáveis e seguras para o capital. Desse modo, uma análise dos fatores determinantes da produtividade permite visualizar as diferenças na formação econômica de cada um destes países. Embora na realidade deste continente o problema da coleta de dados seja um pesadelo para os pesquisadores, um conjunto

de variáveis permite uma visão sobre a realidade econômica de cada um deles ao longo do tempo.

Ao se focar nos fatores determinantes da produtividade, este trabalho se concentrará na investigação sobre a utilização dos recursos naturais por meio da expansão da produção agrícola e no desenvolvimento da mineração. Com relação ao trabalho, se dará atenção a questão dos fluxos migratórios. Quanto ao capital físico, observará a evolução da indústria de transformação e nos investimento estrangeiros.

Não importa qual seja a corrente de pensamento econômico, a estabilidade política é uma das condições básicas para a concretização do investimento. Embora existam um grande elenco de motivos que possam corroborar ou prejudicar o capital, a manutenção das regras do jogo é um ponto fundamental no sistema econômico. Sobre esta questão, a história da maioria dos países latino-americanos é pontuada por sucessivos golpes militares e revoluções armadas com apoio popular ou não, nacionalizações e fortes intervenções na atividade econômica.

CAPÍTULO I - AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA AMÉRICA LATINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

1.1 O CRESCIMENTO DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XIX

Grande parte dos economistas apresenta forte crença de que a industrialização ocorrida na maioria dos países da América Latina ocorreu somente a partir da grande crise de 1929, e que antes deste período não houve experiências significativas. Vários estudos apontam a existência de fortes indícios para o contrário. Um bom exemplo disso foram os trabalhos de Haber (1990a) para o México e Dean (2002) para o Brasil, que indicavam a existência do forte crescimento na atividade industrial nestes países.

Pode se acreditar que houve um período de industrialização significativa nas maiores economias latinas antes da Primeira Grande Guerra, em uma conjuntura externa extremamente favorável para o ingresso de capitais e com uma intensa concorrência de produtos importados.

Nesse sentido, o trabalho de Williamson e Galvarriato (2008) é bem elucidativo. Os autores usaram o setor têxtil como um termômetro da atividade industrial e os resultados foram bem interessantes: a participação da produção nacional no mercado interno de tecidos, tanto no Brasil com no México, foi bastante significativo em termos absolutos, em contraste com a posição argentina que mal alcançava 18% do mercado.

Tabela 4: Consumo de Produtos Têxteis, por procedência em %.

| Países | Produção Nacional | Produção Externa |
|------------------|-------------------|------------------|
| México 1879 | 60,0 | 40,0 |
| México 1906-1908 | 77,6 | 22,1 |
| Brasil – 1907 | 65,3 | 34,7 |
| Argentina - 1913 | 15,5 – 17,5 | 82,5 – 84,5 |

Fonte: Williamson e Galvarriato. (2008).

Embora houvesse exemplos de industrialização na América Latina no século XIX, eles não eram o carro chefe do crescimento econômico em virtude de deficiências estruturais nestas economias. Sob este aspecto, Haber (1990a) usa como exemplo o desenvolvimento da indústria mexicana antes de 1870.

A industrialização ocorrida nesta parte do mundo estava associada diretamente aos resultados do setor exportador, que criava oportunidades ao alargar o mercado consumidor local. Cabe destacar que o destino, não somente a indústria, mas também o próprio setor exportador encontrava-se atrelado à expansão dos mercados nos países industrializados.

De forma passiva, os destinos econômicos da América Latina ficavam associados às decisões tomadas fora de suas fronteiras. Os fluxos de capitais, migrações e até mesmo transferências tecnológicas para esta parte do planeta não eram determinadas, em última instância por seu controle. Todavia, embora não controlasse diretamente seus destinos, algumas transformações aconteceram durante o século XIX que possibilitaram incluir a América Latina no cenário econômico internacional.

1.2 A ESTABILIDADE É UM BOM REQUISITO.

Entre 1870 e 1913, e de certa forma, depois da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a ocupar gradualmente o lugar da posição estabelecida pela Inglaterra, de principal parceiro comercial e fundamental fonte de capital para as nações latino-americanas. A hegemonia americana no continente teve início por meio do comércio de mercadorias, para em seguida ingressar no fluxo de capitais.

Os interesses dos ingleses pelo acesso e controle econômico das riquezas da América Latina remontam do período colonial, quando na época do reinado de Elisabeth I (1558-1603), corsários ingleses atacavam navios espanhóis carregados de ouro e prata extraídas do novo mundo. Posteriormente, colônias inglesas foram estabelecidas no Caribe e na América do Norte, concentrando seus esforços na extração de produtos agrícolas e no contrabando de mercadorias para outras colônias.

Algumas tentativas militares foram realizadas para estabelecer uma colônia inglesa na América do Sul e controlar as riquezas produzidas pelo Império Espanhol. Buenos Aires e Montevideú foram ocupadas por tropas inglesas entre 1806 e 1807, sem, contudo obter sucesso. Em 1808, a situação muda substancialmente com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, escoltada por uma grande armada

inglesa. Como consequência do apoio militar ao regime português, a economia da colônia brasileira é aberta ao comércio de mercadorias inglesas.

A importância do Brasil era bem significativa para o comércio inglês, visto quase oito por cento de todas as exportações inglesas foram absorvidas pelo mercado brasileiro⁴. Naquele momento, o Brasil era em si um mercado significativo para os produtos manufaturados ingleses, especialmente os tecidos e as ferragens, além de ser uma porta dos fundos conveniente para o contrabando direto de mercadorias para a região do Rio da Prata e, de forma indireta, para as demais colônias espanholas.

As guerras napoleônicas transformaram o mapa da Europa e mudaram as relações de forças entre as grandes potências no continente europeu. Durante este conflito, a ocupação francesa sobre o reino da Espanha possibilitou que o controle das colônias espanholas por parte de Madrid caísse substancialmente, culminando em processo de sucessivos movimentos em favor da independência. Os ingleses não intervieram oficialmente neste processo, embora em alguns casos tenham até mesmo enviado tropas para dar suporte militar aos rebeldes americanos. Nesse sentido, não importavam os métodos a serem empregados, mas sim os meios para evitar que a Espanha mantivesse os mercados de suas colônias fechados às mercadorias inglesas.

Em termos gerais, os países da América Latina apresentaram poucas transformações em sua estrutura de produção, em relação ao antigo período colonial. Com a emancipação política, pouca coisa havia mudado, os setores principais da economia permaneciam os mesmos: era a mineração de ouro, cobre e prata; seguidas pela agricultura (café, tabaco e açúcar), pecuária (bovina e asinina) e a exploração dos recursos florestais. Em linhas gerais, nada havia mudado. Se antes havia um domínio político, por parte de Portugal e Espanha, agora havia um domínio econômico por parte da Inglaterra⁵.

Na visão de Krause (2010, p.32): “em meio àquele período de grande incerteza, uma coisa ficou clara: a América espanhola emergente era um satélite em um sistema econômico internacional centrado em Londres”.

Existe uma máxima na economia que não existe lanche grátis, e os ingleses não tinham uma vocação para alimentar de forma gratuita a outros povos. Assim, o

⁴ Ver Bethel (2001, p.584).

⁵ Ver Landes (1988).

apoio às colônias rebeldes da América Latina teve o seu custo. Para o reconhecimento de sua autonomia política, foram celebrados diversos tratados comerciais levando à Inglaterra a condição de nação mais favorecida, frente a outros países. Em outras palavras: produtos ingleses teriam nestes mercados impostos de importação bem reduzidos.

No caso Brasileiro, o reconhecimento da nossa independência pela Inglaterra em 1824 transformou o país em um Império dependente⁶. Nesse acordo, produtos ingleses pagam tarifas de importação extremamente baixas sem uma contraposição vantajosa para os produtos brasileiros nos mercados ingleses: café, açúcar, tabaco, algodão. Deve ser ressaltado também, que cidadãos ingleses gozavam de foro privilegiado em território nacional e que somente poderiam ser julgados por tribunais especiais⁷. Gradualmente os comerciantes ingleses passam a dominar os comércios externos destes países, por meio de suas casas comerciais, tanto na forma de importação⁸, como na forma de exportação de produtos locais⁹.

De acordo com Bethel (2001, p.587):

De modo geral, porém o comércio de exportação da América Latina, em sua maior parte, estagnou-se no segundo e, em menor grau, no terceiro quarto do século XIX, provocando um desequilíbrio no mercado.

Este cenário era um reflexo dos conturbados movimentos de independência e consolidação dos regimes que recém haviam conquistados sua autonomia política, e com os desdobramentos que sucederam, provocaram uma fuga de capitais e destruição de propriedades.

Para a maioria das novas nações latinas na primeira metade do século XIX, a constituição de um Estado era uma tarefa a ser executada. Em sua maioria, havia a necessidade de criação de um aparato burocrático para viabilizar a operacionalidade dos governos locais, que muitas vezes partiam de uma estrutura mínima, em geral herdada desde o domínio colonial¹⁰. Assim posto, a pouca

⁶ Este Tratado era uma ratificação acordo estabelecido em 1810 – Tratado de Comércio e Navegação, quando Dom João VI abriu os mercados coloniais portugueses ao produtos inglês, com uma tarifação menor dos daquelas mercadorias produzidas em Portugal. Os produtos ingleses pagavam uma tarifa de 15%, os portugueses 16% e os demais países 24%.

⁷ Esta era uma prática generalizada pelos Ingleses em todo o mundo, sendo praticada desde a América Latina, no Império Otomano e até na China.

⁸ Tecidos, ferragens, cutelaria, porcelana, vidro, pianos, mobília, chapéus e meias.

⁹ Por exemplo: Café do Brasil; Couros e Lã da Argentina; Trigo e prata do Chile; Guano do Peru.

¹⁰ O Império Brasileiro era uma exceção nesta regra. A vinda da família real portuguesa, em 1808 possibilitou a formação de uma estrutura administrativa, que posteriormente seria aproveitada após a sua independência.

experiência em gestão e a necessidade de construir um aparato administrativo, conduziu as primeiras repúblicas a gastar seus recursos em setores não ligados à produção, e fornecendo poucos haveres na modernização e expansão da produção. Como consequência, déficits comerciais foram gerados e a necessidade de financiar estes déficits possibilitou a forte evasão de ouro e prata em direção da Inglaterra.

A década de 1820 é marcada por grandes fracassos na condução das políticas economias das recém-formadas nações latino-americanas. A fragmentação da América Latina em diversas repúblicas após o período de independência finalizou a existência de uma união aduaneira que existia de fato em toda América colonial, particularmente em regiões anteriormente controladas pela Espanha¹¹. A partir do início deste processo, as novas repúblicas e o Império do Brasil encontraram nas alfândegas a sua principal fonte de financiamento dos gastos governamentais. Uma consequência negativa deste processo foi um aumento significativo sobre as tarifas de produtos importados.

Os processos revolucionários possibilitaram que os países da América Latina obtivessem uma fonte adicional de recursos no mercado internacional, por meio de lançamento de bônus soberanos na bolsa de valores de Londres. Todavia, as dificuldades em administrar estes recursos, em grande parte decorrente de má administração, corrupção e gastos improdutivos, levaram a uma crise da dívida externa nos anos de 1820.

As guerras de independência também cobraram seu preço para a economia. Além das fugas de capitais, elas provocavam a descapitalização das empresas locais impossibilitando os gastos com a depreciação e manutenção das atividades produtivas. Neste caso, isso implicava em escassos recursos para a manutenção das minas.

A condição fiscal das novas repúblicas era bastante precária¹², em decorrência de não haver uma estrutura administrativa. As contas públicas ficavam deficitárias e as suas causas eram provenientes, tanto do lado das receitas, como das despesas. Inicialmente, a arrecadação dos novos Estados era decorrente das mesmas fontes provenientes do período colonial, o setor exportador. Contudo, uma parte dos novos governos carecia de representatividade, o que transformava o simples ato de tributar, em um grave problema político a ser resolvido. Por outro

¹¹ Ver Bulmer-Thomas (2010, p. 47).

¹² Ver Bulmer-Thomas (2010, pp. 47-48).

lado, os novos governos tiveram seus gastos pelo estabelecimento de exércitos, indenizações aos veteranos de guerra e manutenção das fronteiras.

Durante quase cinquenta anos, os países da América Latina foram praticamente excluídos do fluxo financeiro internacional. Todavia, este cenário muda substancialmente a partir de 1870, tanto por motivos internos, como externos. Cabe assinalar que o longo período de tumultos políticos após a independência das nações latino-americanas resultou em um colapso das instituições coloniais, que deixou a região sem os meios necessários para administração local. Mas ainda: para que as instituições fossem funcionais, somente aconteceria por meio de vitória militar de uma corrente política ou de acordos entre as elites armadas. Assim, sobre esta perspectiva é que haveria as condições para a construção de um aparelho estatal¹³. Todavia, mesmo quando implantadas, seu funcionamento estava destinada a apoiar as demandas das próprias oligarquias que controlavam seus regimes.

Este panorama se transforma basicamente, a partir da segunda metade do século XIX. Principalmente nas suas últimas três décadas, quando situações mais estáveis na condução política dos países latino-americanos possibilitaram a formação de condições mais favoráveis para o desenvolvimento do capital. Há de destacar que, em todo o continente os processos revolucionários já haviam se consolidado, conduzindo a certa estabilidade. Antes de isso acontecer, o cenário era pautado pela existência de governos efêmeros e sem representatividade junto à sociedade ou aos grupos sociais dominantes, que levavam a sucessivos golpes de Estado e a um quase contínuo processo revolucionário.

Este quadro dar lugar a outro regime mais estável politicamente, e que embora, não sejam representações das aspirações democráticas, eles possibilitaram maior estabilidade no quadro institucional dos negócios, de modo a incentivar diretamente a acumulação interna de capital e nos investimentos privados locais. Neste universo, os três reis (Brasil, Argentina e México), além do Chile, destacavam-se no cenário da maioria das outras nações latino-americanas, na medida em que a estabilização política interna permitia que a máquina do Estado se dedicasse a garantir a base política da prosperidade material.¹⁴

Assim, a instabilidade política da maioria dos países após a independência cedeu lugar à estabilidade na forma de Regimes Constitucionais representativos ou

¹³ Ver Przerworsk e Curvale (2010).

¹⁴ Ver Glade (2001, p.24).

ditatoriais¹⁵. No México, o regime de Porfirio Dias (1876-1911) possibilitou a estabilidade política do país e incentivou o comércio internacional. Em termos econômicos, ele possibilitou aos investidores estrangeiros, condições favoráveis para estabelecimento no México de seus capitais, de modo a interligar as oportunidades locais com os mercados internacionais.

De forma bem resumida Glades (2001, p.25) descreve esta situação:

Por volta da década de 1870, porções significativas da América Latina chegaram a propiciar um clima de investimento muito mais hospitaleiro – quer dizer, confiável – ao capital estrangeiro do que haviam feito até então, fortalecendo a afinidade cultural básica que proporcionava à América Latina vínculos mais estreitos e mais amplos com os países exportadores de capital do que aqueles que a Ásia, a África ou Oriente Médio tiveram.

Esta afinidade poderia ser fruto da própria formação da sociedade latino-americana, pela colonização espanhola e portuguesa, a incorporar hábitos e costumes às populações nativas, que era em última instância, um desdobramento da própria civilização europeia¹⁶.

1.3 O TRABALHO

A inserção econômica da América Latina no comércio mundial possibilitou sua especialização na produção de bens primários. Com a redução nos custos de transporte, os produtos agrícolas latinos passaram a concorrer diretamente com os agricultores europeus. O resultado disso, fora uma forte competição que ocasionou expressiva redução nos preços dos gêneros alimentícios e assim, melhorou a dieta dos trabalhadores urbanos.

Se por um lado, uma maior oferta de gêneros alimentícios proporcionava uma pressão para aliviar o custo de vidas dos trabalhadores urbanos; por outro também, pressionava negativamente a rentabilidade das propriedades agrícolas que não conseguiam competir. O resultado disso, é que em algumas regiões agrícolas, particularmente na Europa meridional e central, ocorreu o processo de empobrecimento destas zonas. A sobrevivência dos camponeses era ameaçada

¹⁵ Ver Bethel (2001, p.589).

¹⁶ Isto não quer dizer, que as contribuições de outros povos a sociedade latina não foram significativas. Pelo contrário, foram de fundamental importância.

diretamente pela produção agrícola das Américas. Para estas populações a alternativa de migrar para outras regiões era uma realidade a ser levada em conta.

Tradicionalmente os Estados Unidos eram o principal destino para os europeus tentarem uma nova vida no Novo Mundo. Ao longo dos últimos dois séculos: ingleses, irlandeses e escoceses haviam prosperado em terras norte-americanas. Além disso, a liberdade religiosa era um forte atrativo para aqueles que fugiam das perseguições religiosas, e várias comunidades se instalaram naquela região.

Nas Américas portuguesa e espanhola até o período das guerras revolucionárias, as migrações estavam limitadas a dois parâmetros básicos: primeiro o imigrante teria que ser proveniente da metrópole; e segundo: professar a mesma religião. Assim, o universo de europeus que desembarcavam nesta região estava limitado a católicos portugueses e espanhóis. Uma exceção a esta regra, eram os ingleses que por meio de acordos comerciais conseguiam driblar esta barreira, concentrando suas atividades nas áreas de comércio exterior.

Todavia, esta aversão a forasteiros é quebrada justamente com a emancipação política frente a Portugal e a Espanha a partir da primeira década do século XIX. Os novos governos estabelecidos tornam-se mais abertos à influência externa, e eles desejavam incorporar hábitos e costumes na disciplina do trabalho, que por sua vez, seriam reproduzidos a toda sociedade. Pretendia-se assim, que o trabalho árduo e parcimonioso dos colonos europeus, que tanto haviam proporcionado sucesso aos Estados Unidos, fosse também reproduzido nesta região.

Entre 1810 e 1870, algumas tentativas de atrair imigrantes para América Latina foram realizadas. No Brasil, Uruguai e Argentina algumas colônias foram instaladas sem sucesso.

Segundo Furtado (2006, p.183):

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamentos econômicos¹⁷; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja raça era distinta da dos europeus que haviam colonizado o Brasil.

¹⁷ Furtado (2006, p.73) descreve a história de uma colônia alemã no Rio Grande do Sul em 1824, que após um forte investimento do Império e sem haver possibilidade de escoar o excedente, sua produção havia regredido a um estágio de subsistência.

O exemplo de Furtado (2006) também poderia ser entendido a outras partes da América Latina. Porém, esta visão muda de contexto com a escassez de braços para a lavoura, e na incapacidade do trabalho escravo atender demanda por novas terras a serem cultivadas. Ao longo do século XIX, o império britânico passa a combater o tráfico de escravos. Diante da impossibilidade de recorrer ao trabalho escravo nas plantações de açúcar, algodão, etc., restava abrir as portas para a imigração.

Neste sentido, as condições externas tornaram-se extremamente favoráveis a migração para América Latina, junto com a redução dos custos de transporte e, possibilitando¹⁸ a atração de um contingente populacional para América Latina. Todavia, o preconceito contra estrangeiros ocorria com bastante frequência na antiga América espanhola e agora, com a necessidade de mais braços para tocar as lavouras era muito caro para ser sustentado. Neste universo, dois países tornam-se os maiores portos seguros para uma população que veio por novas oportunidades de vida: Argentina e Brasil. Outros países também receberam grandes fluxos populacionais, por ordem de importância: Cuba, Uruguai e Chile.

É importante assinalar que, as oportunidades que a América Latina oferecia eram excepcionais para a formação de uma corrente migratória espontânea, no final do século XIX, em direção ao novo mundo. Elas aconteciam justamente em uma época de crise da agricultura europeia, que afetava diretamente o emprego da mão de obra camponesa. A razão principal pode ser apontada em decorrência da concorrência de gêneros alimentícios mais baratos, provenientes do Novo Mundo, que afetavam, principalmente, os cultivos localizados na Europa meridional e oriental.

Todavia, a situação do México era bem singular, quando comparada ao Brasil e a Argentina. Houvera tentativas para o estabelecimento de colônias estrangeiras, com vários objetivos. O governo de Porfírio Díaz desejava fazer um povoamento junto à fronteira com os Estados Unidos com finalidade de ocupar estas regiões e afastar uma possível ameaça de invasão por seu grande vizinho. Nas regiões litorâneas e centrais o objetivo básico era o aproveitamento das terras para o cultivo de produtos para exportação. No começo da década de 1880, algumas colônias formadas por italianos foram estabelecidas e se revelaram um grande fracasso,

¹⁸ Ver Sanches-Albornz (2001, p.182).

terminando por empregar mão de obra local. No México, ao contrário da maioria dos países, não houve uma escassez de mão de obra. Pois, ela era extremamente abundante, embora estivesse mal distribuída e se mostrasse lenta em responder ao recrutamento¹⁹.

1.4 O QUE MOVE A RODA: OS CAPITAIS.

A principal fonte, e talvez a única, de financiamento dos gastos públicos na maioria dos países latino-americanos era a alfândega. O comércio exterior era a principal fonte de recursos, por meio de impostos e tarifas de importação²⁰. Desse modo, um aumento na capacidade de exportação também se traduzia em crescimento na capacidade de financiar os gastos do Estado por meio de maior volume de recursos arrecadados com o comércio exterior. Esta melhoria nas finanças públicas possibilitou condições para atrair mais empréstimos externos, destinando assim recursos para investimentos governamentais e até gastos de consumo correntes.

A soma de todas as mercadorias exportadas pela América Latina eram inferiores às norte-americanas em todos os períodos considerados. Ao longo do tempo os principais países apresentaram uma trajetória de crescimento das exportações. Entre 1850 e 1870, o México era uma exceção. A contração verificada nas exportações mexicanas pode ser explicada devido à guerra contra a França.

Tabela 5: Estimativa das exportações na América Latina – 1850 a 1912 (em mil dólares americanos).

| País\ano | 1850 | 1870 | 1890 | 1912 |
|----------------|---------|---------|---------|-----------|
| Argentina | 11.310 | 29.667 | 109.000 | 454.420 |
| Brasil | 35.850 | 83880 | 136977 | 346.828 |
| México | 24.313 | 21.276 | 50.000 | 153.000 |
| América Latina | 159.494 | 344.123 | 602.147 | 1.580.534 |
| Estados Unidos | 162.000 | 400.000 | 859.667 | 2.307.000 |

Fonte: Bulmer-Thomas (2010, p.469), em valores nominais.

Os três países, entre 1890 e 1910 haviam conseguido obter uma visível melhora nos seus fluxos de comércio com o resto do mundo. Cada um deles havia aumentado as suas exportações per capita, como nas suas importações per capita, proporcionando um acréscimo nos orçamentos de cada país.

¹⁹ Ver Sanches-Albornz (2001, p.182).

²⁰ Em alguns casos, também se taxavam as exportações.

Tabela 6: América Latina – Taxa média de Crescimento do Volume Exportado em %

| | 1850-1870 | 1870-1890 | 1890-1912 | 1850-1912 |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Argentina | Nd | 5,2 | 5,5 | 5,2 |
| Brasil | 3,4 | 1,8 | 3,7 | 3,0 |
| Chile | 4,1 | 5,0 | 2,5 | 3,8 |
| Cuba | 5,6 | 0,3 | 4,7 | 3,5 |
| Equador | 2,7 | 2,5 | 3,7 | 3,0 |
| México | Nd | Nd | 6,5 | Nd |
| Peru | 4,4 | -4,5 | 7,2 | 2,5 |

Fonte: Bulmer-Thomas (2010, p.476).

Tabela 7 - América Latina: Comércio Exterior – Em Libras

| | Brasil | | | Argentina | | | México | | |
|------------------------------|--------|------|------|-----------|------|-------|--------|------|------|
| | 1890 | 1901 | 1910 | 1890 | 1901 | 1910 | 1890 | 1901 | 1910 |
| Exportações per capita | Nd | 2.21 | 2.84 | 6.07 | 7.18 | 11.27 | 0.53 | 1.1 | 1.75 |
| Importações per capita | Nd | 1.16 | 2.15 | 8.56 | 4.88 | 10.64 | nd | 0.95 | 1.31 |
| Receita aduaneira per capita | 0.8 | 0.5 | 0.87 | 1.13 | 1.43 | 2.3 | 0.22 | 0.19 | 0.31 |

Fonte: Rubio (2006, p.37).

As melhorias no cenário político latino americanos foram acompanhadas por transformações no comércio internacional. O desenvolvimento de novas tecnologias possibilitou uma redução nos custos de comunicações e na duração das viagens. A introdução de ferrovias, navegação a vapor, a instalação de cabos submarinos e os enormes recursos financeiros. Com fretes mais baratos e a expansão dos cultivos e da pecuária, associados ao capital externo, o papel da América Latina como fornecedora de matérias-primas foi consolidado.

A grande expansão nas exportações latino-americanas era uma resposta decorrente do aumento na demanda por produtos primários dos mercados desenvolvidos. Sem este incentivo, as chances de desenvolvimento eram bastante escassas. Faltavam condições para o desenvolvimento do capital interno, tanto econômicas, como culturais. Além da reduzida monetização nestas economias, havia uma crença no funcionamento do liberalismo econômico, que preconizava a especialização produtiva nas vantagens comparativas e na não interferência do Estado na esfera da produção²¹.

Fatores externos contribuíram positivamente para América Latina. A partir de 1870, a Revolução Industrial já havia se expandido por quase toda a Europa e Estados Unidos. Ela havia criado quatro grandes potências econômicas que impulsionaram significativamente a demanda mundial por commodities agrícolas e

²¹ No começo do século XIX, sob a influência de George Hamilton, o governo americano fomentou uma indústria de manufaturas, por meio de uma forte proteção tarifária.

minerais. Aproximadamente 60% do comércio mundial estavam concentradas nas mãos da Inglaterra, Estados Unidos, França e a recém-unificada Alemanha.

Havia motivos básicos pelo qual o desempenho das exportações latino-americanas eram superiores a média mundial nos últimos 25 anos do século XIX²². Em primeiro lugar, o surgimento de novas indústrias havia desencadeado uma demanda por matérias-primas sem precedentes, que não existiam ou quando existiam eram em quantidade insuficiente nos países mais avançados. Um bom exemplo disso estava na exploração de fertilizantes naturais no Peru e de salitre no Chile. Também deve ser considerado o impacto dos aumentos salariais sobre a demanda dos trabalhadores, que conduziram a um aumento no consumo de produtos agrícolas.

Em segundo lugar, com o desenvolvimento da indústria nos países mais avançados, havia uma crescente migração dos campos para as cidades e um deslocamento do centro dinâmico da economia da agricultura para a indústria. Esta mudança no centro dinâmico também se fazia traduzir em um gradual enfraquecimento do poder político dos agricultores em benefício dos industriais. Uma maior oferta de gêneros alimentícios significava duas coisas básicas: um custo de vida mais barato e, conseqüentemente, menor pressão por reajustes salariais; e possíveis ganhos salariais por parte dos trabalhadores²³. Em consequência, as restrições às importações de alimentos, por meio de barreiras tarifárias e não tarifárias, foram sendo eliminadas gradualmente nas principais economias europeias.

Em quarto lugar, as práticas de livre comércio haviam chegado ao seu auge, com a redução das práticas protecionistas das metrópoles com relação as suas colônias ou ex-colônias. Neste caso, gradualmente as barreiras ao comércio para os produtos da América Latina começaram a declinar nos mercados da Europa, abrindo mercados para os produtos da região. Também deve ser considerado que os preços dos produtos manufaturados caíam substancialmente, à medida que novas tecnologias iam sendo incorporadas aos processos produtivos, em uma velocidade superior às reduções ocorridas nos preços dos bens primários, beneficiando assim os países da região.

²² Ver: Bulmer-Thomas, Victor (2010, p.74).

²³ Em 1846, o Parlamento Britânico pôs fim à proteção aos produtores de grãos, que perdurava desde a época das guerras napoleônicas.

Os resultados do comércio internacional haviam produzido resultados favoráveis aos países latino-americanos. A especialização de algumas economias em produzir determinados produtos, tinha levado a algumas nações a produzir certo controle sobre mercado. Antes da Primeira Guerra Mundial, o Brasil era responsável por quase 70% da produção mundial de café, a Bolívia participava com quase 20% da produção mundial de estanho, o Equador detinha quase 15% das exportações de cacau.

O quadro a abaixo é bastante sintomático, por ele revela a grande concentração dos países da América Latina na produção de poucos produtos às vésperas da Primeira Grande Guerra. Com exceção da Argentina, do México, do Paraguai e Peru, a grande maioria dos países dependia de dois produtos para sustentar a metade das suas exportações. O caso mais grave era o de El Salvador com certa de 95,5% das exportações concentradas em dois produtos.

Tabela 8: América Latina - Concentração das exportações em 1913

| País | Produto a | % | Produto b | % | Total (a+b) |
|----------------|-----------|------|-----------|------|-------------|
| Argentina | Milho | 22,5 | Trigo | 20,7 | 43,2 |
| Bolívia | Estanho | 72,3 | Prata | 4,3 | 76,6 |
| Brasil | Café | 62,3 | Borracha | 15,9 | 78,2 |
| Chile | Nitratos | 71,3 | Cobre | 7,0 | 78,3 |
| Colômbia | Café | 37,2 | Ouro | 20,4 | 57,6 |
| Costa Rica | Banana | 50,9 | Café | 35,2 | 86,1 |
| Cuba | Açúcar | 72,0 | Tabaco | 19,5 | 91,5 |
| Equador | Cacau | 64,1 | Café | 5,4 | 69,5 |
| El Salvador | Café | 79,6 | Metais | 15,9 | 95,5 |
| | | | Preciosos | | |
| Guatemala | Café | 84,8 | Banana | 6,7 | 91,5 |
| Haiti | Café | 64,0 | Cacau | 6,8 | 70,8 |
| Honduras | Banana | 50,1 | Metais | 25,9 | 76,0 |
| | | | Preciosos | | |
| México | Prata | 30,3 | Cobre | 10,3 | 40,6 |
| Nicarágua | Café | 64,9 | Metais | 13,8 | 78,7 |
| | | | Preciosos | | |
| Panamá | Banana | 65,0 | Coco | 7,0 | 72,0 |
| Paraguai | Erva Mate | 32,1 | Tabaco | 15,8 | 47,9 |
| Peru | Cobre | 22,0 | Açúcar | 15,4 | 37,4 |
| Porto Rico | Açúcar | 47,0 | Café | 19,0 | 66,0 |
| Rep Dominicana | Cacau | 39,2 | Açúcar | 34,8 | 74,0 |
| Uruguai | Lã | 42,0 | Carne | 24,0 | 66,0 |
| Venezuela | Café | 52,0 | Cacau | 21,4 | 73,4 |

Fonte: Bulmer-Thomas, Victor (2010, p.79).

Entre 1870 a 1913, a maior parte dos capitais ingleses estava concentrada em títulos do governo nas suas três esferas de representação: federal, estadual e

municipal; e, na participação acionária em empresas controladas por estrangeiros. Como resultado, as principais casas bancárias eram de propriedade de cidadãos de origem inglesa²⁴. São estas as instituições que irão financiar a maior parte dos gastos dos governos e a sociedade latino-americana.

Com relação aos investimentos diretos, mais de cinquenta por cento dos recursos foram destinados à implantação de uma malha ferroviária, com o propósito de transportar mercadorias indicadas ao mercado externo. Na realidade, era um investimento bastante seguro, pois a sobrevivência destas economias dependia do volume de mercadorias exportadas, e na sua remuneração era em moeda conversível garantindo boa lucratividade. As condições para a sua expansão eram amplamente favoráveis. Entre 1870 e 1913, o total da malha ferroviária brasileira e argentina em conjunto, cresceram de pouco mais de 1.500 km para quase 60.000 km.

Outras atividades ligadas ao setor de serviços também foram contemplados pelos capitais ingleses, entre elas destacavam-se: bancos, companhias de seguros; transporte marítimo, administração de docas e serviços portuários, etc. Da mesma forma, as atividades relacionadas à esfera da produção, também foram contempladas, por meio do controle de frigoríficos, refinarias de açúcar, cervejarias, tecelagens e mineração.

O crescimento das cidades, também se constituiu em um local atrativo para os capitais ingleses, à medida que o crescimento do setor exportador evoluía, as firmas inglesas passaram a investir fortemente em serviços públicos urbanos, tais como: transporte urbano, fornecimento de água potável, esgotamento e drenagem urbana, gás, telefone, telégrafos e eletricidade.

A supremacia do capital inglês em toda América Latina neste período poderia ser atribuída a vários fatores²⁵: primeiro; a Inglaterra era a primeira nação industrial do mundo; segundo: Londres o principal centro financeiro mundial, principal fonte de capitais para exportação; terceiro: possuía a maior marinha mercante do mundo e a mais poderosa armada; e, quarto: havia estabelecido elos comerciais, políticos e financeiros com a maioria das nações latinas desde a sua independência.

²⁴ No Brasil, Banco Rothschilds era a principal fonte de crédito; enquanto que na Argentina era o Banco Barings.

²⁵ Ver Bethel. Leslie (2001, p.606)

Os três tipos de capital: físico, humano e trabalho; necessitaram de financiamento para expandir suas atividades. A existência de um mercado interno de capitais eficiente representava uma alternativa viável para expansão das atividades econômicas. Porém, a realidade latino-americana estava bem longe de apresentar condições propícias para a formação de capitais internamente, de modo a financiar o crescimento econômico destas economias. A realidade era bem diferente da desejada. Durante o século XIX, não havia desenvolvido um mercado de capitais.

1.4 O PADRÃO OURO

O grande desenvolvimento econômico verificado na Europa durante o século XIX evidenciou a necessidade da estabilidade econômica para o desenvolvimento dos negócios. Durante a revolução industrial, o valor da libra esterlina esteve relacionado às quantidades de ouro em poder dos ingleses. A libra esterlina era usada como moeda de troca nas transações internacionais, na maior parte do mundo civilizado. Posteriormente, com a unificação dos estados alemães a partir de 1870, a importância do ouro como lastro no valor da moeda nacional tornou-se ainda mais importante na Europa Continental²⁶. O período áureo do padrão ouro esteve compreendido entre 1870 e 1913.

Em termos gerais, este padrão fazia parte de outro sistema monetário baseado na emissão de moedas com lastro correspondente em ouro. Neste sistema, o Banco Central ou um órgão responsável pela circulação da moeda, fixava a quantidade de moeda em circulação no país, com base no valor das suas reservas metálicas. De modo que, o valor da moeda nacional era fixado com base em determinada quantidade deste metal. Além do ouro, a prata também era aceita como instrumento de troca entre nações.

As regras no sistema do padrão ouro eram simples. Neste regime, cada país definia o conteúdo de ouro existente em sua moeda nacional e, a partir deste valor era obrigado a comprar ou vender qualquer quantidade deste metal com base no preço fixado. A Inglaterra adotou oficialmente este sistema em 1816²⁷, com uma paridade definida em aproximadamente oito gramas de ouro por libra esterlina.

²⁶ Novaes (2009) apresenta uma completa explicação sobre as origens do padrão ouro e a sua adoção pelos países.

²⁷ Krugam e Obstfeld (2010) descrevem o funcionamento do sistema.

Posteriormente, outros países adotaram esta prática, e ao fazerem este movimento às taxas de câmbio tornaram-se fixas.

Ao longo dos anos que antecedem a Primeira Grande Guerra, a difusão do uso da libra esterlina como moeda internacional de trocas, coincide com o auge da expansão do império britânico, e sua acessão esta relacionada diretamente à revolução industrial. A paridade entre as moedas estava relacionada à quantidade de cada moeda possuía como equivalente em ouro²⁸.

Havia também, um custo decorrente do deslocamento do ouro entre os dois países, de aproximadamente três centavos de dólar para cada libra comercializada. Deste modo, a cotação de uma moeda em relação à outra poderia oscilar em um intervalo de mínimo para mais ou para menos. Qualquer cotação acima ou abaixo deste intervalo poderia provocar uma importação ou exportação de ouro entre os dois países.

O sistema do padrão-ouro tendia apresentar um equilíbrio no balanço de pagamentos, visto que os déficits eram ajustados com base em pagamentos em ouro. Como as reservas em ouro eram limitadas, estes déficits não poderiam ser sustentados por muito tempo. Desse modo, caso um país apresentasse um déficit no seu balanço de pagamentos, isto implicaria em última instância em uma exportação de ouro para outro país, como forma de honrar seus compromissos financeiros e comerciais. Cabe destacar que com a saída deste metal, também poderia implicar uma redução no meio circulante do país, tornando a moeda local escassa e possibilitando que os preços das mercadorias tendessem a serem reduzidas. Para que houvesse a redução na quantidade de moeda em circulação no país, o governo deveria aumentar as taxas de juros internas. Caberia, portando programar medidas para fomentar o aumento das exportações e redução nas importações, como medida para evitar o aumento nas taxas de juros e, conseqüentemente, a redução na atividade econômica.

Por outro lado, se um país apresentasse um superávit no seu balanço de pagamentos, por exemplo: as exportações maiores que as importações, implicariam, em última instância, na importação de ouro para o país como recebimento por seus

²⁸Por exemplo: Em 1913, a paridade definida para a libra esterlina era de 7,34 gramas de ouro, enquanto que os Estados Unidos haviam estipulado uma paridade aproximada de 1,51 gramas. Isto representava uma relação de que cada libra esterlina representava o mesmo que quatro dólares e oitenta centavos de dólar. Assim, a taxa de câmbio estipulada do dólar em relação à libra era cerca de US\$ 4,87 = 1£.

compromissos financeiros e comerciais. Vale ressaltar que uma entrada deste metal poderia implicar em um aumento no meio circulante do país, tornando a moeda local abundante e possibilitando com que os preços das mercadorias tendessem a serem elevadas. Nesse modelo, uma decorrência direta do aumento na quantidade de moeda em circulação está na perda do valor da moeda e, conseqüentemente, a inflação. Assim, para que o processo inflacionário fosse abortado, seriam necessárias medidas para reduzir ou eliminar este superávit. Para tanto era importante programar medidas para fomentar o aumento das importações e/ou a redução das exportações.

Possíveis problemas poderiam ser alcançados por meio da adoção deste mecanismo, principalmente, quando adotados em economias baseadas na exportação de bens primários que estavam apresentando transformações em seus mercados internos com a expansão do mercado consumidor no final do século XIX²⁹. Esta argumentação pautava-se pela grande participação do setor externo na economia, que também significa em períodos de crise externa forte oscilação nos resultados da balança comercial. Nesta conjuntura, os produtos primários tendem a cair em uma velocidade mais alta que os preços dos produtos manufaturados, agravando ainda mais o resultado da balança comercial. A solução para este problema passava pela manutenção dos fluxos de capitais internacionais em direção ao país³⁰.

Naquele momento, Brasil, Argentina e México apresentavam praticamente um mesmo perfil de importações, e a sua fonte de comércio internacional eram praticamente semelhantes, visto que eles compravam principalmente mercadorias manufaturadas provenientes, em sua maior parte, dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Dos três reis da América Latina, o México tinha a situação mais confortável, visto que o país tinha a sua disposição imensas jazidas de prata que eram exportadas para financiar as suas exportações, durante todo o regime de Porfírio Díaz. Deve ser considerado também que as imensas reservas de petróleo mexicanas tornaram-se economicamente viáveis, para a exploração a partir do começo do século 20, o que proporcionou maior estabilidade externa ao país.

²⁹ Ver Furtado (2006).

³⁰ Com os sucessivos déficits na balança comercial do Império e na recém-proclamada república, restava contrair empréstimos externos e esperar a boa vontade dos estrangeiros para investir seus capitais no país. Tal cenário, também se manifestava na Argentina. Conde (1963).

Todavia, para Brasil e Argentina o quadro era bem distinto. As duas economias possuíam duas coisas em comum. Primeiro, eram exportadoras de produtos agrícolas e pecuários: café no Brasil; trigo, cevada, lã, milho e carnes, na Argentina. Segundo, os dois países eram extremamente dependentes do capital externo.

No caso brasileiro, o padrão ouro foi um objetivo a ser alcançado pelas autoridades republicanas. Entre 1906 a 1913, vigou o sistema da caixa de conversão. Isto é uma quantidade significativa de moeda nacional poderia ser convertida em libras esterlinas a qualquer momento. Tal mecanismo asseguraria a conversibilidade dos mil réis. No caso Argentino, o estabelecimento do peso do ouro garantiu a estabilidade econômica a partir da última década do século XIX.

O auge do padrão ouro ocorre justamente no período compreendido entre 1870 a 1914. Porém, com o início da Primeira Guerra mundial (1914 a 1918) começa a sua fase de decadência. Durante a Primeira Guerra Mundial, os países que participaram deste conflito, suspenderam a relação estável existente entre as reservas metálicas e a moeda local em circulação, devido aos enormes gastos militares por meio da emissão de moeda sem lastro.

Se por um lado, as emissões adicionais de moeda provocavam pressões inflacionárias, outro elemento também ajudava nesse sentido: a redução da população decorrente das vítimas deste conflito. Assim, mais moeda em circulação e menos pessoas para utilizá-la, e proporcionar um desequilíbrio no sistema. Visto que, ter mais moeda do que o necessário era, conseqüentemente, gerar uma pressão por aumento nos preços dos bens e serviços.

Com o final da Primeira Guerra, marca o processo de ascensão dos Estados Unidos para a liderança do mercado financeiro internacional, enquanto que, paralelamente a Inglaterra entra em fase de decadência econômica e financeira.

CAPÍTULO II – ARGENTINA: LA BELLE EPOQUE.



2.1 AS PROVÍNCIAS REUNIDAS DO PRATA

Durante o período colonial, a atual república argentina era conhecida como as Províncias Reunidas do Prata. Desde a sua independência em 1810, sua história é marcada pelo constante conflito entre a cidade de Buenos Aires e as províncias do interior, pelo controle político do país. No duelo entre o porto de Buenos Aires e as demais regiões, Buenos Aires tinha um trunfo que as demais províncias não possuíam, o controle do delta do Rio da Prata, que lhe garantiria uma supremacia econômica sobre as demais regiões do país. Nesse sentido, a maior parte dos recursos arrecadados pelo governo eram provenientes das Alfândegas de Buenos Aires. Grande parte da política Argentina, reproduziu uma disputa entre grupos conservadores e liberais que lutavam pela centralização e federalização, que se manifestava por todo o continente americano. Enquanto esta contenda não se resolvia, o clima para desenvolver negócios no país era prejudicado.

Este quadro é alterado, somente após a pacificação do país³¹, quando o general Bartolomé Mitre (1862 a 1868) assume a presidência da república e torna-se reconhecido pelas demais províncias. Nesse momento, o aparato institucional era bastante precário³². Não havia um quadro jurídico nacional, pois cada província tinha suas próprias regras. Quatro anos antes, em 1858, a Província de Buenos Aires havia introduzido sua legislação comercial. Com a posse de Mitre, esta mesma

³¹ Embora algumas manifestações de rebeldia ainda acontecessem, eles estavam restritos nas próprias províncias e eram fenômenos locais. Ver Lynch (1984, p.668).

³² Segundo Devoto (2004, pp.84-85), a estrutura para funcionamento do Estado era bastante precária. O Estado não dispunha de edifícios próprios e nem mesmo funcionários em quantidade suficiente.

legislação é estendida para toda a nação. Nos anos seguintes, outros conjuntos de leis foram aprovados, em 1871, um código civil e em 1880, um código penal.

Durante este período, as instituições argentinas praticamente não existiam. Segundo Devoto (2004, p.85): “O Estado não possuía um Poder Judiciário Nacional organizado, nem juízes federais, nem de uma Suprema Corte de Justiça; não contava com uma Controladoria Nacional, nem sequer de uma Tesouraria”

Era verdadeiramente um caos administrativo, que a administração nacional deveria solucionar. Naquele momento, a única força que o governo dispunha era a organização do Exército nacional, que era formado com base nas forças militares da província de Buenos Aires³³.

O cenário encontrado pelo General Mitre, em virtude da grande carência de funcionários estatais é radicalmente alterado na década seguinte. Em 1876, o governo nacional contava com mais de treze mil funcionários públicos³⁴. Nas primeiras cinco décadas de autonomia política, a Argentina não possuía um sistema monetário próprio. Circulavam diversas moedas provinciais e moedas de prata provenientes da Bolívia. Somente com a adoção do padrão ouro em 1881, é que circularia uma moeda nacional.

2.2 ECONOMIA ARGENTINA 1811 A 1870: A ERA DA LÃ.

Entre 1811 e 1850, a principal atividade econômica argentina era a criação de gado, uma atividade que necessitava de um reduzido volume de capital inicial e de pouca mão-de-obra. Esta atividade estava concentrada na região nordeste do país e nas margens do Rio da Prata e do Oceano Atlântico. Neste sentido, o eixo econômico do país estava localizado justamente onde havia facilidade de deslocamento de mercadorias, isto é, o comércio entre as províncias de Entre Ríos e Corrientes ao Porto de Buenos Aires.

A agricultura era pouco desenvolvida em virtude das péssimas condições de transporte, que encareciam substancialmente os fretes. Era mais barato importar trigo ou farinha de trigo do que produzir localmente para o mercado de Buenos Aires.

³³ Ver Devoto et al. (2004, p.85).

³⁴ Este resultado se aproximava com a realidade do Império brasileiro. Ver Devoto et al. (2004, p.85).

Na década de 1820, o principal produto de exportação argentino era o couro bovino, e em menor grau a lã ovina. Neste período, o embarque de couro para o mercados externos superava em 50 para 1, os embarques de lã. Após o período de independência a economia argentina estava em processo de transformação, a produção de couro bovino estava gradualmente dando lugar a produção de lã de carneiro³⁵.

O desenvolvimento da criação de caprinos em território argentino é resultado do aumento no consumo na França e nos Estados Unidos. Assim, posto, com maiores possibilidade de venda no mercado externo, o interesse pela criação de carneiros, cresce, substancialmente. Durante grande parte da primeira metade do século XIX, lã era a principal matéria prima da industria têxtil, nos mercados internacionais³⁶. Nesse caso, os recursos para o desenvolvimento desta atividade estavam nas mãos do argentinos. Inicialmente, havia terras em abundância para isto. Entre 1852 e 1881, os rebanhos ovinos crescem de quinze milhões de cabeças para cinquenta e sete milhões e oitocentos mil. Em quase trinta anos, os rebanhos haviam crescido quase 285%. Nesse mesmo período, os rebanhos de gado bovino haviam crescido também, porém de maneira mais modesta, somente 56%³⁷.

O forte uso da terra para servir de pastagens para o gado ovino, proporcionou o aumento na demanda por novas terras, exigindo por conseguinte mais mão de obra e capital. Nos primeiros anos do país isso não proporcionava nenhuma pressão sobre os preços das terras. Todavia, por volta de 1860, a crescente expansão dos pastos para a pecuária começava a escassear a disponibilidade de terras.

2.3 A CONQUISTA DO DESERTO

O acesso a terra não foi um problema tipicamente argentino, pelo contrário se manifestou por toda a América Latina. Durante o processo de independência política, as melhores terras foram absorvidas por aqueles que detinham o poder econômico e político. Neste sentido, a igreja possuía um espaço considerável, pois

³⁵ Em 1830, começam as exportações de lã para a Europa. Ver Frontoms (2009, pp.61-62).

³⁶ Sobre as condições externas favoráveis para a pecuária ovina, ver Hora (2010, pp.100-101).

³⁷ Em 1852, os rebanhos bovinos eram compostos de três milhões de cabeças de gado. Em 1871, havia subido para cinco milhões e cem mil. Ver: Chiaramonte ([s.d.] apud LENZ, 2004, p.72).

havia conseguido manter seus direitos e propriedades praticamente intactas. A falta de terra livre foi uma das piores heranças do regime colonial, quando vários domínios foram dados “de mão beijada” à igreja e a homens de respeito e poder e a sobras erram arrebatadas durante os conflitos que se seguiram após a independência³⁸.

Nas últimas três décadas do século XIX, a criação de gado bovino e caprino estava restrita a áreas não concorrentes da agricultura. Isto era consequência de uma grava crise ocorrida durante o início da década de 1870. Todavia, os conflitos pelo uso da terra entre agricultores e pecuaristas começaram com a introdução da cerca de arame farpado. Em vista disso, na última década do século XIX, foram importadas mais de vinte mil toneladas de arame farpado.

No começo da década de 1870, ocorre uma crise econômica no continente europeu e no mercado norte americano, como consequência direta da guerra entre a França e os Estados Germânicos, que afetou profundamente a capacidade de importação dos franceses. Os Estados Unidos por sua vez, entraram em uma guerra contra os estados do sul, para manterem sua unidade³⁹. Assim, reduzido o volume de importações efetuadas pela França e Estados Unidos, os preços das carnes e lãs exportadas caíram consideravelmente. Em razão disso, a economia argentina entra em um breve período de recessão. Para piorar a situação, o grande aumento nos rebanhos, associado a uma demanda externa estagnada, pressionava ainda mais para baixo os preços dos produtos pecuários. Nesse sentido, não havia como manter a rentabilidade do setor pecuarista, e as condições econômicas da França, foi gradualmente reestabelecidas, de modo que a rentabilidade do setor reduziu-se ao longo de toda a década de 1870.

Com esta nova condição possibilitou que criadores de gado platinos buscassem alternativa para manterem seus lucros elevados e aumentar ainda mais a produção pecuária para compensar a queda no valor do seu produto. Nesse sentido, a solução encontrada passava necessariamente pela expansão da fronteira econômica⁴⁰.

Para tanto, havia, naquele momento, condições extremamente favoráveis para a adoção desta política, visto que a região sul do país, nos pampas, ainda

³⁸ Ver Landes (1998, p.365).

³⁹ Para uma descrição melhor deste evento, ver Bulmer-Thomas (2010, p.76).

⁴⁰ No final da década de 1870, a crise econômica já havia sido superada.

havia grandes extensões de terras intocadas que não estavam sendo aproveitadas comercialmente, mas que eram propícias para a prática da agropecuária. Existia, porém, um pequeno obstáculo a ser superado: estas terras eram habitadas por povos indígenas que não aceitariam pacificamente entregar seus territórios em nome do progresso.

Em décadas anteriores, o poder da política de Buenos Aires estava limitado a umas poucas centenas de quilômetros junto às cercanias da cidade, e as fronteiras mais ao sul não estavam bem definidas. As terras localizadas nos pampas e, mais ao sul, por exemplo, a Patagônia não haviam sido pacificadas, e era motivo constante de preocupação dos habitantes fronteiriços. Alguns grupos indígenas eram acusados de roubar o gado dos estancieros argentinos para venderem nos mercados bolivianos e chilenos. Praticamente, as zonas de fronteira não estavam pacificadas, e a ação do Estado Argentino para controlar estas áreas era reduzida.

Somente após a unificação do Estado argentino de 1862, quando é finalizada a disputa política entre a Buenos Aires e as províncias do interior, é que foi possível concentrar esforços para aumentar a influência nesta região⁴¹ e também definir as fronteiras nacionais. Isto somente tornou-se possível com o fortalecimento do poder militar do país, durante o mandato presidencial de Domingo Sarmiento, entre 1868 e 1874 e de seu sucessor, Nicolás Avellaneda, entre 1874 a 1880⁴².

Esta expansão, denominada de “a conquista do deserto”, ocorrida entre, 1875 e 1879, apenas foi possível devido a um conjunto de operações militares, que buscaram essencialmente expulsar das suas terras, os povos indígenas que ali habitavam⁴³. As ações militares foram ajudadas em grande parte pelo uso das ferrovias e do uso dos telégrafos⁴⁴. O primeiro possibilitou reduzir o tempo de deslocamento de tropas⁴⁵ militares e mercadorias para as regiões de fronteira agrícola; e o segundo melhorou as comunicações com Buenos Aires.

Em 1880, após três décadas de grande desenvolvimento, a criação de ovinos consolidou-se como a principal atividade pecuária da nação. Ela usa as terras

⁴¹ Os chilenos também reivindicavam a posse das terras localizadas na patagônia e nos pampas. Suas demandas foram finalizadas com um acordo com o Governo argentino, com o início da guerra do Pacífico (1879-1883). Ver Flórida (2002, p.154).

⁴² Ver Flórida (2002, p.155).

⁴³ Ver Lenz (2006, pp.543-544).

⁴⁴ Ver Cortés-Conde (1984, p. 499).

⁴⁵ A conquista do deserto na argentina e a conquista do oeste nos Estados Unidos aconteceram praticamente na mesma data. O papel do exército nestes movimentos foi fundamental para garantir o acesso às novas terras e ajudar expulsar os indígenas que ali habitavam a várias gerações.

mais férteis e proporcionava mais de dois terços das exportações do país⁴⁶. Entretanto, o crescimento da pecuária ovina não ocorreu devido à redução na pecuária bovina. Pelo contrário, a pecuária bovina desenvolveu-se deslocando para terras mais baratas e que apresentavam pastos inferiores, cuja oferta aumentou consideravelmente em consequências das campanhas militares.

Assim, a guerra travada entre o exército argentino e os povos indígenas, constituiu em uma das principais razões que possibilitaram, pela incorporação de grandes extensões de terras férteis para a produção de diversas culturas agrícolas, no alicerce do modelo exportador de produtos primários, além de praticamente definir as atuais fronteiras do território argentino⁴⁷.

Durante a década de 1870, as condições financeiras do Estado argentino não eram suficientes para pagar despesas do exército nacional na “conquista do deserto”. Para resolver este problema, os fundos necessários para esta campanha foram levantados junto aos grandes pecuaristas nacionais. Ao final do conflito, a maior parte das novas terras foi repartida, entre os próprios que financiaram aquela ação e alguns militares de alta patente. Em outras palavras, o acesso a terra continuava nas mãos daqueles que controlavam o país⁴⁸.

Argentina e Estados Unidos apresentaram histórias semelhantes, com relação à expansão de sua fronteira agrícola durante a segunda metade do século XIX. “A conquista do deserto” realizada pelo governo argentino teve como característica semelhante à perseguição dos povos indígenas pelo exército norte-americano. Todavia, os resultados no campo foram bem distintos entre os dois países. Na Argentina, o espólio da terra ficou concentrado a poucas famílias, que possuíam grandes latifúndios e cuidavam do gado e da monocultura, enquanto que nos Estados Unidos a terra foi distribuída para pequenos produtores familiares para a prática da policultura.

Assim posto, eliminado o problema indígena, restava agora ocupar as novas terras aberta pela conquista do deserto. Assim, aumentar a produção pecuária como forma de compensar a queda nos preços, era a alternativa a ser buscada. De modo que, para que isto fosse possível, era necessário aumentar o tamanho dos rebanhos, que por sua vez exigiram mais terras para o seu pasto. Assim, o

⁴⁶ Ver Hora (2010, pp.184-185).

⁴⁷ Ver Lenz (2004, pp.565-567).

⁴⁸ Segundo Landes (1998, p.365), quase nove milhões de hectares de terras havia sido financiado por somente 381 pessoas.

problema central seria resolvido ao manter a rentabilidade dos seus negócios por meio de aquisições de novas terras, e de preferência com custos cada vez mais baixos.

Havia uma prática enraizada do Estado Argentino em favorecer aos grandes pecuaristas. Desde o governo de Rosas em 1829, até o governo de Roca, o Estado havia doado ou vendido a baixo preço quase trinta e três milhões de hectares⁴⁹. No final do século XIX, praticamente não havia mais terras livres para que o Estado argentino pudesse oferecer. Naquele momento, os campos já possuíam dono, com a pressão por novas terras para fornecimento de carne e grãos, o preço das propriedades rurais aumenta substancialmente em um processo de especulação.

Assim, com o aumento do fluxo migratório para os campos, os novos trabalhadores europeus dificilmente conseguiam recursos para comprar terras e formar colônias de pequenas e médias propriedades⁵⁰. Desse modo, o processo de especulação nos preços das terras se constituiu em forte obstáculo para a formação de uma classe média rural.

2.4 AS FERROVIAS E O CAPITAL EXTERNO.

O papel das ferrovias no desenvolvimento econômico argentino é extremamente importante. Com a introdução das estradas de ferro, foi possível transportar mercadorias do interior para o litoral. Se por um lado, a geografia argentina ofertou uma grande quantidade de terras férteis e baratas propícias à prática da atividade agrícola e pecuária, por outro não ofereceu condições naturais para escoar esta produção para os mercados consumidores localizados no exterior. Com exceção do Rio da Prata e outros pequenos rios navegáveis, grande parte do desenvolvimento agropecuário esteve limitado pelos elevados custos de transporte.

Uma consequência direta da implantação de um sistema de estradas de ferro foi à possibilidade de redução dos custos de transportes. Um bom exemplo disso é que: entre 1857 e 1910, os transportes ferroviários conseguiram reduzir substancialmente os fretes. As maiores quedas ocorreram justamente nos primeiros vinte anos. Assim, entre 1857 e 1884, verificou-se uma redução de mais de 70% do preço do frete ferroviário, em ralação a mesma mercadoria transportada por carroças

⁴⁹ Ver Bagu (1961, p.114).

⁵⁰ Ver Bagu (1961, pp.114-118).

e carros de boi. E, entre 1884 e 1910, esta redução havia sido de um pouco mais que 23%⁵¹.

A rede ferroviária argentina cresceu substancialmente, entre 1870 e 1880, tanto em extensão, como por carga transportada. Os incentivos do governo argentino eram consideráveis para atrair capitais para este setor. Em 1907, foi aprovada uma lei pelo Congresso Argentino limitando a três por cento do lucro líquido e isentando todas outras formas de imposto, para as empresas que construíssem novas estradas de ferro⁵².

O papel das estradas de ferro no desenvolvimento econômico argentino neste processo teve caráter fundamental. Pois, por este caminho as ferrovias permitiriam reduzir substancialmente o valor do frete dos produtos agrícolas, produtos ao cais do porto e com isso reduzir seus custos, tornando mais competitivo no mercado internacional.

Neste ponto, a argentina tinha o que ganhar nas últimas décadas do século XIX: visto que ela possuía uma geografia extremamente favorável que permitia construir estradas de ferro a um custo extremamente baixo, quando comparado com outras áreas produtoras de bens primários, como Brasil e México.

Nos anos de 1870, a malha ferroviária argentina cresceu ultrapassando a antiga fronteira agrícola, seguindo em direção ao sul do país. A partir desse momento, com a incorporação de novas terras a serem exploradas, a criação de gado bovino é descolado cada vez mais para o sul do país, e sendo substituído pela agricultura em suas antigas áreas de pastagem.

Segundo Cortés-Conde (1984, p.479), “a expansão não foi gerada por um aumento de preços, mas, antes, pela disponibilidade de novas terras e pela necessidade de reduzir os custos a fim de manter a viabilidade econômica da pecuária”.

E isto aconteceu com o capital inglês. A construção de uma infraestrutura que possibilitasse escoar a produção pecuária e agrícola dos campos para os portos necessitava de um enorme esforço de financiamento, que em muito excedia a capacidade do mercado financeiro argentino. Nas décadas de 1860 e 1870, foram fundados bancos privados com a finalidade de financiar a economia ovina. Porém, suas reduzidas dimensões não as habilitavam para uma tarefa desta envergadura.

⁵¹ Ver Lenz (2004, p.99).

⁵² Ver Rapord (apud LENZ, 2004, p.101).

Os recursos que sustentariam o grande ciclo de investimentos teriam que vir de fora, e a sua origem do maior centro financeiro mundial naquele tempo, a cidade de Londres⁵³. A Inglaterra era a maior, ou a única fonte, de recursos das maiorias das economias latino-americanas.

A partir de 1880, os capitais estrangeiros começaram a observar a Argentina com outros olhos. E não faltavam motivos: as grandes oportunidades oferecidas pela enorme quantidade de terras férteis e a mudança na segurança jurídica ao capital externo proporcionada pela consolidação do Estado nacional eram atrativos consideráveis.

O sucesso na captação de recursos pode ser contatado entre 1880 e 1913. Em 1880, a Argentina era o quarto maior destino dos capitais estrangeiros na América Latina, que estavam concentrados em empréstimos ao governo federal ou para empresas estatais. Em 1913, já era o principal destino dos capitais ingleses.

Tabela 9: Principais destinos dos investimentos britânicos na América Latina, 1865 – 1913 (em milhões de libras esterlinas).

| País | 1865 | 1875 | 1895 | 1900 | 1905 | 1913 |
|----------------|------|-------|-------|-------|-------|---------|
| Argentina | 2,7 | 22,6 | 46,0 | 190,9 | 253,6 | 479,8 |
| Brasil | 20,3 | 30,9 | 47,6 | 93,0 | 124,4 | 254,8 |
| México | 25,6 | 28,4 | 40,8 | 93,6 | 119,5 | 132,1 |
| América Latina | 80,9 | 174,6 | 250,5 | 552,5 | 688,5 | 1.179,5 |

Fonte: Miller (1993 apud HORA, 2010, p.171).

No começo do século XX, o volume de capital estrangeiro, principalmente inglês, cresceu substancialmente e focou-se em empreendimento no setor produtivo, em destaque o setor ferroviário⁵⁴. Entre 1885 a 1891, o total de investimentos ingleses no setor ferroviário havia chegado ao montante de duzentos e trinta milhões de pesos conversíveis⁵⁵. Como resultado, a malha ferroviária argentina cresceu de forma acelerada. E nos anos seguintes, isso não seria reduzido.

⁵³ Ver Hora (2010, p.170).

⁵⁴ Ver Hora (2010, p.170).

⁵⁵ Ver Cortés-Conde (1963, p.149).

Tabela 10: Argentina: Malha Ferroviária e Carga Transportada: 1870 a 1914

| Ano | Extensão (km) | Carga Transportada (mil toneladas) | Tonelada Transportada (por Km) |
|------|---------------|------------------------------------|--------------------------------|
| 1870 | 732 | Nd | Nd |
| 1875 | 1.384 | 660 | 477 |
| 1880 | 2.313 | 772 | 334 |
| 1885 | 4.541 | 3.050 | 672 |
| 1890 | 9.254 | 5.420 | 586 |
| 1895 | 14.222 | 9.650 | 679 |
| 1900 | 16.767 | 12.659 | 755 |
| 1905 | 19.682 | 22.770 | 1.157 |
| 1910 | 27.713 | 32.561 | 1.175 |
| 1914 | 34.534 | 34.274 | 992 |

Fonte: Vásquez-Prasedo (apud LENZ, 2004, p.102) e tabulações do autor.

O bom acesso aos recursos naturais para o desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária é condição necessária para a ampliação consistente destas atividades. Neste caso, a disponibilidade argentina de grandes planícies com terras férteis e virgens para a criação de gado e posteriormente cultivo de cereais, eram um ambiente extremamente favorável à expansão destas atividades. A barreira natural para o aproveitamento destas terras era o custo de transportes das mercadorias ali produzidas, que eram transportadas anteriormente em lombos de mulas e cavalos em direção aos portos.

Nestas condições, os fretes eram extremamente caros o que se constituía em grande obstáculo a ser superado. O uso da estrada de ferro representou um amplo avanço para estas economias do interior, proporcionando melhor integração entre Buenos Aires, ao reduzir o custo de transporte e diminuir o tempo de deslocamento. Como resultado, uma onda de progresso passa a caminhar em direção ao interior dos pampas levando um substancial crescimento na atividade econômica.

Não se deve esquecer também, que a economia argentina estava, naquele momento, sendo tremendamente beneficiada no comércio internacional, durante as últimas décadas do século XIX. Neste período, a revolução industrial, que se desenvolvia em sua segunda fase, demandava produtos básicos. De modo que, não somente a Argentina foi beneficiada com este processo, mais outros países de colonização recente como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, também obtiveram

grandes ganhos neste período⁵⁶. Assim, as condições favoráveis auxiliaram as estas economias a apresentarem um grande surto de crescimento econômico⁵⁷.

Entre 1870 e 1913, o produto argentino cresceu 1134%, uma das taxas de crescimento mais elevadas já constatadas, muito superiores ao apresentado pela Nova Zelândia (580%) e Austrália (327%), Canadá (445%) e Estados Unidos (425%). Todavia, quando os dados são desagregados por períodos distintos, a grande fase de crescimento argentino se deu justamente entre 1870 e 1900, quando o produto cresceu quase 450%. Foi justamente neste período que se consolidou a agricultura e a pecuária de exportação. No período seguinte, 1900 a 1913, o ritmo de crescimento apresentou uma diminuição, porém ainda permanece elevado.

Tabela 11: Países Selecionados: Taxa acumulada de Crescimento do Produto Interno Bruto e Renda Per Capita – 1870 a 1938 (%)

| Ano | 1870 a 1900 | 1900 a 1913 | 1870 a 1913 |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Produto Interno Bruto | | | |
| Argentina | 449,4 | 124,7 | 1134,6 |
| Austrália | 158,4 | 65,6 | 327,9 |
| Nova Zelândia | 284,5 | 66,7 | 540,9 |
| Canadá | 148,0 | 119,8 | 445,0 |
| Estados Unidos | 217,7 | 65,6 | 425,9 |
| Renda Per Capita | | | |
| Argentina | 110,2 | 37,8 | 189,7 |
| Austrália | 22,6 | 28,5 | 57,5 |
| Nova Zelândia | 38,7 | 19,9 | 66,2 |
| Canadá | 71,8 | 52,7 | 162,4 |
| Estados Unidos | 67,3 | 29,6 | 116,8 |

Fonte: Maddison (2001) e tabulações do Autor.

2.5 AS MIGRAÇÕES

Por volta da metade o século XIX, a população argentina era bem reduzida. Habitavam nas terras platinas um pouco mais que um milhão e cem de habitantes. Entre 1871 e 1914, cerca seis milhões de pessoas entraram na Argentina; desse total, dois milhões e setecentos mil retornaram as suas terras de origem e três

⁵⁶ A escolha destes países se deve as suas características semelhantes, tais como: grandes pastos a serem explorados, locais de recepção de grandes contingentes populacionais de origem europeia; e forte influência econômica do capital inglês.

⁵⁷ Para efeito de comparação, empreguei períodos não marcados por grandes choques externos: 1900; final do século XIX; 1913: antes da Primeira Guerra Mundial; 1938: antes da Segunda Guerra Mundial.

milhões de duzentas mil permaneceram no país⁵⁸. Em 1914, a população do país chegava há pouco mais de sete milhões e seiscentas pessoas. O grande aumento da população havia sido resultado do grande fluxo migratório.

Após a guerra pela independência política, os governos que se sucederam tentaram atrair mão de obra estrangeira. Desejavam-se obter trabalhadores de procedência germânica e saxão para desenvolver as abundantes terras disponíveis. Embora, após a independência, a igreja católica permanecesse influente nas decisões do país, o governo abria concessões para membros de outras igrejas, como forma de atrair os melhores trabalhadores da Europa.

Em 1876, é promulgada uma lei que assegurava ao imigrante o pagamento da passagem completa. Porém, ela não assegurava ao imigrante uma parcela de terras para que ele pudesse desenvolver suas atividades. Isto seria o indício, para qual finalidade serviria os novos trabalhadores. Não haveria espaços suficientes para os novos colonos, mas grandes oportunidades para peões de fazenda⁵⁹.

Porém, eles viriam de qualquer forma. O fluxo migratório foi similar ao que havia ocorrida com os investimentos estrangeiros. A partir da segunda metade da década de 1880, ingressaram anualmente no país cerca de cento e cinquenta mil novos trabalhadores, sobre uma população um pouco maior que três milhões de habitantes. Entre 1905 a 1913, a média anual sobe para trezentas mil pessoas.

Segundo dados do Censo Nacional de 1914, aproximadamente trinta por cento da população do país era de origem estrangeira. Na cidade de Buenos Aires, este contingente era quase a metade.

Tabela 12: Argentina: Migração e Imigração -1900 a 1914

| Ano | Imigrantes | Emigrantes | Saldo |
|-------------|------------|------------|-----------|
| 1905 | 221.622 | 82.772 | 138.850 |
| 1906 | 302.249 | 103.852 | 198.397 |
| 1907 | 257.924 | 138.063 | 119.861 |
| 1908 | 303.112 | 127.032 | 176.080 |
| 1909 | 278.148 | 137.508 | 140.640 |
| 1910 | 345.275 | 136.405 | 208.870 |
| 1911 | 281.622 | 172.041 | 109.581 |
| 1912 | 379.117 | 172.996 | 206.121 |
| 1913 | 364.271 | 191.643 | 172.628 |
| 1905 a 1913 | 2.733.340 | 1.262.312 | 1.471.028 |

Fonte: Cortés-Conde (2002, p.485)

⁵⁸ Ver Gallo (2002, p.513).

⁵⁹ A partir de 1880, a maior parte terra já estava repartida e apropriada e não havia um plano alternativo de colonização. Ver Lenz (2004, p.176).

Todavia, os imigrantes que vieram ao país não eram bem diferentes daqueles pretendidos pelo governo. Esperava-se que viessem para o país, trabalhadores das regiões mais desenvolvidas da Europa. A maioria dos imigrantes era de dois países, Espanha e Itália, consideradas subdesenvolvidas. Entre 1871 e 1914, a Itália respondeu por 47% dos imigrantes, enquanto que a Espanha contribuiu com 32%⁶⁰.

Cabe assinalar que um dos fatores que impulsionaram a entrada mássica de espanhóis no país, além do idioma, era que, naquele momento as possibilidades para os camponeses e operários espanhóis migrarem para a ilha de Cuba – principal colônia espanhola – estava sendo reduzida, visto que era considerada a joia da coroa. Pois, no final do século XIX, Cuba vivia um movimento por independência que custava centenas de mortes em combates que praticamente havia arruinado a economia da colônia. Já os italianos que ingressavam na Argentina seguiam praticamente os mesmos motivos que os seus compatriotas que viajavam com destino ao Brasil.

Entre 1905 e 1913, mais de dois milhões e setecentas mil de pessoas ingressaram na Argentina, porém uma grande parte deste contingente populacional retornava sazonalmente as suas terras originais, um milhão de duzentos sessenta mil. Estas pessoas eram denominadas de “aves de paso⁶¹”. No caso deste país, isto se referia aos deslocamentos da mão de obra entre a Argentina e a Europa entre 1905 e 1913. Visto que neste período, os salários pagos no campo representavam em alguns casos: de duas a três vezes a remuneração pagas nas zonas agrícolas europeias⁶², o que se constituía em forte atrativo para estes deslocamentos populacionais. Assim, com incentivo, mantinha-se o contínuo ciclo de deslocamentos populacionais ao sabor do período das colheitas⁶³. Mesmo com este fluxo de trabalhadores retornando a sua terra, quase um milhão e meio deles permaneceram no país.

⁶⁰ Outros grupos: Franceses, turcos otomanos, gregos, judeus. Ver Hora (2010, pp.174-181).

⁶¹ “Aves de passo”, passeio ou aves de arribação, é um fenômeno observado na fauna, onde as aves em certo período migram de uma direção para outra em busca de melhores condições de sobrevivência e reprodução.

⁶² Ver Taylor (1994, p.656).

⁶³ No Brasil este fenômeno pode ser observado no cultivo da cana de açúcar. Quando uma região apresenta no período de colheita da sua safra, uma grande quantidade de trabalhadores de outras regiões é deslocada para estas zonas, para efetuar o corte da cana. Quando esta estação acaba, estes mesmos trabalhadores partem para outra região que está vivenciando sua época de corte da cana.

A migração argentina era bem sensível às flutuações econômicas. Os imigrantes chegavam, em maior número, na época que a economia estava se expandindo e os salários aumentando. Por outro lado, quando a economia estava em contração, e os salários em queda, eles ingressavam em menor quantidade. Um mercado de trabalho tão flexível possibilitava acentuar o ingresso de novos trabalhadores nas fases de crescimento e contrair, via saída dos imigrantes, o impacto negativos sobre os salários nas fases negativas.

Cabe destacar que os incentivos salariais, principalmente a partir de 1900, não eram o único incentivo para atrair trabalhadores para o país. A Argentina oferecia melhores condições para a progressão social e econômicas, que as encontradas nos países de origem. Tanto no campo como nas cidades, o crescimento econômico havia trazido grandes oportunidades para os que ali ingressavam, visto que, havia uma carência de mão de obra especializada. Estas carências abriam espaços para que alguns imigrantes pudessem trabalhar como produtores independentes.

Segundo Hora (2010, p.178): “O fluxo migratório se moveu ao ritmo de três grandes ciclos econômicos. Se expandiu nos anos oitenta, se contraiu nos anos noventa, e voltou a crescer até 1914”.

O ingresso dos imigrantes na sociedade argentina melhorou consideravelmente a qualidade do capital humano. Em 1869, um entre cada quatro homens sabia ler e escrever. Já entre as mulheres esta proporção era mais reduzida: um para quatro.

A migração propiciou mudanças na estrutura social e profissional da nação. A introdução de novas tecnologias no campo, como por exemplo, a mecanização das lavouras, reduziu a demanda por trabalhadores em termos relativos, porém com a crescente urbanização abriu novas possibilidades na construção civil⁶⁴. A expansão do setor exportador promoveu a urbanização e contribuiu para o desenvolvimento de uma classe operária e de uma classe média assalariada. O aumento no poder de compra da população possibilitou a formação de um mercado interno consumidor e ampliou o mercado para produtos manufaturados⁶⁵.

⁶⁴ Ver Gallo (2002).

⁶⁵ Este mesmo exemplo poderia ser encontrado no Brasil. Ver Bulmer-Thomas (2010, pp.154-156).

2.6 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO

As inovações tecnológicas tornaram possível a exportação de carne para os mercados europeus, abrindo novas possibilidades de crescimento na atividade. A melhora nas condições de transporte e na tecnologia de armazenamento de produtos congelados possibilitou que a produção de carne para o consumo, e não somente de lã, couros e sebos, se convertessem, em seguida, na principal atividade dos produtores rurais.

Inicialmente, eram exportadas as carnes ovinas devido à facilidade de manipulação e transporte. A partir de 1883, são estabelecidas empresas frigoríficas que congelavam a carne para abastecimento, tanto internas, como externamente. Vale salientar que o mercado externo era mais rentável e proporcionava maiores lucros⁶⁶, porém o mercado interno também era importante, pois as suas dimensões era bem maior quando considerado somente o volume⁶⁷. Um bom exemplo disso é que em 1915, um pouco mais que 60% de todas as carnes abatidas pelos frigoríficos eram destinadas ao mercado interno.

O surgimento de novas oportunidades para a produção pecuária ovina levou a uma mudança substancial no processo de criação do gado. Antes eram criadas ovelhas pertencentes à raça merina, que oferecia uma lã de boa qualidade. Com a demanda por carne aumentando, os pecuaristas argentinos passam a adotar novas raças mais apropriadas para a produção, ou seja, além da lã, a carne. Nesse sentido, os pecuaristas foram bem rápidos em atender as novas exigências do mercado. Entre 1888 e 1893, mais de cinquenta milhões de cabeças de gado da raça merino haviam sido substituídas por outras raças⁶⁸. As vendas de lã, carne e outros derivados da pecuária ovina mantiveram-se como os principais produtos exportados até o começo da Primeira Grande Guerra.

A redução nos custos de transportes, o surgimento de grandes instalações processadoras e de navios dotados de câmaras frigoríficas adaptadas para transportar carcaças bovinas inteiras, também mudaram a vida do pecuarista argentino no final do século XIX. A produção de gado bovino foi bastante

⁶⁶ Em 1900, 20% de todas as importações de carnes efetuadas pela Inglaterra eram provenientes da Argentina. Em 1906, este percentual alcançava a 44%. Ver Devoto e Boris (2004, p.160).

⁶⁷ Ver Devoto e Boris (2004, p.160).

⁶⁸ Tratava-se de uma das mais rápidas e profundas mudanças genéticas ocorridas no mundo até então, em um setor pecuário inteiro. Ver Hora (2010, p.186).

incentivada, em decorrência das facilidades encontradas para escoar a produção. É oportuno ressaltar, que o mercado internacional constituiu-se no principal atrativo para a expansão desse setor.

Assim, ao focar o mercado externo, a necessidade de produzir carne de qualidade para o exterior requeria alguns ajustes no seu sistema produtivo. Entre as adaptações ocorridas estavam mudanças nos uso da terra, no sistema de propriedade da terra e no tamanho das fazendas de gado⁶⁹. Tais ações possibilitaram um aumento na produtividade da carne por hectare e na produtividade dos trabalhadores. Por outro lado, o aumento da lucratividade da atividade pecuária bovina possibilitou a adoção do sistema de arrendamento, como forma mais racional para conduzir os negócios no campo. Não adiantava mais manter grandes extensões de terras intactas, era mais coerente coloca-las para produzir.

Nesse sentido, o crescimento da indústria de carne argentina baseou-se no investimento de novas raças, na qualidade do pasto e no método de cruzamento de animais⁷⁰. O resultado dessa combinação foi uma carne de qualidade excepcional a um custo extremamente baixo.

Em 1880, as exportações de carne bovina e ovina representavam quase a totalidade de todas as vendas ao exterior⁷¹. O mercado para estes produtos no exterior apresentava condições extremamente favoráveis, de modo que foi possível triplicar as exportações, entre 1880 e 1914. Todavia, em 1914, sua participação havia caído para a metade da pauta de exportações argentinas. O que teria acontecido?

A resposta a esta pergunta estava nos campos. Nesse período a agricultura de grãos cresceu significativamente, tornando este país um celeiro para o mundo. A pecuária bovina deu sua contribuição à agricultura, com o aumento da demanda por pastagens artificiais. Isto era consequência da introdução de novas raças bovinas como fornecedoras de maior quantidade de carne para consumo. Neste caso, o cultivo da alfafa se adaptou melhor ao solo e ao clima dos pampas. Junto com a alfafa, outros cultivos foram introduzidos no campo. Assim, rapidamente começaram a semear a terra com sementes de milho e trigo, como resultado da introdução desta forrageira.

⁶⁹ O aumento na produtividade e na lucratividade da terra permitiu a grande valorização das propriedades depois de 1905. Ver Cortés-Conde (2002, p.500).

⁷⁰ Ver Lenz (2004, p.305).

⁷¹ Na realidade, cerca de 95%. Ver Hora (2010, p.189).

Havia grande dificuldade em encontrar mão de obra para arar o solo, isto fez com que os grandes proprietários de terras encontrassem como alternativa, o uso da prática da meeira como forma de evitar o trabalho assalariado. Neste modelo, as famílias de imigrantes assinavam um contrato com o proprietário da terra por um prazo médio de três ou quatro anos. Durante este período, os arrendatários se comprometiam a destinar uma parte de sua produção de cereais como forma de pagamento. Após o fim do contrato, as famílias eram obrigadas a deixar a propriedade, com o solo já adaptado ao cultivo das forragens, e seguiam para um terreno vizinho onde continuaria novamente este ciclo⁷².

Segundo Hora (2010, p.192): “Este sistema, que articulaba agricultura y ganadería, fue quizás La principal –aunque no la única – modalidad contractual a través de la cual cobró forma el desarrollo agrícola en la mayor provincia argentina.”

Como consequência, em grande parte das mudanças ocorridas no campo, a produção agrícola argentina cresceu consideravelmente tornando-se sua produção um elemento de exportação. Nesse sentido, as ferrovias desempenhavam um papel fundamental para escoar a produção dos campos para os portos e, a mão-de-obra imigrante, necessária para arar os solos.

Entre 1888 e 1910, a superfície plantada de trigo, milho e linho haviam crescido em mais de dez milhões de hectares, chegando a quase doze milhões. Todavia, isto se tornou possível pelo uso de tecnologias intensivas em capital, que poupavam o uso da força de trabalho, tanto no plantio, como na colheita⁷³. O desenvolvimento da agricultura extensiva e especializada orientada para o mercado de exportação, somente foi viável com a mecanização da produção agrícola⁷⁴.

À medida que os grãos argentinos iam ingressando no mercado internacional em grandes quantidades, a comercialização dos produtos passou a ser controlada por um oligopólio formado por quatro empresas exportadoras⁷⁵. Estas empresas desempenhavam o papel de organizar o mercado e financiar os produtores rurais. Além disso, movidas pelo interesse no lucro, elas difundiam novas técnicas de cultivo e promoviam a aclimação de adaptação de sementes. Em

⁷² Ver Hora (2010, p.192).

⁷³ Ver Hora (2010, p.193).

⁷⁴ Um bom exemplo da mecanização do campo, e que entre 1891 e 1910, foram importadas duzentas mil colheitadeiras e onze mil debulhadoras. Ver Hora (2010, p.195).

⁷⁵ As quatro empresas eram: Dreyfus, Bunge e Born, Weil Hnos e Huni y Hormser. Ver Hora (2010, p.197) e Devoto e Fausto (2004, p.166).

outras palavras, elas controlavam o mercado impondo ao produtor seus preços e mantendo uma alta margem de lucro.

Entre 1880 e 1914, as exportações de grãos foram multiplicadas nove vezes. Em 1910, metade da produção de trigo nacional era exportada, dois terços da produção de milho, mais de 80% da produção de linho. O crescimento das exportações de grãos possibilitou diversificar a pauta de exportações. Nenhuma mercadoria possuía mais que 25% de participação.

Tabela 13: Comércio Exterior argentino 1870-1914

| Ano | Exportações em milhões de pesos-oro | Importações em milhões de pesos-oro |
|---------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1870/1 | 30.223 | 49.124 |
| 1875/6 | 52.009 | 57.624 |
| 1880/1 | 58.382 | 45.536 |
| 1885/6 | 83.879 | 92.222 |
| 1890/1 | 100.819 | 142.240 |
| 1895/6 | 120.068 | 97.789 |
| 1900/1 | 154.600 | 106.851 |
| 1905/6 | 322.844 | 205.154 |
| 1910/11 | 372.626 | 351.770 |
| 1914/15 | 349.254 | 271.818 |

Fonte: Cortés-Conde (1963).

2.7 O MERCADO INTERNO E A INDÚSTRIA NA ERA DE OURO DA ECONOMIA.

Entre 1870 e 1913, a economia argentina havia experimentado um crescimento contínuo por quase meio século, que possibilitou na criação de um significativo mercado interno para os produtos manufaturados. Durante este período de prosperidade, a Argentina consegue colocar, como nação agrícola, seus principais produtos na cadeia produtiva mundial. Sua inserção no comércio internacional lhe proporcionou grande desenvolvimento, quando comparado com o desempenho dos demais países da América Latina.

Naquele momento, a renda per capita argentina era equivalente a maior parte dos atuais países europeus considerados desenvolvidos. Sua economia, comparada com outros países da América Latina, somente rivalizava com a dos Estados Unidos.

Entre as décadas de 1880 e a de 1910, a sociedade argentina experimentou um processo de crescimento urbano sem precedentes em sua história. A participação dos habitantes nos centros urbanos passou de 34,6% para 57,3% da

população total entre 1869 e 1814. Nesse mesmo período, a população urbana cresceu de seiscentas mil pessoas para quase quatro milhões e quinhentas mil. Nos campos, a velocidade de crescimento populacional era mais lenta, de um milhão e cem mil para três milhões e quatrocentos⁷⁶.

A capital do país, Buenos Aires, concentrou a maior parte do crescimento populacional, tornando-se uma das maiores cidades do mundo em 1914, com um milhão e meio de habitantes. O aumento da população urbana auxiliou a diversificação da demanda por mercadorias importadas e criaram condições propícias para o desenvolvimento da produção local de bens e serviços.

A centralização da rede ferroviária em Buenos Aires e ampliação do porto para receber navios de maior calado, possibilitaram concentrar a maioria das atividades de comércio exterior da nação nesta cidade⁷⁷.

A prosperidade financeira, a consolidação da autoridade federal e o acesso ao financiamento internacional transformaram a estrutura física da cidade, tornando-a uma cidade moderna. O governo argentino investiu recursos na construção de uma rede de água e esgoto, iluminação pública, calçamento, abertura de ruas e praças, construção de escolas, hospitais e monumentos públicos. Além de iniciar a construção de uma rede de trens subterrâneos. No começo do século XX, a cidade era uma obra a céu aberto⁷⁸.

O sucesso comercial argentino também se traduziu em uma mudança nos padrões de consumo. Para os mais ricos, identificar-se com o estilo de vida da aristocracia europeia era uma meta a ser alcançada, por meio do consumo de produtos e serviços de luxo e ostentação. Nesse sentido, o aumento na demanda por serviços especializados, proporcionou uma vasta lista de ocupações no serviço doméstico (cozinheiros, babás, camareiras, mordomos e motoristas). Este segmento social também impulsionou o consumo de obras de arte, porcelana fina, roupa, móveis, veículos, bebidas, produtos alimentares, artigos esportivos e armas de fogo⁷⁹.

O surgimento de uma classe média também impulsionava o consumo. O comércio e a indústria demandavam operários especializados que recebia uma

⁷⁶ Ver Hora (2010, pp.209-210).

⁷⁷ Outros portos de importância eram La Plata e Bahia Blanca.

⁷⁸ Ver Hora (2010, pp.210-215).

⁷⁹ Ver Hora (2010, p.218).

remuneração elevada para suas funções⁸⁰. Suas dimensões haviam sido expandidas pela ação do setor público em aumentar o número do seu quadro de funcionários, em função das necessidades do Estado. A política de educação implementada contribuiu com este resultado, o número de trabalhadores ocupados na educação saltou de dezoito mil em 1895, para oitenta e dois mil em 1914. Da mesma forma, os empregados na administração pública passaram de vinte e quatro mil para cento e nove mil no mesmo período. A classe média havia crescido em tamanho e no poder de sua renda. Embora não existam dados precisos, seu tamanho girava em torno de 15% a 30% da população. Este segmento da população se converteu no maior mercado consumidor de bens e serviços⁸¹.

Para as camadas populares, em maior parte formada por grupos imigrantes, os efeitos sobre o consumo se deram pela incorporação dos hábitos e consumos alimentares verificados nos seus países de origem. Os salários mais altos, proporcionados a partir da virada do século, promoveram o consumo de cerveja, cacau, café sabão e cigarros. Também, cresceram de forma significativa, o consumo de roupas e calçados. Pelo mesmo motivo, crescem as importações de mercadorias consumidas habitualmente pelos imigrantes em suas terras nativas: tecidos, bebidas, alimentos, azeite de oliva, etc.. Havia, portanto um forte mercado a ser abastecido⁸².

O crescimento da indústria argentina esteve centrado no mercado interno, em particular nos bens de consumo leves, nos setores ligados a alimentação, bebidas, cigarros e confecções. Havia também, fábricas de cerveja, moinhos de trigo e panificação, usinas de gás e energia elétrica⁸³. A maior parte das fabricas estava localizados em Buenos Aires e periferias, próximas ao mercado consumidor.

As empresas instaladas conseguiram abastecer o mercado interno. Em 1914, isto representava cerca de 90% da demanda por alimentos, 88% das roupas, 70% dos móveis e veículos⁸⁴. Todavia, nos setores em que eram exigidos grandes investimentos em capital ou acesso a baixo custo à energia ou matérias primas de

⁸⁰ Era comum contratar operários estrangeiros especializados para operarem e consertarem as máquinas, dada à carência de técnicos encontrados nos países periféricos. Ver Amsden (2004).

⁸¹ Além do aumento na renda, novas formas de comercialização incentivavam o consumidor a comprar, como o uso de vitrines, catálogos de vendas, etc. Ver Hora (2010, pp.218-219).

⁸² Essa análise vai se limitar aos mercados urbanos, concentrados em Buenos Aires, capital do país e centro financeiro. No interior, havia uma classe média rural formada por pequenos proprietários e arrendatários de terras.

⁸³ Ver Cortés-Conde (1963, p.159).

⁸⁴ Ver Hora (2010, p.226).

origem mineral, o crescimento era mais difícil. Neste respeito, a expansão da indústria metalúrgica argentina foi restringida, devido a não existir na época jazidas de carvão e ferro no país. Pelo mesmo motivo, ausência de matérias primas em quantidade suficiente – não havia produção de algodão no país – e a um preço viável, a produção de tecidos somente respondia a 22% do consumo nacional.

A tendência à concentração de mercado era visível no setor frigorífico, onde cinco empresas estrangeiras controlavam setor. A indústria de cerveja era controlada por duas firmas, enquanto que a produção de fósforos era dominada pela Compañía General de Fósforos. Contudo, as grandes empresas conviviam com uma enorme quantidade de pequenas fábricas, muitas delas de fundo de quintal, que por sua vez representavam a maior parte do setor.

A participação dos imigrantes no setor industrial era notável, eles haviam trazido de seus⁸⁵ países de origem certa experiência industrial e artesanal⁸⁶. Em 1895, 84,2% dos proprietários de fábricas eram estrangeiros, enquanto que 63,3% eram empregados⁸⁷. Eles estavam concentrados nos setores alimentação, vestuário e artigos de higiene pessoal. Entre 1895 e 1914, o número de estabelecimentos industriais saltara de vinte e três mil para quarenta e nove mil. Da mesma forma, a quantidade de trabalhadores empregados havia passado de 170 mil para 410 mil.

Tabela 14: Trabalhadores empregados na indústria - 1895 e 1914

| | Argentinos | % | Estrangeiros | % | Total |
|------|------------|------|--------------|------|---------|
| 1895 | 72.391 | 41,2 | 103.291 | 58,8 | 175.682 |
| 1914 | 209.623 | 51,1 | 200.578 | 48,9 | 410.201 |

Fonte; Conde-Cortés (1963).

Porém, em 1914, metade do capital do setor industrial estava alocada na mineração e 25% nos serviços públicos, e apenas 13,6% em atividades de manufatura. As técnicas de produção não foram desenvolvidas e nem aperfeiçoadas, como na história dos Estados Unidos. O empresário local pouco conhecia a atividades de seu negócio e não havia incentivos para melhorar o capital humano, mesmo que o governo local aumentasse os recursos para a educação, eles

⁸⁵ Ver Bagu (1961).

⁸⁶ Ver Bagu (1961).

⁸⁷ Ver Cortés-Conde (1963, p.159).

eram insuficientes para proporcionar mão-de-obra qualificada⁸⁸. O resultado foi uma indústria defasada no tempo, que progredia em condições similares as encontradas nas primeiras fases da Revolução Industrial Inglesa⁸⁹. Ainda assim, a produção manufatureira experimentou um salto de qualidade, passando da fase dos teares manuais para a mecanização.

Os imigrantes que ingressaram no país contribuíram decisivamente para a expansão industrial, por meio de seus recursos e habilidades trazidas. O governo entrou com sua parte, lançando mão de uma forte barreira tarifária, de forma consciente ou não, visando à diversificação da estrutura produtiva. Estas transformações ocorreram nas maiores cidade do litoral, em particular, Buenos Aires, que se converteu no polo industrial do país⁹⁰.

2.8 A DEPENDÊNCIA EXTERNA COBRA SEU PREÇO.

Um cenário comum aos países abaixo do Rio Grande⁹¹, durante a época colônia até o final do século XIX estava na escassez de capitais. Nas sociedades agrárias latinas, as principais representações de riqueza se faziam por meio da posse de ativos fixos; entre as quais podemos citar: aquisição de grandes propriedades rurais ou de residências instaladas nas cidades; ou de ativos móveis, como por exemplo: manutenção de grandes rebanhos de gado.

Neste modelo econômico, ter a posse de terras e gado era forte sinônimo de poder e riqueza. Porém, as mudanças que haviam ocorrido na Europa e Estados Unidos tardaram a chegar às Américas, e isto ocorreu com maior intensidade nas décadas finais do século XIX.

Como esta corrente transformadora surge à necessidade de mais investimentos em infraestrutura, imprescindíveis à expansão das atividades produtivas. Porém, as condições dos sistemas financeiros dos países latino-americanos, naquele momento, representavam o forte obstáculo ao seu

⁸⁸ O tipo de tecnologia empregada na indústria necessitava de trabalhador especialista na função, que requeria conhecimentos básicos. Era a aplicação do modelo Fordista no chão da fábrica. Esta era uma realidade comum nas indústrias, tanto do Brasil, México e Argentina.

⁸⁹ Para uma descrição melhor, ver Landes (1998, pp.367-368).

⁹⁰ Ver Hora (2010, pp.229-230).

⁹¹ Rio que separa a fronteira do México com os Estados Unidos.

desenvolvimento, pois eram incapazes de financiar os gastos necessários para esta tarefa.

Além disso, também havia uma forte pressão para que os recursos locais controlados pelo setor público fossem destinados a financiar a juros subsidiados, os setores econômicos com forte suporte político⁹². Porém, os recursos eram poucos e insuficientes e quando eram disponíveis estavam sujeitos a toda a sorte de pressões políticas.

Segundo Bagu (1961, p.127):

El crédito bancario estuvo siempre generosamente abierto para el gran propietario de tierras y ganado. En La práctica el Estado financio, en porcentaje sumamente elevado, casi todas las operaciones de adquisición del ganado que hacían los grandes propietarios pecuarios.

Para os industriais argentinos, as condições para obter financiamento de longo prazo eram bem reduzidas, caso optassem pelo caminho de contrair recursos nos bancos comerciais existentes. Em linhas gerais, o governo argentino não ajudava as manufaturas locais com uma política específica de crédito. Os bancos oficiais que poderiam financiar a produção com prazos mais longos, operavam principalmente em crédito agrícola, e ofereciam empréstimos de curto prazo, em até seis meses. Para prazos mais elevados, restava, portanto, os bancos privados ou usar capitais próprios.

Segundo Bagu (1961, p.127):

El industrial y el comerciante, tropezaran siempre con una actitud muy reticente por la parte de los bancos. En muy elevado porcentaje la financiación tuvo que hacerse al margen del sistema bancario y case por completo dentro de la órbita de la reinversión de los beneficios del capital.

Embora existissem grandes pressões para que o Estado fosse o agente indutor da economia ao prover recursos baratos aos nativos, a política econômica na maioria das nações era de cunho liberal e abertas a concorrência externa. As tarifas médias de importação, tanto do Brasil, Argentino como o México, eram inferiores as praticadas pelos Estados Unidos⁹³. Os regimes cambiais seguiam o padrão ouro, sendo suas moedas e cotações lastreadas principalmente por libras esterlinas.

⁹² Neste caso, estariam incluídos os agricultores e pecuaristas.

⁹³ Ver Amsden (2009).

O papel do Estado nos países latino-americanos como agente financiador dos recursos necessários para os investimentos em infraestrutura estava seriamente limitado à sua capacidade de arrecadação tributária, visto que a maioria deles apresentava como principal receita os recursos provenientes da tributação alfandegária. Restava, portanto conseguir recursos fora.

Não somente a Argentina, mas grande parte das nações latinas usou este artifício e passou a comprometer ainda mais suas futuras receitas alfandegárias. Destaca-se que a grande beneficiária deste processo fora a Inglaterra, que era a maior credora da região e com isto consolidava-se cada vez mais seu poder político e econômico sobre as economias latinas. O crédito para o comércio externo era controlado por casas bancárias inglesas. Com relação ao estoque do capital⁹⁴, tornava bem claro a vulnerabilidade da economia ao capital externo, diga-se, em sua maior parte inglês.

Segundo Taylor (1994:649):

“El empeoramiento de los resultados económicos relativos a Argentina puede atribuirse, en gran parte, a las desfavorables condiciones existentes para acumulación de capital a partir de 1913”.

Entre 1900 e 1913, a posse do estoque de capital por estrangeiros crescia a cada ano. No começo deste período os estrangeiros detinham 32% do estoque de capital do país, e no final este percentual havia chegado a 48%. Tais números sinalizavam uma forte dependência da economia nacional por capital externo em seu processo de acumulação⁹⁵. Assim se o fluxo de capitais fosse cortado, as condições de crescimento estariam comprometidas.

A manutenção do fluxo de capitais externos era, portanto, condição essencial para continuar o crescimento econômico argentino. Todavia, quando não se é dono de seu destino, outros atores passam a determinar seu futuro. No caso argentino, um conflito em uma região montanhosa haveria de por fim em sua época de ouro do crescimento. Em 28 de julho de 1914, tem início no continente europeu a Primeira Grande Guerra, e depois dela o mundo já não seria mais o mesmo. As mudanças decorrentes após o início do conflito armado mudaram substancialmente a estrutura de comércio e de investimentos internacionais.

⁹⁴ Ver Taylor (1994, p. 649).

⁹⁵ Na Austrália, isto representava menos da metade em 1913, cerca de 20%. Ver Taylor (1994, p.657).

Para a Argentina isto significou uma grande redução no poder econômico do capital inglês e a uma gradual ascensão dos Estados Unidos.

Desse modo, a escassez de capital externo levou a poupança nacional argentina a depender exclusivamente do mercado interno para financiar a economia. Assim, as condições de crescimento no longo prazo estavam comprometidas, pois a economia local dependia fortemente do capital externo. Como reflexo direto, a taxa de crescimento entre 1913 e 1929, é reduzida para a um terço do apresentado entre 1900 e 1913⁹⁶.

⁹⁶ Ver Taylor (1994, p.668).

CAPÍTULO III - BRASIL: O IMPÉRIO DO CAFÉ



13 - Ao fundo, junto à sede, conjunto de palmeiras. Marc Ferrez. Fazenda de café, c. 1890, Rio de Jan

3.1 A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ

A história econômica do Brasil, desde o seu descobrimento até meados do século XIX, poderia ser descrita como uma sucessão de ciclos de seus principais produtos de exportação, não importando a sua condição política: de colônia portuguesa a nação politicamente independente. Assim, na maior parte de sua história a base econômica do país era resultado da produção e extração de commodities.

Durante a primeira metade do século XIX, o desempenho da economia brasileira não havia apresentado resultados satisfatórios. A consolidação do império brasileiro havia demandado recursos escassos para o país. Além disso, a guerra pelo controle da província cisplatina⁹⁷ havia esgotado as finanças do recém-formado Império do Brasil.

Entre 1820 e 1850, a atividade econômica brasileira praticamente estava estagnada. Um bom exemplo disso estava na renda per capita brasileira, que em 1820 era aproximadamente US\$ 646, e trinta anos depois, ela havia aumentado em somente 40 dólares⁹⁸. Em termos comparativos, a renda per capita brasileira era uma das mais baixas do continente, e representava um pouco menos da metade da apresentada pelos Estados Unidos.

⁹⁷ Atual República Oriental do Uruguai.

⁹⁸ Segundo estimativas de Angus Maddison, com dólares americanos a preços de 1990.

A principal explicação para esta estagnação estava na forma de inserção do Brasil no comércio internacional⁹⁹. Naquele momento, as principais culturas de exportação brasileiras: açúcar, algodão, fumo, arroz, couros e peles, enfrentavam forte concorrência internacional e apresentavam uma tendência de baixa nos seus preços. Com este cenário desfavorável, as exportações nacionais haviam crescido em ritmo insuficiente para contrabalançar o aumento no valor das importações. Entre 1820 a 1870, a renda per capita brasileira praticamente estagnou. O crescimento econômico proporcionado pelo café contrabalançou a estagnação econômica das demais regiões do país e a decadência das tradicionais culturas de exportação.

A balança comercial frequentemente apresentava deficitária. Entre 1821 e 1860, na maioria dos anos o saldo da balança comercial era negativo, ocasionando um grave problema para o seu financiamento. Para financiar estes sucessivos déficits eram contraídos empréstimos externos que ajudavam ao governo imperial a resolver os problemas de curto prazo, mas que comprometia as futuras receitas das exportações no longo prazo, com os serviços dos juros e no pagamento das amortizações.

Tabela 15: Balança comercial brasileira: 1821 a 1871 (em mil libras ouro).

| Ano | Exportação | Importação | Saldo |
|---------|------------|------------|--------|
| 1821 | 4.324 | 4.571 | -247 |
| 1831 | 4.677 | 4.725 | -48 |
| 1840/1 | 5.384 | 7.458 | -2.074 |
| 1850/51 | 8.181 | 9.215 | -1.034 |
| 1860/61 | 13.241 | 13.300 | -59 |
| 1870/71 | 15.439 | 14.925 | 534 |

Fonte: IBGE (1986, p.68).

Naquele momento, o sistema financeiro brasileiro era extremamente dependente do capital inglês e os sucessivos déficits comerciais eram financiados com novos empréstimos, cujos pagamentos geravam déficits orçamentários permanentes.

Um bom exemplo era o papel desempenhado pela família Rotchilds. Eles eram os agentes exclusivos dos títulos do Império no exterior, as principais casas exportadoras e importadoras estavam nas mãos dos ingleses, os bancos estrangeiros tinham maior capacidade de empréstimos, e os bancos nacionais estavam limitados a poucas províncias. Além disso, o comércio estava inclinado em

⁹⁹ Ver Furtado (2003, p.107).

direção a intermediários estrangeiros e ao fornecimento de produtos ingleses. As casas comerciais inglesas praticamente controlavam o comércio exterior brasileiro, tanto importando mercadorias inglesas¹⁰⁰, como exportando produtos brasileiros¹⁰¹.

No início da segunda metade do século XIX, as condições externas começaram a melhorar para o Brasil. A partir da década de 1850, o valor das exportações passa a crescer mais que às importações, reduzindo os déficits comerciais e proporcionando, em seguida, superávits comerciais. A principal razão apontada para esta mudança de cenário estava no desempenho de uma só mercadoria: o café. Naquele momento, o café era o produto que estava salvando o país da falência¹⁰².

Durante o século XIX, o cultivo de café foi gradualmente tornando-se o principal produto de exportação e contribuindo para equilibrar a balança comercial. A tabela seguinte é bastante clara ao apresentar este fenômeno. Mais ainda, ela sinaliza duas coisas bem distintas: a decadência das exportações de açúcar e algodão em pluma; além da ascensão do cultivo do café e da extração da borracha natural.

Tabela 16: Brasil – Valor das exportações dos principais produtos, em mil libras-ouro, total por décadas.

| Período | Café | % | Açúcar | & | Algodão em Pluma | & | Borracha | % |
|-----------|---------|------|--------|------|------------------|------|----------|------|
| 1821-1830 | 7.189 | 18,4 | 11.766 | 30,1 | 8.069 | 20,6 | 17 | 0,1 |
| 1831-1840 | 21.529 | 43,8 | 11.798 | 24,0 | 5.298 | 10,8 | 168 | 0,3 |
| 1841-1850 | 22.655 | 41,4 | 14.576 | 26,7 | 4.103 | 7,5 | 214 | 0,4 |
| 1851-1860 | 49.741 | 48,8 | 21.638 | 21,2 | 6.350 | 6,2 | 2.282 | 2,3 |
| 1861-1870 | 68.004 | 45,5 | 18.307 | 12,3 | 27.293 | 18,3 | 4.649 | 3,1 |
| 1871-1880 | 112.954 | 56,6 | 23.540 | 11,8 | 19.070 | 9,5 | 10.957 | 5,5 |
| 1881-1890 | 135.657 | 61,5 | 21.907 | 9,9 | 9.214 | 4,2 | 17.610 | 8,0 |
| 1891-1900 | 187.917 | 64,5 | 17.358 | 6,0 | 7.795 | 2,7 | 43.666 | 15,0 |
| 1901-1910 | 244.146 | 51,3 | 5.583 | 1,2 | 10.046 | 2,1 | 134.394 | 28,2 |
| 1911-1920 | 364.842 | 53,0 | 20.364 | 3,0 | 13.682 | 2,0 | 83.036 | 12,1 |

Fonte: IBGE (1986, p.90).

¹⁰⁰ As firmas inglesas: Edward Johnston & Co e Phipp Brothers era responsáveis pela maior parte das exportações de café.

¹⁰¹ Ver Bethell (2012, p.140).

¹⁰² Era bastante comum haver, por parte dos países credores, retaliações militares. Um bom exemplo disso está no final do século XIX, quando o governo da Venezuela havia sido atacado por navios de três países europeus. Após tomarem as alfândegas localizadas no golfo de Maracaibo. Permaneceram por quase três anos, até conseguirem os recursos necessários para honrar a dívida contraída.

As condições para a expansão da produção de café no Brasil eram extremamente favoráveis interna e externamente. No mercado externo a situação era favorável. A revolução ocorrida no Haiti em meados do século XVIII havia desarticulado a produção de café do maior produtor mundial até então. Além disso, internamente, havia disponibilidade de terras apropriadas para o seu cultivo, clima e mão-de-obra. Internamente, havia grande quantidade de terras a serem exploradas e mão-de-obra que poderia ser aproveitada.

O cultivo de café tem como característica o uso intensivo da força de trabalho, da mesma forma que a produção de açúcar e de algodão, em sua quase totalidade de escravos. Todavia, o capital necessário para desenvolvê-lo era mais reduzido do que as outras grandes culturas tradicionais. Por exemplo, ela exigia o emprego de um volume de capital inferior ao necessário para o desenvolvimento da indústria do açúcar. Neste modelo econômico, para aumentar a produção de café era necessário o emprego de mais trabalhadores.

Segundo Baer (1988, P.4),

A princípio, a produção cafeeira baseou-se nos recursos subutilizados desde o declínio da época do ouro. Com a diminuição da importação de escravos e sua completa suspensão em 1853 e, finalmente, com a abolição da escravatura em 1888, a expansão do café teve como sustentáculo a onda de trabalhadores assalariados.

Desde a sua época de colonização portuguesa, a economia rural brasileira estava assentada em trabalho escravo. Com terras férteis em abundância, a expansão do café dependia quase que exclusivamente da incorporação de novos braços ao seu cultivo. A decisão da Inglaterra em combater a escravidão, havia custado caro ao Império brasileiro. Sua política de confiscar a carga transportada por navios negreiros, praticamente eliminou as importações criando um grave problema para o setor agrícola nacional. Embora, a introdução de novas técnicas de cultivo pudessem aumentar a produtividade do setor e atenuar os efeitos da extinção do tráfico, havia um elemento essencial a considerar: como motivar os trabalhadores cativos a elevarem a sua produtividade?

A questão da escravidão permeava toda a sociedade brasileira. Ela era usada nas mais diversas atividades possíveis. Desde a produção agrícola nos campos, até nas cidades, quando viúvas mantinham seu sustento por meio do arrendamento dos seus escravos (Carvalho, 2012, p.26). Todavia, os efeitos eram extremamente nocivos para a consolidação de uma nação moderna. Na visão de

Joaquim Nabuco¹⁰³, a escravidão reduzia a produtividade da economia, bloqueava a formação das classes sociais, reduzia os empregos, aumentava o número de funcionários públicos ociosos, impedia a formação de cidadãos e, portanto da própria nação.

3.2 A CRISE NA MÃO DE OBRA

A proclamação da independência em 1822, não havia transformado a rotina do trabalho nos campos. Embora posteriormente, a Inglaterra tentasse extinguir a escravidão no Brasil de diversas formas, tanto por meio da diplomacia, como por meio do aprisionamento de navios negreiros, os efeitos somente começaram a serem sentidos na economia brasileira após a década de 1840 com o fim do contrabando. Os efeitos sobre a atividade agrícola tornaram-se evidentes à medida que a produção de café era expandida, a necessidade de mais braços para tocá-la no campo era necessária. Assim, a incapacidade de importar mão de obra escrava representava ao Brasil, por intermédio de forte campanha abolicionista e de um intenso bloqueio naval por parte da Inglaterra, o principal obstáculo para o aumento da produção, a partir da primeira metade do século XIX.

Era evidente que havia a necessidade de braços para tocar as atividades no campo. Furtado (2003) é bem claro ao mostrar as limitações existentes na mão-de-obra nacional, que poderiam ser aproveitadas nos campos e que estava ociosa nas grandes cidades. A solução encontrada era importar trabalhadores estrangeiros para o campo. Embora houvesse várias tentativas para atrair trabalhadores europeus desde o primeiro império. Todas elas haviam malogrado em decorrência das péssimas condições que as colônias haviam se instalado e também na falta de mercados para seus produtos.

Inicialmente, existiram muitas restrições nos próprios governos dos países em relação a possíveis maus tratos aos imigrantes no Brasil, devido em grande parte, às condições de trabalho incertas que os imigrantes haviam encontrado. A solução encontrada partia de um conjunto de ações a serem executadas, tanto do lado dos produtores agrícolas, como por parte do Governo brasileiro, no sentido de atrair voluntariamente um contingente populacional. Entre as ações implantadas,

¹⁰³ Carvalho (2102).

estavam: o financiamento estatal para cobrir os custos dos transportes e regras claras para o pagamento dos salários dos imigrantes e o uso da terra para cultivo próprio. Vencido estes obstáculos, restava aproveitar o grande potencial de imigrantes europeus que estavam dispostos a tentar uma nova vida nas Américas, e particularmente no Brasil¹⁰⁴.

Os dados da tabela abaixo mostram o fluxo de entrada dos estrangeiros no Brasil entre 1881 e 1915, para períodos selecionados. A partir da década de 1870 até o começo da primeira Guerra Mundial, quase três milhões de trabalhadores estrangeiros ingressam no país. Os dados apresentados mostram que, entre 1895 e 1900, ocorre o ponto de auge no processo migratório com quase 660 mil pessoas entrando no país. No conjunto de nacionalidades, portugueses e espanhóis representavam as maiores colônias de imigrantes formadas.

Tabela 17: Brasil – Imigração Líquida: 1881 a 1915

| Ano | Quantidade em mil | Portugal em % | Itália em % | Espanha em % | Alemanha em % | Somatório em % |
|-------------|-------------------|---------------|-------------|--------------|---------------|----------------|
| 1881 – 1885 | 113,4 | 32 | 47 | 8 | 8 | 95 |
| 1886 – 1890 | 391,6 | 19 | 59 | 8 | 3 | 89 |
| 1891 – 1895 | 659,7 | 20 | 57 | 14 | 3 | 94 |
| 1896 – 1900 | 470,3 | 15 | 64 | 13 | 1 | 93 |
| 1901 – 1905 | 279,7 | 26 | 48 | 16 | 1 | 91 |
| 1906 – 1910 | 391,6 | 37 | 21 | 22 | 4 | 84 |
| 1911 – 1915 | 611,4 | 40 | 17 | 21 | 3 | 82 |
| Total | 2.917,7 | | | | | |

Fonte: Levi (apud SÁNCHEZ, 1986, p.185).

Os grandes fluxos migratórios proporcionaram condições para uma expansão ainda maior da produção de café, o que solucionou a questão da falta de mão de obra no campo. A expansão do café nas últimas décadas do século XIX havia transformado o Brasil no maior produtor mundial, superando todos os seus concorrentes diretos. A posição adquirida pelo país possibilitava determinar as regras do jogo no mercado internacional.

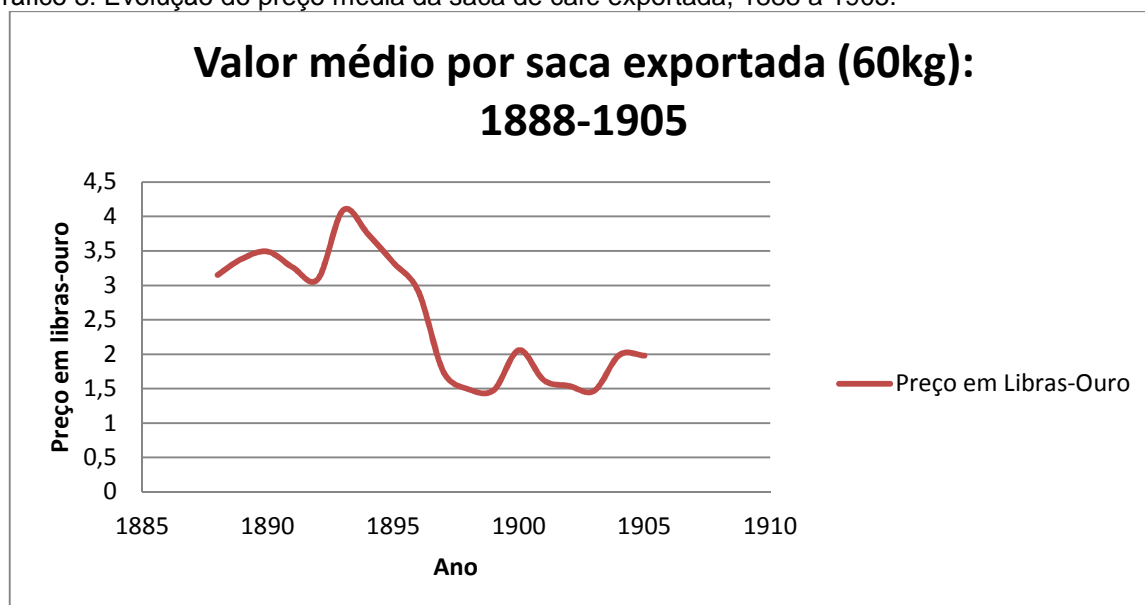
Embora pudesse virtualmente controlar a oferta do produto no mercado internacional, as condições na demanda eram totalmente diferenciadas. Além de competir com outras mercadorias, à demanda por café apresentava pouca

¹⁰⁴ Em 1852, o Senador Vergueiro inicia o processo de contratação de trabalhadores estrangeiros, com apoio do governo imperial, financiando o seu deslocamento para o Brasil (FURTADO, 2006, pp.184-185).

sensibilidade a modificações na renda e o no preço. Neste caso, as possibilidades para aumento no consumo nos mercados externos estavam relacionadas ao aumento na quantidade de consumidores. Assim, se a oferta fosse maior que a demanda, os preços tenderiam a declinar.

Todavia, este era o cenário apresentado. Os preços médios em moeda estrangeira de cada saca de café exportada estavam caindo substancialmente desde o início da década de 1890. Entre 1888 e 1905, os preços médios em libras esterlinas variaram entre 1,47 e 4,09 por cada saca de 60 quilos. A renda dos cafeicultores em moeda estrangeira estava declinando.

Gráfico 3: Evolução do preço média da saca de café exportada, 1888 a 1905.



Fonte: IBGE (1986, p.38)

Os imigrantes que chegavam ao Brasil possuíam um grau de escolaridade superior quando comparado com a mão-de-obra nacional. Em sua maior parte, traziam consigo técnicas de cultivo e manejo empregadas no continente europeu, além de habilidades nas atividades ligadas a industrial. Trava-se assim, de um forte ganho sobre o estoque de capital humano existente, que era extremamente baixo. Um bom indicativo disso é que em 1877, somente um em cada sete brasileiros (14%) eram alfabetizados. Em 1942, este percentual havia subido para a metade (50%)¹⁰⁵. Todavia, não há indícios consistentes que os governos republicanos houvessem desenvolvido recursos maciços e eficientes de educação básica durante este período de tempo. É de supor, que o grande fluxo migratório

¹⁰⁵ Ver Graham (1968 apud AMSDEN, 2004, p.123).

contribuísse para melhorar estes resultados. No bojo da corrente migratória, vieram estrangeiros especializados que eram contratadas para instalar e operar as ferrovias, usinas de açúcar e manufaturas de algodão¹⁰⁶.

Uma boa justificativa para esta argumentação está nas informações referentes à migração italiana para a Argentina, entre 1870 e 1913. Tomando-se como uma aproximação para o caso brasileiro, eles tratando praticamente do mesmo grupo que ingressou na Argentina. O mesmo raciocínio também pode ser estendido a outras grandes colônias de estrangeiros: alemães espanhóis.

Em sua maior parte era formada por camponeses, e neste universo estavam incluídos agricultores, diaristas, trabalhadores braçais. Todavia, eles não eram os mais pobres na escala social, visto que para migrar era necessário um investimento inicial, pelo qual poderia se vender seu patrimônio ou até mesmo adiantar sua herança. Outro grupo significativo era formado por operários especializados¹⁰⁷, comerciantes e marinheiros¹⁰⁸. Havia, portanto, elementos necessários que poderiam trabalhar nas manufaturas que estavam sendo instaladas neste período.

Desse modo, a migração preenchia os espaços que iam sendo abertos no final do século XIX e começo do século XX: forneciam braços para as lavouras, eram empregados na indústria nascente e ajudavam a melhorar o capital humano nacional. Além disso, exercia uma pressão de baixa nos salários, o que ajudava a reduzir os custos de produção de uma indústria nascente.

3.2.1 Um Bom Acordo Sempre É Um Bom Acordo.

O governo do Estado de São Paulo, no começo do século XX, representava diretamente os interesses dos cafeicultores paulistas naquele momento. Os grandes produtores estavam alarmados com duas coisas: com a tendência de queda nos preços externos; e com a tendência de crescimento na produção e área plantada.

As condições para o desenvolvimento da economia do café não eram satisfatórias. A tabela seguinte é bem clara, em relação à renda gerada pelas exportações de café. Em um pouco mais de uma década o valor da produção em moeda nacional havia decrescido em 28%, embora as receitas em moeda

¹⁰⁶ Ver Dean (2006).

¹⁰⁷ Pedreiros, carpinteiros e sapateiros.

¹⁰⁸ Ver Bernasconi (1999, p.61-92).

estrangeira houvessem praticamente mantidas constantes, em consequência da quantidade de café exportada ter dobrado. O mercado externo não estava mais conseguindo absorver as grandes safras de café no país, alguma coisa deveria ser encontrada para tentar manter a rentabilidade do setor.

Tabela 18: Brasil: Comércio externo de Café: 1893 e 1905

| | 1893 | 1905 | % |
|--|---------|---------|-------|
| Sacas Exportadas (milhões) de 60 kg | 5.307 | 10.821 | 103,9 |
| Valor em Moeda Nacional (em 1.000.000 Reis) | 452.326 | 324.681 | -28,2 |
| Valor em Moeda Estrangeira (em 1.000 Libras) | 21.712 | 21.421 | -1,3 |

Fonte: IBGE (1990:84-85)

A solução a ser encontrada passava por dois caminhos bem distintos a serem trilhados: um pelo controle da oferta e outro pela desvalorização cambial¹⁰⁹. Cada uma das opções haveria de cobrar um preço. Com relação à primeira opção: entre 1893 e 1905, a taxa de câmbio é desvalorizada em aproximadamente 27%. Seus efeitos sobre economia são diferenciados. Do lado dos exportadores de café, uma desvalorização cambial representava uma compensação em moeda nacional pela tendência de queda nos preços internacionais e, conseqüentemente, a manutenção da renda do setor. Por outro lado, uma desvalorização do câmbio era extremamente negativa para os negócios dos importadores, pois proporcionavam em encarecimento das mercadorias importadas, principalmente das manufaturas, bem como dos gêneros alimentícios.

Com relação à segunda opção: a oportunidade encontrada para tentar controlar a oferta havia surgido com as mudanças políticas ocorridas a partir da deposição do Imperador Pedro II, com a implantação de um regime republicano. O novo regime político possibilitou uma inédita descentralização das decisões governamentais, favorecendo o poder das antigas províncias.

Neste novo ambiente político, dois estados passam a controlar politicamente a nação: São Paulo e Minas Gerais se alternam no poder central, elegendo seus representantes para a presidência da república¹¹⁰. Em 1906, o Governo de São

¹⁰⁹ O mercado de café apresenta baixa elasticidade preço-demanda e baixa elasticidade renda. Em outras palavras, o consumo de café somente poderia aumentar se o tamanho do mercado consumidor aumentasse. Além disso, variações na renda dos consumidores proporcionariam poucos efeitos sobre o consumo. Ver Furtado (2006, pp.251-262).

¹¹⁰ Este período ficou conhecido com a República das Oligarquias ou política do café com leite.

Paulo patrocina uma política de valorização do produto¹¹¹, com a conseqüente defesa dos produtores rurais. Neste acordo com os grandes cafeicultores paulistas, o governo se comprometeria a comprar parte da produção, de modo a manter artificialmente elevado os preços do café no mercado internacional¹¹².

Na visão de Davis (2002, p.392): “é admirável que o Brasil, um país de imenso território e recursos variados, participasse essencialmente do comércio mundial como plantador de um único produto: café.”

3.3 “LIBERDADE! LIBERDADE! ABRA ASAS SOBRE NÓS¹¹³”.

Nas últimas décadas do século XIX a realidade econômica do Brasil ainda era mesma de séculos passados. A economia nacional era baseada em uma reduzida oferta de mercadorias para o mercado exterior. As vendas externas de café, açúcar, cacau, algodão em pluma e borracha dominavam as nossas exportações. Em 1888, seis produtos representavam 93,9% do valor total das exportações brasileiras. Após a passagem do século XIX para o século XX, o cenário indicava que a concentração havia aumentado mais ainda. Em 1901, estas mesmas mercadorias haviam subido a sua participação para 96,3%. Se contabilizarmos somente três produtos: café, açúcar e borracha, a participação destas três mercadorias havia aumentado de 78,3% para 84%, no mesmo período.

Durante o Segundo Império, o governo brasileiro havia apresentado condições desfavoráveis para o desenvolvimento de negócios privados¹¹⁴. Durante este regime, O Conselho de Estado do Imperador acreditava que os empresários brasileiros eram irresponsáveis, e por este motivo todas as associações eram investigadas com rigor. Nesse sentido, os incentivos imperiais quando existiram, se manifestavam por meio de privilégios exclusivos¹¹⁵.

¹¹¹ Um fato interessante, é que o plano de defesa do café foi proposto por um industrial paulista: Alexandre Siciliano, proprietário da maior fundição e da maior oficina mecânica do Estado de São Paulo. Ver Dean (2006).

¹¹² Conhecido como Acordo de Taubaté, também especificava que o financiamento dos estoques de café se daria por meio de empréstimos externos, cujo serviço da dívida seria cobrado por cada saca de café exportada. No longo prazo, os efeitos do acordo foram desastrosos, pois ao manter artificialmente elevados os preços do café, incentivou-se também a entrada de novos países produtores nesse mercado. Ver Furtado (2006, pp. 251-262).

¹¹³ Trecho do Hino da Proclamação da República.

¹¹⁴ Ver Dean (2002).

¹¹⁵ Um bom exemplo disso, esta na biografia de Irineu de Souza Evangelista, também conhecido como Visconde de Mauá, com a sua relação com o Governo Imperial.

Com a Proclamação da República em 1889, este cenário é alterado. A instalação de um governo provisório acolheu como meta principal o crescimento da economia e para a execução desta meta, ações foram lançadas no sentido de gerar crescimento econômico e superar um grande obstáculo ao progresso nacional. Uma das primeiras ações desenvolvidas estava à realização de uma reforma bancária. Na época havia poucos bancos operando no país, e na maior parte concentradas as suas ações nas principais regiões econômicas da nação. Além disso, existiam diversas províncias desprovidas de agências bancárias o que dificultava o financiamento das atividades ligadas ao campo e na incipiente indústria. Neste sentido, medidas são tomadas para facilitar a abertura de novos bancos e a ampliação da rede bancária por todo Brasil, e ampliar a oferta de crédito no país¹¹⁶.

Posteriormente, o primeiro governo civil adotou medidas que prejudicaram sensivelmente a indústria nacional ao cancelar os contratos de construção de novos couraçados para a marinha em benefício da importação de navios provenientes de estaleiros ingleses.

Na visão de Dean (2002, p.664): “O governo havia tomado esta decisão com a finalidade de manter os mercados ingleses abertos para produtos brasileiros e manter os fluxos de capitais em direção ao Brasil”.

As finanças desde o Império não eram suficientes para arcar com os custos necessários para o desenvolvimento da infraestrutura da nação e a mudança do regime para a república não proporcionaram uma transformação do quadro fiscal do país. Desde a época da independência, as contas públicas do império eram baseadas principalmente nas receitas provenientes das alfândegas e pouca coisa havia mudado no final do século XIX. Na época da maioridade de Pedro II (1840), os impostos sobre o comércio exterior respondiam por quase 80% do total arrecadado no país. Além disso, aproximadamente 60% de todas as receitas tributárias do Brasil estavam concentradas na alfândega do Rio de Janeiro, em razão das exportações de café desta província¹¹⁷. Assim, a tarifação do comércio exterior constituía-se na principal receita do governo e extremamente concentrada em uma região.

¹¹⁶ Os esforços dos primeiros governos republicanos foram limitados, no que pesa a expansão do sistema bancário. Em 1913, havia no Brasil 17 bancos e 48 sucursais de bancos estrangeiros (BULMER-THOMAS, 2010).

¹¹⁷ Ver Carvalho (2012).

A realidade do sistema financeiro nacional era bem clara: não havia recursos suficientes para financiar a construção de ferrovias e modernização dos portos. Nesse ponto, o antigo e o novo regime tinha algo em comum: a incapacidade do governo imperial, e posteriormente republicano, em financiar os gastos com infraestrutura (portos e ferrovias) necessários para o escoamento das exportações.

O antigo regime da mesma forma que o novo, dependia das receitas alfandegárias para sustentar os gastos governamentais. As condições para expansão do comércio externo brasileiro eram pequenas demais para possibilitar uma expansão dos gastos públicos¹¹⁸. Desse modo, o desenvolvimento do país era limitado, principalmente pelas receitas alfandegárias, que restringia profundamente a capacidade do governo em financiar diretamente estas atividades. Nesse sentido, capital privado assume esta tarefa¹¹⁹, principalmente o capital estrangeiro – inglês. O capital estrangeiro era a principal fonte de recursos para as atividades produtivas, em uma economia com poucos bancos e com limitado raio de ação.

Outro ponto a ser destacado era que o sistema financeiro estava, em sua maior parte no final do século XIX, nas mãos dos bancos estrangeiros ou de estrangeiros na sua segunda geração no país¹²⁰. Assim, posto, eles foram essenciais para mobilizar recursos para acumulação de capitais, tanto no Brasil como em toda a América Latina, durante o período que precedeu a Primeira Grande Guerra. Todavia, havia um ponto fraco nesse sistema. Os bancos comerciais aqui instalados não contribuía decisivamente com a diversificação das atividades econômicas. Pelo contrário, eles concentraram suas atividades em setores ligados ao setor exportador, em virtude de maior rentabilidade e capacidade de pagamento. Além disso, havia outro fator agravante para o desenvolvimento das atividades internas, a prática deliberada dos bancos estrangeiros em não conceder empréstimos de longo prazo para atividades ligadas à agricultura e comércio interno¹²¹.

Os bancos preferiam seguir a lógica do capital e emprestar seus recursos a quem poderia auferir maiores retornos. Neste contexto, a ausência de fontes de

¹¹⁸ Ver Leff ([s. d.]apud DAVIS, 2002, p. 391).

¹¹⁹ Irineu de Sousa Evangelista também conhecido como Visconde de Mauá foi um pioneiro na construção das primeiras estradas de ferro no Brasil.

¹²⁰ No final do século XIX, o maior banco britânico possui mais recursos financeiros que o Banco do Brasil (HABER apud DAVIS, 2002, p.391).

¹²¹ Ver Deusth ([s. d.]apud DAVIS, 2002, p.392).

capital era fator limitativo para o empresário nacional que se aventurasse na produção manufatureira.

Já para o mercado do café a situação era bem diferente, havia recursos ansiosos para investir nesse setor. O aumento das exportações de café estava associado ao fluxo de capitais internacionais. Após a Proclamação de República e a consolidação do regime, a estabilidade política possibilitou que o governo brasileiro refinanciasse sua dívida externa e abrisse crédito para que as antigas províncias pudessem contrair empréstimos no exterior. Gradualmente, os recursos externos passaram a controlar o financiamento das atividades ligadas ao café e aos serviços de utilidade pública. Os estrangeiros também eram majoritários no controle das estradas de ferro¹²² e nas agências de seguros.

O acesso ao crédito era instrumento de política comercial bem eficaz para fomentar as exportações de um país. Os bancos estrangeiros defendiam os interesses comerciais de suas nações, ao abrir linhas de crédito para importações de máquinas e equipamentos de procedência da origem do capital. Desse modo, pequenos industriais somente conseguiriam crédito para seus investimentos, se os recursos estivessem atrelados a compras e aquisição de bens de determinado país.

Nos primeiros anos republicanos, os estabelecimentos bancários seguiram a lógica de mercado e direcionaram seus recursos para aplicações financeiras que ofereciam maior rentabilidade e segurança, tais como empréstimos comerciais e operações de câmbio. Praticamente não havia linhas de financiamento de longo prazo para a economia¹²³. As dificuldades de obter crédito dessa modalidade para a economia limitava a capacidade de investimento das empresas nacionais. Uma alternativa encontrada estava no uso dos recursos familiares. A família era base do controle da maior parte das empresas nacionais. O capital nacional derivava quase todo do seu próprio reinvestimento e eventualmente provinha das transferências dos produtos agrícolas e dos importadores¹²⁴.

¹²² Todas as principais ferrovias eram de propriedade inglesa ou realizada por financiamento com capital inglês.

¹²³ No começo do século XX, o mercado de capitais brasileiro era bastante incipiente, e não conseguia alavancar recursos para o financiamento da atividade produtiva.

¹²⁴ Ver Dean (2006).

3.3 DINHEIRO MOVE O MUNDO

Em uma época marcada pela introdução de inovações tecnológicas nas áreas das comunicações, o capital estrangeiro e particularmente Inglês foram a principal fonte de recursos. Na segunda metade do século XIX, as estradas de ferro tornaram-se a principal atividade a ser beneficiada pelos capitais estrangeiros, seguida pela utilidade pública¹²⁵.

A tabela seguinte apresenta a distribuição dos investimentos, em sua maioria de procedência inglesa, na economia brasileira. A construção de estradas de ferro seguido pelos serviços públicos era o principal destino destes recursos. A necessidade de escoar a produção do interior para os portos tinha um grande obstáculo: vencer a Serra do Mar. Ao contrário da Argentina com suas vastas planícies e geografia amplamente favorável a expansão das ferrovias com baixo custo de produção, o Brasil possuía um relevo extremamente irregular, com formações rochosas, que exigiram soluções para época extremamente inovadoras e custosas. Nas últimas três décadas do século XIX, a malha ferroviária brasileira havia crescido substancialmente. De poucos menos de 800 quilômetros de extensão em 1870, para um pouco mais de 15 mil e trezentos quilômetros, sendo que a contribuição dos ingleses nesse setor fora bastante significativa.

Com a Proclamação da República em 1889, aumenta de modo considerável a dimensão da malha ferroviária nacional. De quase 10 mil quilômetros em 1890, para 26 mil em 1914. O crescimento da malha ferroviária acompanhou diretamente a expansão da produção de café, em direção das novas terras abertas para o cultivo. Em outras palavras, isto era um reflexo da mudança política nas forças que sustentavam o governo¹²⁶. Visto que, antes o poder político estava centrado nos produtores de café do Rio de Janeiro e com o novo regime isto não existia mais. Havia uma aliança informal entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, garantindo a estas unidades da Federação um virtual controle do país. Como resultado, a quase totalidade das novas ferrovias era construída nas regiões produtoras de café.

¹²⁵ Utilidade pública: eletricidade, telefone, telégrafo, obras urbanas, portos e obras públicas.

¹²⁶ Ver Davis (2002, p.392).

Tabela 19: Malha ferroviária Brasileira – 1870 a 1914

| Ano | Km |
|------|--------|
| 1870 | 744 |
| 1875 | 1.801 |
| 1880 | 3.398 |
| 1885 | 6.930 |
| 1890 | 9.973 |
| 1895 | 12.697 |
| 1900 | 15.316 |
| 1905 | 16.781 |
| 1910 | 21.325 |
| 1914 | 26.062 |

Fonte: IBGE (1996)

Embora os capitais ingleses impulsionassem os investimentos no setor ferroviário brasileiro, da mesma forma em toda a América Latina, eles se manifestaram de forma diferenciada em dois períodos distintos. Em sua primeira fase: entre 1860 a 1902, as ferrovias haviam absorvido 34% de todos os recursos ingressados no país. Particularmente, entre 1865 e 1885, quase 80% de todo o capital externo foi aplicado no desenvolvimento da malha ferroviária do país¹²⁷.

Também foram substanciais os investimentos ingleses em outras atividades, principalmente as concentradas nas áreas ligadas a exportação e no fornecimento de serviços para as cidades: operação de linhas de transporte urbano, fornecimento de água e esgoto nas principais cidades¹²⁸, fornecimento de gás¹²⁹, na operação de fábricas de tecido, assoalhos e cervejas, no funcionamento de bancos comerciais e em firmas de seguros. Os capitais ingleses também foram responsáveis pela expansão das linhas telegráficas. A ligação entre o Brasil e a Europa foi realizada pela firma Submarine Telegraph Co e inaugurada em 1874¹³⁰.

A partir de 1903 até 1913, este percentual cai para menos de metade (16%). Uma hipótese para explicar esta redução estaria no esgotamento das oportunidades, em grande parte por já haver assentado os trilhos nas rotas mais lucrativas e com maior facilidade de construção. Tal argumentação cairia por completo, quando comparado com total dos investimentos estrangeiros no setor. Em termos nominais a

¹²⁷ Estradas de Ferro Recife ao São Francisco; Estrada de Ferro Bahia São Francisco; Estrada de Ferro Minas Rio; Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (São Paulo Railway Company). Ver Bethell (2012, p.141).

¹²⁸ Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

¹²⁹ Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Santos, Fortaleza, Belém e Porto Alegre.

¹³⁰ Ver Bethell (2012, pp.141-142).

média anual de investimentos externos no setor alcançava aproximadamente 8,5 milhões de libras esterlinas, entre 1897 a 1902. No período seguinte: 1903 a 1913, os valores praticamente triplicaram, chegando ao patamar de 30,3 milhões de libras. Por si, os dados revelam uma forte mudança no destino final dos recursos, indicando uma diversificação para outras atividades.

Tabela 20: Brasil: Distribuição dos Investimentos estrangeiros não governamentais, 1860-1913.

| | Estadas de ferro | Utilidades Públicas | Indústria | Outros |
|-----------|------------------|------------------------|-----------|--------|
| 1860-1875 | 34 | 21 | 0 | 4 |
| 1876-1885 | 59 | 15 | 11 | 12 |
| 1886-1896 | 19 | 5 | 4 | 38 |
| 1897-1902 | 37 | 18 | 4 | 18 |
| 1903-1913 | 16 | 42 | 7 | 22 |
| 1860-1902 | 34 | 14 | 4 | 20 |
| 1860-1913 | 22 | 33 | 6 | 21 |

Fonte: Goldsmith (1986, p.61)

A Inglaterra havia liderado a revolução industrial em sua primeira fase: entre 1750 a 1850. Nesta etapa, os investimentos haviam se concentrado na industrial de tecidos e na produção de ferro, com o carvão tornando-se a principal fonte de energia. O montante de recursos necessários para instalar uma manufatura era suficiente para que empreendedores individuais comprometesse seu próprio patrimônio para angariar recursos necessários para seus negócios.

A partir da segunda metade do século XIX, ocorrem mudanças profundas no processo de industrialização que se espalha pelo continente europeu, chegando aos Estados Unidos e ao Japão¹³¹. O carvão fora substituído pela energia elétrica e posteriormente adicionado o petróleo como fonte principal de energia. O desenvolvimento da indústria química e aproveitamento da eletricidade haviam introduzido novos campos para exploração econômica. Nesse aspecto, verificou-se uma gradual diminuição do capital inglês, na composição total, em benefício do capital alemão e norte americano principalmente.

Uma hipótese levantada para explicar esta tendência estava na inovação. Os primeiros passos da revolução industrial haviam sido dados, em grande parte, pelo aperfeiçoamento das técnicas existentes. Nessa etapa era crucial o aproveitamento da experiência pessoal e a contínua repetição das experiências

¹³¹ Não somente estes países, mas também na China, Índia, Brasil, Argentina, México, Rússia e Império Otomano, a indústria de manufaturas, mineração e aço eram implantadas.

havia melhorado substancialmente a produção. Todavia, com a introdução da indústria da química, do aço e da eletricidade, as oportunidades voltaram se para a aplicação dos conhecimentos científicos, que exigiam a formação de corpo técnico especializado.¹³²

No final do século XIX, a Inglaterra permanecia com a maior economia do mundo, porém, ela não havia acompanhado seus rivais nesta corrida nos setores mais dinâmicos. Seus recursos haviam concentrado nas áreas a qual tinha grandes vantagens comparativas: produção de tecidos e exploração dos serviços públicos. Novas oportunidades surgiam com o desenvolvimento da indústria automobilística, na indústria química e no aproveitamento da eletricidade.

Estas transformações impactaram diretamente sobre os investimentos externos, proporcionando mudanças na composição dos recursos estrangeiros na economia brasileira. Entre 1860 a 1913, os capitais ingleses sempre foram majoritários no Brasil. Todavia, sua participação estava declinando substancialmente em favor dos Estados Unidos: de 94% entre 1860 a 1875, para 53%, entre 1903 a 1913.

Tabela 21: Brasil: Investimentos Estrangeiros não governamentais, 1860-1913.

| | Total no período Milhões de Libras | Média anual | Participação do capital inglês |
|-----------|---------------------------------------|-------------|-----------------------------------|
| 1860-1875 | 26,5 | 1,7 | 94 |
| 1876-1885 | 20,0 | 2,0 | 88 |
| 1886-1896 | 33,4 | 3,0 | 62 |
| 1897-1902 | 25,0 | 4,2 | 73 |
| 1903-1913 | 189,5 | 17,6 | 53 |
| 1860-1902 | 104,9 | 2,5 | 78 |
| 1860-1913 | 294,4 | 5,5 | 61 |

Fonte: Goldsmith (1986, p.61).

¹³² Um bom exemplo disso é esforço do governo francês e, principalmente, alemão para formação de um exercito de engenheiros, por meio de reformas educacionais que privilegiaram a aplicação do conhecimento científico. Ver Landes (1998).

3.3 A INDÚSTRIA QUE NASCE ATRELADA AO CAFÉ.

A história da indústria manufatureira no Brasil remonta ao período colonial, com a produção de panos grossos e instrumentos necessários à manutenção da indústria açucareira. Durante esta época, a coroa portuguesa impedia propositalmente o desenvolvimento de manufaturas em suas colônias para que não houvesse prejuízo aos comerciantes localizados em Lisboa. Todavia, este cenário não mudaria de forma perceptível com a conquista da independência política, pois devido a acordos comerciais com a Inglaterra, em troca do seu reconhecimento, a concorrência dos produtos ingleses era extremamente desleal com as mercadorias produzidas no Brasil.

Antes de qualquer análise mais apurada, sobre os empecilhos ao desenvolvimento das manufaturas no Brasil, deve-se considerar que a Inglaterra era o centro dinâmico da revolução industrial. Desse modo, os ganhos de economia de escala e introdução de inovações tecnológicas propiciavam uma produção de custo reduzido e de qualidade superior, as mercadorias produzidas nas antigas colônias portuguesas e espanholas. Em 1844, as tarifas de importação foram elevadas pelo Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, de 15% para 30%, e nos casos de haver produção semelhante, a alíquota era até 60%. Tal ação ficou conhecida com tarifa Alves Branco, que resultou em forte estímulo à produção de manufaturas nacionais.

As manufaturas que são introduzidas no país, a partir da segunda metade do século XIX, empregavam maquinaria considerada antiquada, quando comparada com as utilizadas nas fábricas de tecido na Inglaterra. Esta adversidade poderia ser amplamente compensada com o emprego de mão de obra barata e abundante nas linhas de produção. Contudo, a realidade era bem diferente, pois já havia escassez de trabalhadores no campo e o emprego de trabalhadores escravos não era eficiente.

Em linhas gerais, a principal atividade econômica do Brasil estava relacionada a três produtos básicos, café, açúcar e borracha. Desse pequeno universo de mercadorias, a produção e comercialização do café era a mercadoria que apresentava maior rentabilidade. A partir da década de 1860, várias manufaturas de algodão começaram a produzir tecidos para o mercado interno.

Todavia, em uma análise mais apurada, constata-se que a maior parte destes estabelecimentos estava nas mãos de comerciantes ligados à importação.

Uma explicação para isto está em Versiani e Versiani (1978). Segundo os autores, as oscilações nas taxas de câmbio propiciavam um ambiente de incerteza para os negócios ligados a importação. Assim, quando a moeda nacional na época, o mil réis, estava valorizado frente à libra esterlina, as importações eram beneficiadas. Por outro lado, quando se sucedia o contrário, as importações eram prejudicadas. Entre 1871 a 1914, a cotação média da libra esterlina oscilou de 9 a 30 mil réis. Outro fator também que poderia ter beneficiado a produção interna seria a proteção tarifária.

Em termos comparativos, o mercado brasileiro era extremamente protegido da concorrência externa. Entre 1900 e 1914, a tarifa média brasileira era de 42% um pouco abaixo das tarifas praticadas pelos Estados Unidos, em 1913. Porém, superiores a Argentina com 26% e México com 33,7% no mesmo período¹³³. Todavia, a proteção tarifária, não havia contribuído de forma decisiva sobre a expansão da indústria de tecidos antes da Primeira Grande Guerra¹³⁴. Seguindo essa linha de pensamento, o principal incentivo estaria na desvalorização cambial e no forte aumento de crédito ocorrido na primeira década republicana, fruto do encilhamento¹³⁵.

Segundo Versiani (1980:23):

O sistema tarifário, na época destinava-se basicamente a proporcionar receita mais do que proteção; na verdade, seria de esperar que prevalecessem políticas de livre-comércio numa sociedade em que os interesses da elite de proprietários rurais exportadores eram claramente preponderantes.

Nesta perspectiva, a indústria manufatureira nacional crescia mesmo sem haver uma proteção de caráter proposital. Por um lado, a proteção tarifária não estimulava a melhoria da qualidade dos bens manufaturados, pelo contrário, com uma concorrência externa atenuada produzia-se mercadorias grosseiras e com

¹³³ Ver Amsden (2009).

¹³⁴ Ver Fislow (1972).

¹³⁵ O encilhamento foi um evento ocorrido após a Proclamação da República, onde verificou uma grande expansão na abertura de bancos e no desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Segundo Goldsmith (1986) havia três condições básicas se manifestavam neste processo: a) uma grande quantidade de empresas que abriram suas atividades em 1889 e 1890 que abriram seu capital na bolsa de valores e que, posteriormente, reconhecerem falência; b) uma grande especulação sobre o valor das ações das empresas cotadas em bolsa; c) um grande aumento no volume de transações.

péssimo acabamento¹³⁶. Por outro, a necessidade de diversificação esbarrou na incapacidade da mão-de-obra local em conseguir operar máquinas e equipamentos. Além disso, a pouca experiência de gerenciamento dos comerciantes associado a pouca qualificação da mão de obra, proporcionaram a baixa produtividade ao setor. Outro fator que poderia corroborar era a excessiva diversificação das atividades de seus proprietários¹³⁷.

Antes da Primeira Guerra Mundial, a maior parte dos industriais brasileiros havia começado como fazendeiros ou importadores ou até mesmo ambas as atividades. Os importadores entram na atividade produtiva como forma de reduzir os riscos inerentes, das oscilações na taxa de câmbio ocorridas neste período. Já os produtores rurais, entraram na produção como forma de diversificar suas atividades e aproveitando oportunidades.

Um bom exemplo disso estava nos efeitos do fim da guerra de secessão norte americana, que conduziram os produtores de algodão a importar máquinas e equipamentos para a confecção de tecidos. O governo também fez a sua parte, de forma consciente ou não, quando os produtores de café passaram a formar companhias para administrar as concessões das ferrovias¹³⁸. Todavia, não importava a origem, mas a grande maioria dos industriais continuava a manter suas atividades originais.

3.4 PROMETEU PRECISA DE COMBUSTÍVEL.

Desde as primeiras fases da revolução industrial, o carvão havia desempenhado uma função fundamenta na matriz energética. Com o acesso facilitado das jazidas deste mineral, a Inglaterra e outras nações¹³⁹, desenvolveram uma forte indústria metalúrgica. No começo do século XX, nesse sentido, o Brasil tinha como forte limitação ao desenvolvimento de uma indústria siderúrgica nacional

¹³⁶ Ver Dean (2006).

¹³⁷ Ver Versiani e Versiani (1978).

¹³⁸ Como a classe dos fazendeiros representava o maior grupo econômico de apoio ao Império, é natural supor que empregassem seu poder político para ganhar as concessões das novas ferrovias.

¹³⁹ Estados Unidos, França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo desenvolveram sua indústria metalúrgica com a exploração das jazidas próximas as suas zonas de produção. Desse modo, estas economias tinham a sua disposição uma grande oferta do produto, a preço baixo e com fretes reduzidos.

o acesso a esta matéria prima de boa qualidade¹⁴⁰. Porém, as transformações ocorridas na matriz energética, com a introdução da energia elétrica, gradualmente possibilitaram o desenvolvimento de várias indústrias no país.

No começo do século XX, a indústria metalúrgica e a fabricação de máquinas e equipamentos dependiam extremamente de matérias primas importadas. Esta condição era bastante prejudicial às firmas que desenvolviam sua escala de produção. Além disso, a produção nacional de ferro tinha seu crescimento limitado em decorrência de não haver grandes reservas de carvão próximas às reservas de ferro localizadas em Minas Gerais¹⁴¹.

Embora estas limitações impedissem um forte desenvolvimento da indústria de base, elas não excluía totalmente as possibilidades de crescimento em outros setores. O mercado interno era abastecido por importações de produtos acabados, como trilhos de ferro. Porém, também eram fornecidos insumos para indústria nascente, na forma de fios, chapas galvanizadas, folhas de estanho, eixos e rodas, barras, tirantes etc. Estes insumos eram empregados nas mais diversas finalidades: desde a construção de grandes caldeiras até a elaboração de pregos e parafusos¹⁴².

Ainda que fosse um grande obstáculo, a implantação de indústrias no Brasil necessitava da transferência de tecnologia na forma de máquinas e equipamentos, e também na capacidade técnica de operar estas máquinas. Nesse ponto, residia um grande problema que somente seria resolvido parcialmente com a migração europeia para o Brasil¹⁴³.

Diante da carência de trabalho especializado para consertar e construir máquinas e na incapacidade da mão de obra nativa em realizar estas tarefas, isto possibilitou que os trabalhadores estrangeiros com algum grau de conhecimento permitissem realizar estas tarefas. Infelizmente a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros nas fábricas não possuía grande experiência.

Segundo Dean (2006:283):

A quase totalidade das operações tecnicamente complexas das fabricas eram levadas a cabo por imigrantes que só tinham uma ligeira tradição

¹⁴⁰ A principal fonte de carvão usada pelas indústrias estava no uso do carvão vegetal feito, principalmente de eucaliptos. Este é o principal motivo para a quase extinção das florestas araucárias no norte do Estado do Paraná.

¹⁴¹ Ver Dean, Waren (2006).

¹⁴² Neste caso, devido ao custo do frete, era mais barato importar matéria prima e transforma-la em um produto manufaturado, do que importar o mesmo produto elaborado no exterior.

¹⁴³ A transferência de know-how transferido por emigrantes havia proporcionado um forte impulso a industrialização da Indonésia, Taiwan, Tailândia e Malásia no começo do século XX, segundo Amsden (2004:48).

familiar de produção manual ou alguma experiência pessoal na operação de máquinas fabris¹⁴⁴.

Da mesma forma que Inglaterra durante a primeira fase de sua revolução industrial, a indústria têxtil era a quem empregava a maior parte dos trabalhadores. As deficiências técnicas verificadas na indústria brasileira estão relacionadas a três pontos básicos: na produção, na execução do projeto e na inovação. Embora relacionado ao setor da cotonicultura, este cenário também poderia ser fiel aos outros setores da economia.

A indústria de algodão, por exemplo, desde o início sofreu grandes obstáculos que levaram seus donos a perder parte do seu capital¹⁴⁵. O maquinário imperfeito provocou o primeiro percalço resultado da má fé da loja de máquinas que forneceu um produto tecnologicamente defasado. O segundo percalço foi o mau planejamento na aplicação das técnicas de produção. O terceiro percalço foi à deficiência administrativa.

Em suma, o que se constata neste período foi a forte expansão nas indústrias de bens de consumo leves, que necessitava de pouco capital em termos proporcionais. No caso da indústria de confecções, a facilidade de obter matérias primas localmente facilitou consideravelmente o desenvolvimento industrial. Cabe destacar que isto é uma característica marcante, tanto no caso brasileiro como no caso mexicano.

No bojo do aumento do poder de compra das populações urbanas, surgem novas oportunidades de mercado, que associadas à mão-de-obra migrante abundante, possibilitaram criar condições para o desenvolvimento do setor industrial, que apresentará altas taxas de crescimento durante o período analisado neste trabalho.

¹⁴⁴ Este quadro também se repetiria na Argentina e México.

¹⁴⁵ Ver Stein (apud AMSDEN, 2009, pp.96-97).

UNIDADE IV - MÉXICO: O LEGADO DE PORFÍRIO DÍAZ



4.1 MÉXICO LINDO E QUERIDO.

Em 24 de fevereiro de 1921, o México declarava-se independência da Espanha e o vice-reinado de Nova Granada não existia mais. Durante a maior parte do século XIX e começo do século XX, a história do México foi pautada pela existência de graves problemas administrativos, revoluções internas e conflitos com seu vizinho ao norte, que detiveram seu desenvolvimento por várias décadas. Além disso, vários governos controlaram ou pensaram que controlaram o país, e com resultado desse processo, a maior parte da econômica mexicana era controlada por capitais externos. O México moldou sua imagem externa como a de uma nação em eterno conflito. Os inimigos externos foram os franceses e norte-americanos, e os inimigos internos eram eles mesmos.

Descartar os efeitos das crises políticas sobre a economia é tentar esconder um grave problema para o crescimento no longo prazo da economia. Na literatura econômica, a estabilidade representa uma das regras mais básicas pela qual o capital necessita para se expandir. Sem ela, as chances para o sucesso da atividade econômica tornam-se escassas. Provavelmente, em toda América Latina, esta verdade tenha sido, tanto dramática como, cruel.

Entre 1821 a 1870, os principais obstáculos para o desenvolvimento econômico do México estavam concentrados em elementos que fugiam ao controle dos capitais privados, tais como a instabilidade política, conflitos de interesses com a igreja, falta de garantias ao direito de propriedade e na baixa renda per capita¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Ver Harber (1990a, p.81).

Entre 1820 e 1870, a renda per capita mexicana havia caído em termos reais um pouco mais que 11%. Este fraco desempenho econômico poderia ser fortemente atribuído aos quase cinquenta anos de conflitos militares que se iniciaram, desde a sua separação política com a Espanha em 1811. Eles haviam cobrado um grande preço ao México, proporcionando a economia a uma grande fase de estagnação econômica.

Os primeiros anos da jovem nação foram marcados pela indefinição sobre a sua forma de governo. Isto era retrato da manutenção de grande parte dos hábitos e costumes que prevaleciam na sua fase colonial, e que culminaram com a coroação de um oficial do exército mexicano como Imperador Augustin de Iturbide (1783-1824)¹⁴⁷. Como se pode observar, este fato fora apenas um exemplo do peso da tradição na vida política do país. Todavia, a primeira experiência monárquica do México teve vida curta, com a deposição do Imperador e o restabelecimento da república.

A independência política não provocou transformações na ordem econômica e na estrutura social do país, pelo contrário, a ordem vigente manteve-se, bem como o forte poder da igreja sobre a vida dos seus habitantes. Assim, na ausência de um poder civil forte, o exército assumiu o papel desempenhado pela antiga burocracia colônia.

Ao longo dos primeiro cinquenta anos do país dois grupos políticos – liberais e conservadores – se revezaram no poder, marcando uma forte luta interna e que somente haveria trégua, em momentos que a nação era ameaçada por forças externas. Cada um dos grupos políticos apresentava uma visão distinta de como conduzir a nação. Os conservadores eram a favor de um Estado mexicano forte e centralizado, quando que os liberais apoiavam uma república federativa. Nesse momento, o exército mexicano era crucial na manutenção da estabilidade do país, visto que com a ausência da casa Real Espanhola e, conseqüentemente, de uma nobreza e de uma burguesia fortes, este vácuo era preenchido por aqueles que haviam se destacado no processo de independência. Desse modo, sem haver

¹⁴⁷ Inicialmente verificou-se um grande debate sobre quem governaria a antiga colônia espanhola. Prevalecia a ideia de convidar um membro da família real espanhola para manter a unidade do país. Ver Bazant (2001).

fatores restritivos, o exército desempenhou um papel de mediador do poder, em outras palavras um general deveria governar como presidente¹⁴⁸.

Além do exército, havia outro fator político, uma instituição com grande poder sobre todos os mexicanos. A igreja Católica havia conseguido manter seus direitos e privilégios com o novo regime. A igreja era a maior detentora de propriedades particulares no país, e o seu patrimônio imobiliário estava em constante processo de crescimento por meio de imóveis adquiridos mediante a testamento ou tomados em hipotecas. Somente em 1833, no governo do General Antonio López de Santa Anna (1794-1876), algumas tentativas de reforma foram feitas. A lei civil que obrigava a todos os cidadãos a pagar o dízimo para a igreja católica foi abolida, dando lugar a uma contribuição voluntária¹⁴⁹. Além disso, todas as transações envolvendo propriedades religiosas desde a independência foram canceladas¹⁵⁰. Posteriormente, outros governos revogariam parte destes atos, mantendo a igreja católica como religião oficial do Estado.

Os primeiros anos do país foram marcados pela ameaça, em grande parte pelas grandes oportunidades econômicas a serem exploradas e pela descentralização política. Nesse sentido, uma possibilidade de invasão e a perda da integridade territorial por uma nação estrangeira sempre foi considerada como um fator relevante. Ao longo do século XIX, o tempo tratou de mostrar, que isso era bem verdadeiro.

Durante governo de Santa Anna¹⁵¹, a república mexicana teve a sua primeira grande derrota. Em 1836, a província do Texas declara sua independência do México sendo prontamente reconhecido pelos Estados Unidos. Após ser feito prisioneiro em campo de batalha, Santa Anna assina um tratado como os texanos, reconhecendo a sua independência¹⁵².

Dez anos depois estoura um conflito armado com o grande vizinho na fronteira norte. Motivados pela duplicação do seu território com compra dos territórios da Luisiana, aos franceses, em 1808 por 15 milhões de dólares, os Estados Unidos desejavam chegar ao oceano pacífico. Após a anexação do Texas

¹⁴⁸ Ver Bazant (2001, pp.421-423).

¹⁴⁹ A lei espanhola havia sido mantida, permitindo que o clero desfrutasse de fórum privilegiado, a cobrança de taxas por serviços religiosos e a manutenção do dízimo. Ver Chasteen (2001, pp.127-129).

¹⁵⁰ Ver Bazant (2001, p.427).

¹⁵¹ Também conhecido como Napoleão do oeste.

¹⁵² Embora o Congresso Mexicano tenha rechaçado posteriormente este tratado.

em 1845 e o Oregon em 1846, os mexicanos eram o único obstáculo para sacramentar os desejos dos Norte-americanos¹⁵³.

Em linhas gerais, a guerra com os Estados Unidos foi trágica para os mexicanos, com a conseqüente perda de quase a metade do seu território. Ocorrida entre 1846 a 1848, foi o primeiro grande conflito impulsionado pela ideia de Destino Manifesto, uma crença de que a América tinha o direito dado por Deus, o destino de expandir as fronteiras do país até o oceano pacífico¹⁵⁴. “It is our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development our yearly multiplying millions” (O’SULLIVAN apud HART-DAVIS, 2010)¹⁵⁵. Como resultado, os Estados Unidos ampliaram o seu território em cerca de um quarto, adquirindo o controle dos atuais Estados do Novo México, Califórnia, parte do Colorado, Utah, Arizona e Nevada. A solução deste conflito de deu com a assinatura do tratado Guadalupe Hidalgo, no qual o México reconhecia a perda de metade do seu território e receberia uma indenização pelos Estados Unidos¹⁵⁶.

Em 1862, novo conflito com uma nação estrangeira. Dessa vez, tropas francesas invadem o México pela segunda vez em sua história¹⁵⁷, como resposta ao não pagamento de compromissos externos assumidos pelos mexicanos em 1861. Com apoio inicial da Inglaterra e da Espanha, os franceses tomaram a sua capital em 1863, impuseram como forma de governo uma monarquia, tendo como governante, o príncipe Maximiliano de Habsburgo-Lorena da Áustria (1832-1867). Em 1867, as tropas monarquistas são derrotadas, comandadas por um presidente de origem indígena e com apoio dos Estados Unidos, executam o imperador¹⁵⁸. Ao ingressar na capital mexicana, o presidente Benito Juárez (1806-1872) restaurara a república mexicana.

Os fatos são claros ao mostrar que a inconstância política do México seria prejudicial ao país, para a economia os efeitos também seriam mais fortes. Sem regras políticas estáveis e ausência de instituições fortes, os capitais não poderiam ingressar na economia. Os cinquenta e cinco primeiros anos do país foram bem

¹⁵³ Para maiores explicações ver Zinn (2005).

¹⁵⁴ Ver Hart-Davis (2010, pp.310-311).

¹⁵⁵ Em uma tradução literal: É o nosso destino manifesto se espalhar por este continente atribuído pela Providência para o livre desenvolvimento de nossa riqueza.

¹⁵⁶ Uma visão particular da guerra com os Estados Unidos pode ser vista em Zinn (2005, pp.150-169).

¹⁵⁷ A primeira invasão ocorreu em 1838 em Vera Cruz, como resposta ao não pagamento de compromissos externos, ver Bazant (2001, p.429)

¹⁵⁸ Ver Chasteen (2001, p.131).

conturbados, com direito a sucessivos golpes e invasões estrangeiras e revoluções internas. Entre 1811 e 1876, governaram o México 75 presidentes e dois imperadores. Com esta grande alternância de poder, não havia como manter constantes as regras do jogo e para piorar este quadro, elas mudavam ao sabor dos novos governantes.

Até a década de 1880, não existia no país uma legislação que estabelecesse as relações comerciais. Também não havia uma lei sobre patentes e nem uma legislação relativa à proteção do crédito¹⁵⁹, o que dificultava os investimentos de longo prazo para qualquer atividade produtiva. Assim como, para qualquer atividade econômica eram necessárias permissões ou autorizações especiais, que por sua vez eram agravados com impostos ou tarifas especiais.

Em um ambiente em que havia dificuldade em cumprir os contratos firmados ou cobrar os empréstimos contraídos, principalmente, quando o Estado estava envolvido, possuir acesso a aqueles que exerciam o poder era uma ferramenta necessária para a sobrevivência de algum negócio¹⁶⁰. Este quadro institucional arcaico, portanto, contribuía fortemente para o subdesenvolvimento do México¹⁶¹.

4.2 A ECONOMIA MEXICANA EM 1811 E 1876.

Durante esse período a economia mexicana era essencialmente agrícola. A fonte principal de sobrevivência da maioria dos mexicanos estava ligada a terra. A maior parte de sua população estava assentada nas pequenas cidades, com suas atividades concentradas no campo e praticavam uma agricultura de subsistência que dependia praticamente da vontade divina para ter sucesso.

Nesse universo rural, grande parte da população sobrevivia por meio de uma economia de trocas, que pouco conhecia a monetização. As profundas transformações ocorridas na economia mexicana, após a segunda metade do século XIX, não haviam conseguido alterar este quadro que perdurava desde seu período colonial.

A falta de infraestrutura era um grande obstáculo para o desenvolvimento econômico, para agravar este quadro a geografia não foi generosa com o país, visto

¹⁵⁹ Ver Haber (1990a, p.88).

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Ver Coatsworth (1988, p.289).

que, o México não dispõe de rios navegáveis que possibilitem o transporte de mercadorias do litoral para o interior. Além disso, a grande quantidade de montanhas íngremes e grande cobertura territorial de florestas tropicais prejudica sensivelmente o deslocamento das mercadorias, encarecendo os fretes dos produtos.

Em linhas gerais, aproximadamente um terço do território mexicano está assentado em terras planas, propícias a agricultura e a pecuária. Assim posto, o comércio interno era dificultado com estes obstáculos. O pequeno movimento de cargas que existia era transportado em reduzidas quantidades com margens elevadas de lucro¹⁶². Nesse sentido, quase todas as mercadorias haviam de percorrer até seu destino final, por meio de caminhos em terrenos montanhosos, usando mulas ou carros de boi¹⁶³.

A grande maioria das estradas carecia de manutenção ao longo do século XIX, o que dificultava o comércio e encarecia os fretes, criando-se assim uma barreira natural para o surgimento de algumas indústrias, com a produção destinada exclusivamente a mercados locais. Um exemplo claro desse processo, eram as firmas que produziam bens perecíveis, como a cerveja e pães, ou produtos das pequenas manufaturas que elaboravam panos mais grossos¹⁶⁴. Nesse universo dos mercados locais sobreviviam às pequenas tecelagens manuais¹⁶⁵.

A questão do transporte e a sua segurança eram que dificultavam extremamente o desenvolvimento do país. A introdução das ferrovias a partir de 1873, com a conclusão do trecho entre a cidade do México e Vera Cruz, haveria de atenuar este problema. A segurança nas estradas era um caso alarmante, visto que vários grupos de bandoleiros infestavam o interior do país, assaltando aqueles que se aventurassem a viajar¹⁶⁶. Também não adiantava esperar por ações provenientes da Cidade do México, por não haver recursos financeiros para a criação de um exército nacional profissional, o Governo central tinha que depender

¹⁶² Ver Chasteen (2001, p.104).

¹⁶³ Ver Haber (1990a, p.84).

¹⁶⁴ Ver Harber (1990a, p.85).

¹⁶⁵ Também chamadas de obrajes.

¹⁶⁶ Segundo Vanderwood (apud, HABER, 1990, p.86), em um único dia de 1861, uma diligência havia sido assaltada três vezes entre a capital do país a cidade de Puebla. Outros casos semelhantes se sucediam com frequência.

de alguns efetivos militares e oportunistas, que por sua vez não eram tão melhores do que aqueles que deviam combater¹⁶⁷.

4.3 A FORMAÇÃO DE UM MERCADO NACIONAL

O processo de industrialização no México antecede ao período colonial, com as tradicionais *obrajes* que produziam tecidos e confecções para os segmentos populares. Todavia, esta forma de organização não consegue evoluir e sobreviver com a concorrência das novas formas de produção desenvolvidas pela Revolução Industrial.

Nesse sentido, Haber (1990a: 81-83) analisando os obstáculos a industrialização, divide em dois períodos distintos as restrições existentes para o desenvolvimento da indústria mexicana. No primeiro período (1830-1880) as principais dificuldades encontradas pelas manufaturas eram elementos fora de seu controle, tais como: a insegurança jurídica para os direitos de propriedade; o baixo crescimento da renda per capita e do reduzido mercado interno nacional; dos meios de transportes deficientes; da elevada criminalidade nas estradas; e dos baixos níveis de capitais nacionais internos. Para o período seguinte (1880 – 1940) o foco do problema passa a ser direcionado para o âmbito interno da empresa, quando a incapacidade de conseguir economias de escala; altos custos do capital fixo; baixa produtividade dos trabalhadores; começam a prejudicar o florescimento industrial.

Quanto ao primeiro período, à dificuldade mais visível para a indústria manufatureira mexicana no século XIX fora à falta de um mercado nacional, em decorrência dos altos custos de transporte entre as diversas regiões do país. Ao comparar as experiências de sucesso em nações com industrialização recente, é possível perceber um fato em comum: todas elas estavam conectadas com sistemas de transporte de baixo custo¹⁶⁸. No México, a situação era totalmente inversa, os custos de transportar mercadorias de uma cidade para outra eram extremamente elevados, um fato que contribuía profundamente para isso esta na topografia muito irregular do país.

Segundo Haber (1990a, p. 91)

¹⁶⁷ Haber (1990a)

¹⁶⁸ Um bom exemplo disso é o transporte fluvial e por canais, navegação costeira e estradas.

Únicamente un tercio de la superficie del país es razonablemente llana y apenas hay vías fluviales navegables, excepto algunos ríos de los escasamente poblados estados surorientales de Veracruz y Tabasco. Además, la gran mayoría de la población ha vivido históricamente en las montañas del interior del país, lo que quiere decir que la navegación costera no podía desempeñar un papel significativo a la hora de unir los mercados.

Os mercados mexicanos eram de caráter local, onde a maior parte das mercadorias produzidas era comercializada próxima ao local de produção. Segundo Haber (1990a) o quadro era bastante similar ao que existia na atual Alemanha antes da sua formação. Até o final do século XIX, as províncias haviam adquirido uma grande autonomia frente ao governo central e, com isso, também executavam uma política fiscal autônoma. Em outras palavras, cada província tributava a produção e o comércio a sua maneira.

Os mesmos elementos que prejudicavam a criação de uma grande indústria no México, por outro lado também abriam chances para os pequenos produtores¹⁶⁹. Os elevados custos de transporte interno protegiam os pequenos fabricantes da concorrência inglesa. Nesse sentido, a indústria do algodão liderava este processo. Em 1843, havia 43 fábricas de algodão concentradas nos Estados de Puebla e Cidade do México, produzindo para os mercados locais para tecelões independentes.

Duas décadas mais tarde, em 1877, a indústria de algodão cresceu significativamente. Naquele ano, haviam sido instaladas 92 fábricas, porém com um tamanho médio inferior a períodos anteriores. Além da indústria do algodão, também havia outras atividades relevantes, que muitas vezes aparentavam mais uma oficina artesanal do que uma indústria moderna. Em sua maior parte, elas eram de tamanho reduzido e empregavam poucos trabalhadores. Um bom exemplo disso era a atividade siderúrgica que estava concentrada em cinco fundições em 1853, a maior parte considerada de pequeno porte. Também era cinco a quantidade de empresas relacionadas à produção de vidro em 1857 e que apresentavam o mesmo perfil das pequenas fundições. Nos dois setores citados, a maior parte das empresas empregava até cem trabalhadores.

Outras atividades também empregavam trabalhadores, porém em escala mais reduzida, estavam relacionadas a bens de consumo leves, que exigia pouco capital e que empregava a tecnologia disponível no país. A maior parte delas estava localizada na cidade do México. Em 1887, operavam 728 firmas nas áreas de

¹⁶⁹ Ver Haber (1990a, p.89).

calçado, produtos de higiene, madeireira, chapéus, alfaiataria, e panificação. O interessante nesta realidade é que não havia uma indústria de bens de capital ou de bens intermediários. Isto era resultado, em grande parte, pelo fato de que as indústrias de bens de consumo existentes não conseguiram gerar condições para o surgimento destes dois ramos de atividade industrial. Em outras palavras, o mercado mexicano não havia amadurecido o suficiente para sustentar uma indústria de bens de capital própria¹⁷⁰ e nem tampouco uma indústria de bens intermediários.

4.4 ECONOMIA MEXICANA: 1876 A 1911: PORFÍRIO DÍAZ E O SEU LEGADO

José de La Cruz Porfírio Díaz Mory (1830-1915), legalmente governou o México em dois períodos: 1876 a 1880 e entre 1884 a 1891. Nesse meio termo (1880 a 1884), o México foi governado por um amigo de Porfírio, o presidente Manuel González (1833-1893). Durante o tempo em que Porfírio Díaz esteve comandando direta e indiretamente a vida política mexicana é conhecida como El Porfiriato.

O Porfiriato proporcionou ao México, um longo período de rara estabilidade política, que desde o início do processo de independência nunca havia experimentado. No conjunto, suas ações beneficiavam o setor exportador e aqueles que desejavam investir no país.

Um bom exemplo estava na forma como geria as receitas do governo. Ao contrário das gestões anteriores que aumentaram suas receitas fiscais por meio de empréstimos compulsórios e aumento da carga tributária, Díaz fez a opção por não ir por este caminho. Caso ele colocasse em prática tais medidas, provavelmente desestimularia o ingresso de capitais estrangeiros. A velha águia¹⁷¹ desejava colocar o México na rota dos capitais internacionais, para tanto, a maior parte das receitas eram provenientes das altas taxas alfandegárias e sobre a mineração. E, como incentivo, as empresas estrangeiras instaladas no país eram pouco tributadas¹⁷².

Em termos econômicos suas ações possibilitaram a entrada no México no sistema econômico mundial como fornecedor de matérias primas¹⁷³. Durante seu

¹⁷⁰ Ver Haber (1990a, p.91).

¹⁷¹ Uma forma de expressar Porfírio Díaz, outra maneira era ser chamado de “chefe”.

¹⁷² Ver Katz (2001, p.58).

¹⁷³ Ver Catão (1998, p.59).

governo foram criadas condições políticas e econômicas necessárias para atrair o capital internacional em direção do México, necessárias para modernizar a economia do país.

Durante esse período, a oposição política praticamente desapareceu, enfraquecendo substancialmente o poder dos caudilhos regionais, que desde o início da história da nação rivalizavam com o poder central. Desse modo, com um poder central mais forte, a segurança das estradas foi reforçada, ocasionando uma redução na ação dos grupos de bandoleiros que assaltavam seus percursos¹⁷⁴. Por outro lado, o incipiente movimento dos trabalhadores nas cidades foi combatido diretamente, evitando a formação de greves e propiciando a formação de uma classe operária mais organizada que possibilitasse, por seu poder de barganha, auferir melhores remunerações. Além disso, havia uma grande mobilidade da força de trabalho que recebia uma remuneração extremamente baixa. O regime fazia todos os esforços para que os operários ganhassem pouco, mesmo que isto obrigasse o uso de fortes incentivos policiais para manter esta situação. Para as empresas, a oferta de trabalho apresentava um grave problema que não poderia ser resolvido no curto e médio prazo. A qualificação dos trabalhadores era extremamente baixa, em consequência as atividades que demandavam um corpo técnico mais especializado eram preenchidas, quando possível, por operários técnicos estrangeiros. Nesse sentido, as atividades relacionadas à manutenção e operação de máquinas apresentavam uma forte carência de operários especializados, contribuindo para redução na produtividade do setor.

Durante a década de 1880, os efeitos de um governo central forte, associados a uma política favorável ao capital, criaram condições para que a industrialização do México tomasse outro rumo. A partir desse momento, a entrada do capital estrangeiro ocorre em maior quantidade beneficiando as atividades com maior potencial de lucro e transformando em pouco tempo a economia nacional. A forma do autoritarismo que se desenvolveu durante o regime de Porfírio Díaz se ajustava perfeitamente às exigências do processo de modernização que o capital requeria. Isto implicava em profundas modificações no marco legal e institucional¹⁷⁵. Nesse sentido, era essencial que o Estado mexicano conseguisse ofertar condições seguras para o capital, e assim o fez Porfírio Díaz ao implantar uma nova legislação

¹⁷⁴Ver Haber (1990b, p.338).

¹⁷⁵Coastworh (1975, p. 215).

sobre mineração aprovada pelo Congresso Nacional, em 1887. Com o virtual controle do cenário político, outras ações visando transformar o quadro institucional foram aprovadas, tais como a promulgação de uma legislação societária em 1889, e estabelecimento de códigos comerciais, normas bancárias e de crédito¹⁷⁶. Também foram realizadas ações no sentido de organizar uma burocracia civil e na unificação do regime fiscal.

O setor mais vulnerável na economia mexicana continuava sendo a infraestrutura responsável, por boa parte do atraso econômico do país. Com a implantação das reformas no aparato institucional, os investimentos estrangeiros aumentaram significativamente. Os setores mais beneficiados nesse processo foram o ferroviário, por meio de subsídios, isenções fiscais e concessões especiais¹⁷⁷, e o da mineração. O desenvolvimento de uma malha ferroviária permitiu transportar matérias primas do interior para os portos do litoral ou até o norte do país em direção à fronteira com os Estados Unidos. Paralelo às concessões federais, também surgia um grande número de ramais secundários que possibilitaram o surgimento de uma rede interconectada que ligava finalmente os mercados interiores entre si, possibilitando a formação de um incipiente mercado nacional, via redução nos custos de transportes¹⁷⁸.

Tabela 22: Malha Ferroviária Federal Mexicana: 1876 – 1910

| Ano | Quilômetros | 1873 = 100 |
|------|-------------|------------|
| 1873 | 572 | 100 |
| 1876 | 680 | 119 |
| 1880 | 1.074 | 188 |
| 1884 | 5.731 | 1.002 |
| 1890 | 9.544 | 1.669 |
| 1900 | 13.615 | 2.380 |
| 1907 | 17.510 | 3.061 |
| 1910 | 19.280 | 3.371 |

Fonte: Haber (1990b) e Ficker (1995) e tabulações do autor.

Entre 1873 a 1910, a malha ferroviária federal mexicana havia crescido espetacularmente (mais de 3200%) e se aproximava do total apresentado pela

¹⁷⁶ Ver Haber (1990b, p.337).

¹⁷⁷ Ver Coastworh (1975, p.217).

¹⁷⁸ Além disso, melhorou o escoamento da produção agrícola, auxiliou o investimento externo em grande escala, melhoraram a capacidade de militar do regime central, além de melhorar as comunicações da nação, ver Coastworh (1975, p.217)

malha brasileira e abaixo da argentina. Porém, se adicionarmos a esta conta os ramais ferroviários secundários controlados pelas províncias e governos locais, que totalizavam mais de quatro mil quilômetros de estrada de ferro, o México, em 1910 já possuía a segunda maior rede na América Latina. Isto era um feito espetacular, pois a geografia mexicana não ajudava muito o trabalho dos construtores. As inovações tecnológicas foram responsáveis por este feito, com suporte do capital estrangeiro e do forte apoio governamental, conseguiram superar estas adversidades encontradas em períodos anteriores.

Assim, melhorava substancialmente as condições para a formação de um mercado interno para produtos mexicanos, com a profunda redução nos custos de transportes. A partir desse momento, deslocar uma mercadoria do interior para o litoral era bem mais fácil e barato, que a menos de dez anos. Como consequência, maiores eram as possibilidades de comercializar mercadorias transportadas por trilhos em detrimento das antigas formas de transporte. O papel das ferrovias foi essencial para o desenvolvimento econômico do México no final do século XIX.

Durante a década de 1890, as cargas transportadas pelas ferrovias não se concentravam exclusivamente na condução de mercadorias para o mercado externo. Ao contrário do verificado em toda a América Latina, as empresas de transporte ferroviário atuaram fortemente na promoção de algumas regiões e atividades produtivas, possibilitando a ligação entre pequenos mercados entre si, em um mercado interno integrado. Um bom exemplo é que as 11 maiores empresas em 1907, apresentavam um volume de carga transportada para o mercado interno superior ao volume de carga exportada¹⁷⁹.

Agora, havia um mercado nacional em rápido processo de formação. Um bom exemplo disso estava na redução em quase 95% do valor total do frete entre a capital do país e a cidade de Querétaro distante apenas 250 km entre si¹⁸⁰. Até 1910, a criação de uma malha ferroviária não havia beneficiado todo o país. A maior das estradas de ferro estava localizada nas regiões mais desenvolvidas e que apresentavam maior rentabilidade, permitindo escoar a produção mineral e agrícola do país. Havia regiões que não estavam conectadas, como a Baja Califórnia,

¹⁷⁹ Ver Ficke (1995, p. 41).

¹⁸⁰ Ver Haber (1990b).

Chiapas, Tabasco, a costa sul do pacífico e a península de Yucatán¹⁸¹. Bem como, também havia regiões onde duas concessões concorriam pelo mesmo mercado¹⁸².

4.5 A MINERAÇÃO: UM SUBSOLO RICO A ESPERA DE CAPITAL

Desde o período colonial, a economia mexicana se destacara com grande exportadora de prata. Ao longo do século XIX, a atividade mineradora no México apresentou uma tendência de queda em grande parte foi resultado da incerteza política, das dificuldades em escoar a produção e da falta investimentos que levassem a modernização desse setor. Todavia, a partir de 1880, as condições para o setor de mineração tornaram-se extremamente favorável devido à introdução das ferrovias e a conseqüente redução nos custos de transporte, e na política governamental de atrair capital estrangeiro.

No final de 1884, as leis mexicanas foram alteradas para beneficiar investimentos no setor. Desde o período colonial, as leis outorgavam ao Estado a propriedade pelo uso do subsolo. Com Porfirio Díaz no poder, as coisas haviam mudado substancialmente. A partir desse momento, os proprietários de terra também eram donos do subsolo¹⁸³.

Em um primeiro momento, a mineração de ouro e prata foram os setores mais beneficiados. Entre 1875/76 a produção de prata aumentou de quinhentas e vinte dois mil toneladas, para dois milhões e trezentas e cinco mil toneladas em 1910/11. Este processo também acontece com a produção de ouro, que passa de um pouco mais de mil e sessentas toneladas, para trinta e sete mil no mesmo período.

Tabela 23: Produção de ouro e prata Mexicana, 1875 – 1911.

| Ano | Ouro (ton.) | Em pesetas (milhões) | Prata (ton.) | Em pesetas (milhões) |
|---------|-------------|----------------------|--------------|----------------------|
| 1875/76 | 1,6 | 2,2 | 522,0 | 21,8 |
| 1880/81 | 3,4 | 2,0 | 756,0 | 29,2 |
| 1885/86 | 2,0 | 1,3 | 874,0 | 34,2 |
| 1890/91 | 2,7 | 1,8 | 1068,0 | 41,9 |
| 1895/96 | 17,8 | 12,0 | 1491,0 | 61,0 |
| 1900/01 | 27,3 | 18,4 | 1816,6 | 74,3 |
| 1905/05 | 27,3 | 36,4 | 1845,2 | 75,6 |
| 1910/11 | 37,1 | 49,5 | 2305,8 | 80,9 |

Fonte: Estadísticas históricas de México (2009).

¹⁸¹ Ver Costsworth (1990, p.180-181).

¹⁸² Ver Caldrón (1965 apud FICKER, 1994).

¹⁸³ Ver La Borda (2005, pp.21-23).

Os investimentos no setor contemplaram outros tipos de mineração. Desse modo que ocorre um substancial crescimento na produção de cobre, ferro e carvão. A situação mineral mexicana era mais confortável que a brasileira e a argentina, no que tange a oferta de insumos para sua incipiente industrial. Ao contrário dos dois países sul-americanos, o México dispõe de reservas de carvão¹⁸⁴, para alimentar as caldeiras de uma grande fundição e sua extração naquele momento, e isto representava uma parcela significativa do consumo nacional¹⁸⁵.

Embora, naquele momento, a produção nacional de carvão e coque fosse insuficiente para satisfazer o mercado interno, por sua localização e proximidade dos países produtores, podia se adquirir estes insumos por um preço mais reduzido que o Brasil e a Argentina, o que fez reduzir consideravelmente os custos de produção. Entre 1893 e 1907, a participação do carvão mineral e coque nas cargas transportadas pelas 11 maiores empresas ferroviárias do país sobre 28% para 35% do volume transportado. O volume transportado passou de seiscentos mil toneladas, para um milhão e oitocentas mil toneladas, entre 1899 e 1907.

A indústria siderúrgica mexicana toma um forte impulso a partir 1891, quando o Congresso Norte-americano aprovou a tarifa Mackinley, aumentando as tarifas de importação sobre minerais não processados, e mantendo de forma relativamente baixa, as barreiras tarifárias sobre minerais processados. Como consequência direta deste ato, as empresas de mineração localizadas nos Estados Unidos passaram a instalar plantas siderúrgicas no território mexicano¹⁸⁶.

Nesse sentido o papel das ferrovias é crucial para transportar o minério de ferro das jazidas em direção à fundição. Em 1900, é criada a La Fundidora Monterey que empregava as mais modernas técnicas de produção de ferro e aço existentes. Era a primeira indústria de grande porte na América Latina, que operava em todas as fases do processo: desde a extração até a elaboração do produto final em chapas ou lingotes. Para ajudar neste esforço, a produção local de carvão entre 1881 e 1910, é multiplicada por seis. A extração de ferro aumenta em uma proporção ainda maior, em dez anos, ela passa de um pouco mais de três mil e trezentas toneladas

¹⁸⁴ Em 1907, a metade do consumo de carvão e coque era proveniente do exterior.

¹⁸⁵ Ver Ficker (1988, p.55).

¹⁸⁶ Ver Katz (2001, p.51).

para quase cinquenta e cinco mil. O mesmo resultado também é encontrado na mineração de cobre, mais voltada à exportação.

Tabela 24: Produção Mineral Mexicana– 1891-1915

| Ano | Cobre (ton.) | Carvão (ton.) | Ferro (ton.) |
|------|--------------|---------------|--------------|
| 1891 | 5.650 | 200.000 | - |
| 1895 | 11.806 | 270.000 | - |
| 1900 | 22.473 | 387.977 | 3.306 |
| 1905 | 65.449 | 920.000 | 19.674 |
| 1910 | 48.160 | 1.304.111 | 54.698 |
| 1913 | 52.592 | 600.000 | 12.758 |

Fonte: Estadísticas históricas de México (2010).

A história do petróleo no México remonta a década de 1860, quando um sacerdote descobriu pequeno poço de petróleo, que devido às dificuldades de transporte e comercialização, não era viável economicamente e as demais descobertas não apresentavam um potencial econômico que a viabilizasse economicamente. Contudo, este quadro é profundamente alterado com a descoberta de grandes jazidas de petróleo no golfo do México. Associado a isto, a facilidade de extração, possibilita que a produção petrolífera cresce a ponto de o país tornar se, em pouco tempo, o maior exportador desta riqueza nas primeiras décadas do século XX.

O desenvolvimento da indústria petrolífera ocorreu principalmente no norte do país e influenciada diretamente pelo desenvolvimento dessa mesma indústria em território americano. Isso se torna mais evidente nas primeiras duas décadas do século XX, quando esta nação consegue alcançar as primeiras posições mundiais nesta atividade extrativa em conjunto com os Estados Unidos, Rússia e países localizados no oriente médio.

Em termos comerciais, o México começou a produzir em 1901. De início, as barreiras à entrada de outras firmas neste mercado não eram muito elevadas, visto que nos primeiros dez anos deste século havia centenas de pequenas, médias e grandes empresas, começando a explorar o subsolo deste país. Um claro exemplo deste cenário era a grande quantidade de firmas registradas neste setor, em 1919. Neste ano, havia 447 empresas registradas, e desse total uma pequena fração eram de firmas que conseguiam produzir e exportar quantidades significativas dessa mercadoria.

É importante ressaltar, que a indústria de mineração petrolífera ainda estava em seus estágios iniciais de desenvolvimento de suas técnicas de operação, e que nem sempre a concessão de uma licença para perfurar um poço se traduzia em sucesso comercial. Na década de 1920, a República Mexicana haveria de se tornar a maior exportadora mundial de petróleo e a segunda maior produtora. Em 1921, de cada cinco barris de petróleo produzidos no mundo, um era mexicano.

Tabela 25 - México: Produção de Petróleo – 1910 – 1920

| Ano | Petróleo (barril/dia) |
|------|-----------------------|
| 1910 | 9.956 |
| 1911 | 34.391 |
| 1912 | 45.365 |
| 1913 | 64.910 |
| 1914 | 71.878 |
| 1915 | 90.166 |
| 1916 | 111.084 |
| 1917 | 151.487 |
| 1918 | 174.872 |
| 1919 | 238.556 |
| 1920 | 430.325 |

Fonte: Womack (2001) e tabulações do autor.

4.6 A INDÚSTRIA DE MANUFATURAS

Já no começo do século XX, ainda governava o país Porfírio Díaz, famoso por sua afirmação: “tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”. Até aquele momento (1901), seu principal mérito foi ter mantido o país sobre uma ordem centralizadora por mais de 25 anos, fato que propiciou estabilidade para o capital externo e um crescimento econômico. Ao governar o país com “mão de ferro”, Díaz havia conseguido modernizar a economia mexicana inserindo-a na ordem econômica internacional, como fornecedora de minerais em contraste, com Argentina e Brasil. Porém, suas práticas políticas não diferenciam das executadas pelos demais governantes.

Durante o Porfiriato, o México havia experimentado um espetacular crescimento das suas exportações¹⁸⁷ em um ritmo de sete por cento ao ano, muito

¹⁸⁷ Ver Catão (1988, p.22).

superior ao que era verificado no comércio mundial de produtos primários¹⁸⁸. A história da indústria mexicana nas primeiras décadas do século passado é marcada pela ausência do Estado como agente indutor, de forma direta¹⁸⁹. Segundo o pensamento liberal, ela não se intrometia diretamente nos negócios comerciais¹⁹⁰. Sua origem era de caráter espontâneo, seu desenvolvimento era, em grande parte, baseado no interesse de grupos estrangeiros ou de estrangeiros radicados neste país.

Com relação à indústria¹⁹¹, as duas primeiras décadas haviam deixado um legado de uma econômica predominantemente capitalista. Contudo, seu desenvolvimento ocorre de forma desigual favorecendo as regiões do Noroeste, Nordeste, Distrito Federal e do Golfo, em detrimento das demais. Grande parte da indústria de manufaturas mexicana estava localizada em três pontos do país: Cidade do México, Monterrey, e entre as cidades de Puebla e Vera Cruz.

O grande crescimento industrial nas últimas décadas do século XIX fora impressionante, contudo, ainda existiam grandes gargalos a serem suplantados. Em maior parte, eles eram inerentes à própria estrutura econômica do país, entre os obstáculos encontrados estavam a dificuldade em aumentar a escala de produção, a baixa produtividade dos trabalhadores, os altos custos do capital fixo como proporção a que a economia poderia mobilizar¹⁹².

O processo de formação de um mercado nacional estava em fase inicial com a introdução das ferrovias e a redução nas dificuldades de comercializar mercadorias em quase todo território nacional. Para auxiliar este processo, havia a crescente urbanização e a formação de uma classe de trabalhadores que proporcionaram um aumento do poder de compra da sociedade, expandido as oportunidades de venda pelos industriais mexicanos. Todavia “nem tudo eram flores”, quase 75% de todos os mexicanos ainda viviam nas pequenas comunidades, onde a realidade econômica era similar ao começo do século XIX, e entre os assalariados a renda era extremamente baixa quase ao nível de subsistência. Seria desejável que as classes “mais abastadas” adquirissem produtos nacionais, porém a

¹⁸⁸ Durante este mesmo período, a média mundial foi de aproximadamente 3% ao ano (CATAO, 1998).

¹⁸⁹ Para os padrões de intervenção do Estado no começo do século XX, era aceitável a prática do uso de subsídios, isenções fiscais e concessões para operação de serviços públicos. Posteriormente, a partir dos anos trinta, começa a prevalecer a intervenção direta do Estado na produção.

¹⁹⁰ Embora esta prática não seja seguida por seus correligionários.

¹⁹¹ Ver Meyer Jr. (2002, pp.213-214).

¹⁹² Ver Haber (1990b, p.345).

prática era que elas preferiam comprar mercadorias importadas, em detrimento da produção nacional.

A tecnologia importada pelas empresas estrangeiras não era compatível com a realidade do mercado interno, o que proporcionava uma capacidade de produção acima das potencialidades do consumo interno, o que gerava uma capacidade ociosa na industrial. Isto era um reflexo da incapacidade das empresas mexicanas sustentarem um mercado que possibilitasse a formação da indústria nacional de bens de capital. Porém, mesmo que houvesse um mercado para isto, a qualificação dos trabalhadores era extremamente reduzida, o que dificultaria encontrar mão-de-obra com conhecimento técnico e especializado¹⁹³.

Segundo Haber (1990b, p.350): “as fabricas têxteis mexicanas empregavam quase o dobro de trabalhadores por máquina que as firmas britânicas e mais de duas vezes e meia que as da Nova Inglaterra”.

Por outro lado, a importação dos bens de capitais aumentaram os custos de implantação da indústria no México, quando comparada com economias mais desenvolvidas¹⁹⁴, aumentando os custos de produção locais e dificultando a concorrência com produtos importados.

Entre 1900 e 1910, o número de empresas têxteis praticamente permanece inalterado. Todavia, sua produção cresce consideravelmente, indicando um aumento no seu tamanho de operação. Por outro lado, os dados da tabela seguinte também mostram o comportamento da produtividade dos trabalhadores que praticamente permanece inalterada.

Tabela 26: Indústria Têxtil Mexicana: 1900 a 1913

| Ano | Número de Fábricas | Valor da Produção em 1000 pesos | Produção em 1000 metros | Trabalhadores | Produção por Trabalhador (1900 =100) |
|------|--------------------|---------------------------------|-------------------------|---------------|--------------------------------------|
| 1900 | 122 | 35.439 | 261.397 | 27.767 | 100,0 |
| 1901 | 133 | 35.553 | 262.044 | 26.709 | 96,0 |
| 1902 | 124 | 27.939 | 235.956 | 24.964 | 99,6 |
| 1903 | 115 | 31.339 | 262.170 | 26.149 | 94,2 |
| 1904 | 115 | 34.646 | 280.710 | 27.456 | 105,0 |
| 1905 | 130 | 46.097 | 310.692 | 30.162 | 109,9 |
| 1906 | 130 | 44.894 | 349.711 | 31.673 | 105,0 |
| 1907 | 129 | 41.326 | 376.517 | 33.132 | 104,6 |

¹⁹³ Ver Amsden (2009, pp.69-80).

¹⁹⁴ Ver Haber (1990b, p.349).

(Continuação)

| | | | | | |
|------|-----|--------|---------|--------|-------|
| 1908 | 132 | 35.303 | 368.370 | 35.816 | 108,1 |
| 1909 | 129 | 36.656 | 314.228 | 32.229 | 90,0 |
| 1910 | 121 | 39.119 | 315.322 | 31.963 | 99,2 |
| 1911 | 119 | 39.286 | 341.441 | 32.147 | 100,6 |
| 1912 | 126 | 46.848 | 319.668 | 32.209 | 100,2 |
| 1913 | 128 | 36.643 | 298.897 | 32.641 | 101,3 |

Fonte: Estadísticas históricas de México (2010) e tabulações do autor.

Com relação à oferta de mão-de-obra, o México não conseguiu beneficiar-se de uma corrente migratória proveniente a Europa, que possibilitasse melhorar o capital humano em termos de qualificações. Embora houvesse tentativas de atrair colonos, elas nunca conseguiram prosperar como no Brasil e Argentina. Pelo contrário, o país era um grande exportador de mão de obra, para os Estado Unidos.

Em uma economia aberta ao comércio internacional, as condições de sobrevivência das empresas mexicanas eram difíceis. A alternativa encontrada foi à proteção do Estado, por meio das tarifas aduaneiras. Esta prática não era isolada, outros países faziam o mesmo para proteger suas indústrias. Em 1913, o México aplicava uma tarifa média de 33,7%, Argentina (26%), Brasil (42%) e Estados Unidos (44%)¹⁹⁵.

Além disso, o crédito bancário era restrito e limitado. O sistema financeiro mexicano estava orientado para operações de curto prazo dificultado ao empresário nacional levantar recursos para expandir suas atividades. Em 1897, havia somente sete casas bancárias em operação, treze anos mais tarde este número chegaria a vinte. Da mesma forma que no Brasil e Argentina, as casas bancárias eram de maioria de propriedade inglesa, que forneciam créditos, com até um ano de duração. A classe de industriais mexicanos era formada por pessoas de origem comerciais, que por sua vez eram beneficiados com apoio do Governo de Porfirio Díaz. Seu poder político possibilitava “abrir caminhos” em um emaranhado conjunto de restrições. Ter alguém no Governo era uma boa política para os lucros.

4.7 A REVOLUÇÃO MEXICANA E A RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

O passado mexicano, durante o século XIX e parte do XX, é marcado pela contínua tentativa de centralização política, anteposta pela recusa dos senhores

¹⁹⁵ Ver Amsden (2009, p.94)

local em ceder seus poderes. Nas primeiras décadas do século passado, explode a Revolução Mexicana. Esse movimento, segundo Womack (2002:105) apresentava uma forte indicação sobre as condições para que uma revolução acontecesse eram claras, pois havia uma nítida luta de classes entre as camadas sociais mais abastadas e os segmentos sociais mais pobres que poderia ser deflagrada a qualquer momento. O estopim deste processo teve início durante a sucessão de Porfirio Díaz¹⁹⁶, inicialmente, por meio de intensos debates entre os principais grupos políticos, e posteriormente acrescentados pelo envolvimento de grupos populares em suas demandas por melhores condições de vida ao exigir reformas econômicas e sociais.

Durante a revolução mexicana (1910 a 1920), a maior parte do orçamento federal estava comprometida na manutenção de um numeroso corpo militar. Um bom exemplo disso estava em 1915, quando, aproximadamente 60% do orçamento federal era destinado aos gastos militares, o que comprometia substancialmente a capacidade de investimento do Estado mexicano. Tal concentração de recursos em um só setor proporcionava uma profunda escassez de recursos para os demais setores da economia. O Estado mexicano apresentava certa eficácia nas áreas urbanas em um forte contraponto às zonas rurais, onde ainda prevaleciam práticas políticas coloniais e estava contratado quase 80% da população.

Durante os anos que sucederam o seu final, a Revolução Mexicana fora bastante explorada pelos historiadores, tanto por mexicanos como não, que procuram analisar seus atores e suas motivações. A Revolução havia sido comandada pela classe média e mais as classes mais abastadas financeiramente, que em grande parte, havia florescido a sobra do regime de Porfirio Dias¹⁹⁷. A Revolução por si não era homogênea, era, portanto bastante heterogênea em suas origens e motivações.

Por outro lado, a grande massa de trabalhadores urbanos e camponeses eram peças de um joguete praticado pelas camadas dirigentes da sociedade. A grande massa do povo, a parcela da população mais afetada pelas profundas mudanças ocorridas no período de 1870-1910, tinha uma percepção apenas

¹⁹⁶ É famosa a sua frase sobre o papel que os Estados Unidos desempenhavam sobre o México: “tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”.

¹⁹⁷ Ver Meyer Jr. (2002, p.193).

reduzida do que estava em jogo pelo poder político¹⁹⁸. Entretanto, independente do “isolamento” desta parcela sobre as decisões políticas nacionais, não se constituía em um empecilho para que a mesma se revoltasse. Naquele momento, a condição para uma revolução acontecesse no México eram bem claras. Os elementos necessários para um ambiente de convulsão social eram bem claros, onde a existência de uma luta de classes, entre as camadas sociais mais ricas e as camadas sociais mais pobres. A Revolução teve como estopim o processo de sucessão de Porfírio Díaz (1870 a 1911).

As consequências diretas da Revolução Mexicana deixaram grandes marcas na economia e na sociedade do México: a ascensão de uma classe política proveniente do Estado de Sonora e da introdução do nacionalismo econômico. Os anos vinte foram pautados por dois vetores: a reconstrução do país e a consolidação de um Estado moderno. Assim, a construção do Estado Mexicano era condição necessária para a criação de uma nova nação¹⁹⁹.

Nesse processo um Estado capitalista surge no México Pós Revolucionário trazendo consigo novos conflitos, tanto internos como externos. A Igreja, as empresas petrolíferas, as organizações trabalhistas e os interesses do Governo Norte-Americano tornam-se assunto do dia. O Governo mexicano tinha durante a primeira metade da década de vinte duas grandes preocupações. A primeira era evitar uma nova intervenção militar norte-americana no México, da mesma maneira que haviam ocorrido durante a Revolução Mexicana; a segunda preocupação era voltar ao circuito financeiro internacional. Para tanto, fazia-se necessário tentar retomar os pagamentos atrasados, de modo a recuperar o crédito no mercado internacional.

Os anos vinte também marcaram a ascensão no poder de outra classe de dirigentes políticos. Os produtores do Estado de Sonora, mais afinados com os processos modernos de gestão praticados no campo nos Estados Unidos; e, portanto, mais produtivos disseminando as bases para uma agricultura mecanizada e comercial. Para eles, a terra era uma fonte de riqueza a ser explorada, com trabalho e esforço. Tratava-se, portanto, de uma grande mudança na perspectiva sobre a posse da propriedade rural. Essa visão era totalmente contrária a corrente rural tradicional que prevalecia em todo o país. Para os tradicionais proprietários de

¹⁹⁸ Ver Meyer Jr. (2002, p.193).

¹⁹⁹ Ver Calles (apud MEYRE JR, 2002).

terras, a terra e as pessoas a qual a nela estava ligada representavam um símbolo de poder político e status social, onde produzir não era a sua função inicial, mas apenas uma demonstração de poder. Tal crença dos produtores rurais tradicionais tinha um impacto direto na economia, pois cerca de quatro em cada cinco de mexicanos sobreviviam do trabalho no campo.

4.8 NO CAMPO AS COISAS NÃO MUDAM

Ao longo do século XIX, as condições sociais do campo praticamente não sofreram alteração com relação ao período colonial. As estruturas sociais permaneciam as mesmas, com o forte poder da Igreja sobrepujando as estruturas civis da nação. Os camponeses, por lei, eram obrigados a pagar o *dízimo* e a igreja católica controlava praticamente a metade das terras do país. Coexistia no campo, as mais diversas formas de organização. Algumas delas aplicando tecnologias avançadas e outras, reproduzindo técnicas de cultivo que remontam ao período pré-hispânico²⁰⁰.

As zonas rurais a maioria dos camponeses estavam abrigados em *haciendas*, compostas de grandes latifúndios privados e de terras agrícolas com áreas comunitárias. Nas *haciendas*, prevalecia a *peonaje*. Neste sistema, os camponeses frequentemente estavam presos ao proprietário da terra por compromissos financeiros não honrados, e também havia a possibilidade de ser vendidos a outros proprietários que se compromettesse a pagar a sua dívida²⁰¹. Todavia, mesmo que não houvessem contraído nenhuma dívida, isto não significava que os camponeses teriam liberdade para escolher onde trabalhar. Existia uma legislação em vigor que combatia duramente aqueles que eram pegos em situação de vadiagem, tornando assim inseguro para camponês procurar pelo México melhor ocupação²⁰². Outro grupo significativo eram os indígenas das aldeias que possuíam

²⁰⁰ Ver Katz (2001, p.50).

²⁰¹ Ver Bazanta (2001, pp.436-437).

²⁰² Nestas circunstancias era mais seguro estar atrelado a uma propriedade. Todavia, isto não assegurava ao seu proprietário, uma mão de obra mais eficiente, pois também trazia vantagens ao peão, contrair uma dívida com o proprietário da terra e não se esforçar o suficiente no seu trabalho, visto que não seria demitido enquanto não houvesse quitado o seu compromisso. Ver Bazant (2001, p.438).

maior liberdade para trabalhar com relação aos camponeses. Eles podiam, em determinadas épocas do ano, realizar serviços nas *haciendas* mais próximas²⁰³.

Neste ponto, Brasil e México tinham um problema em comum: a grande maioria dos trabalhadores estava presa ao campo, ou por escravidão ou por dívidas com o senhor das terras. As condições para o desenvolvimento econômico eram dificultadas, em decorrência da remuneração pelo trabalho ser escassa, e não haver condições para a expansão de um mercado interno consumidor.

Da mesma forma que em toda a América Latina, o acesso a terra era um problema comum. A questão do direito a propriedade estava associada diretamente ao poder político das oligarquias que estavam no poder. Embora a revolução mexicana tenha se proposto a distribuir terras com os camponeses, este cenário não foi modificado por tal movimento. No México, o acesso a terra estava nas mãos de poucas pessoas, estas controlava o cenário político. Neste universo, possuir grandes propriedades representava um sinal de status e poder econômico. Porém, isto não significava que as propriedades fossem produtivas.

Qualquer análise do setor agrícola mexicano deve levar em consideração uma de suas características mais importantes, que é a sua heterogeneidade. No início do século vinte, havia grande polarização neste setor, onde prevalecia de um lado um modelo agrícola de subsistência ou tradicional, e de outro, um modelo agrícola comercial. No sistema agrícola tradicional, as propriedades eram de pequena extensão, as técnicas de produção eram repassadas de geração para geração entre os camponeses e, o sucesso nas colheitas, dependia da boa vontade da natureza em irrigar suas terras. Como resultado, a produtividade dos camponeses era extremamente baixa. Por outro lado, nas grandes propriedades que praticava a agricultura comercial, as técnicas de produção eram as mais modernas, empregava mão-de-obra assalariadas e usavam da irrigação como elemento de substituição da loteria da natureza.

Estas diferenças também podem ser observadas em termos geográficos, as terras localizadas nas províncias ao norte do México são as que apresentam maiores extensões, melhores técnicas e forte apoio do capital externo, em sua maioria, norte-americano. Por outro, as terras localizadas mais ao sul, apresentam

²⁰³ Ver Bazant (2001, p. 438).

menor dimensão territorial, na agricultura de subsistência e no uso de técnicas tradicionais.

As mudanças ocorridas no marco legal e institucional foram eficazes para retirar o acesso a terra pelos camponeses. As terras comunais, de propriedade indígena foram gradativamente confiscadas em benefícios dos grandes proprietários rurais, que também controlavam o poder político do campo e sustentavam o regime²⁰⁴. Embora esta prática já tivesse iniciado durante a década de 1850, no regime do Porfiriato ela torna-se mais acelerada.

Em 1910, os resultados dessa política conduziram na expansão das terras disponíveis para um a agricultura moderna, convertendo em quase 20% do território nacional em novas terras privadas²⁰⁵. Com o impedimento das comunidades rurais de acesso suas antigas terras comunais, as condições de sobrevivência dos camponeses agravaram-se, tornando-os cada vez mais dependentes dos grandes proprietários rurais, e criando condições para que num futuro próximo estourasse graves conflitos pelo poder da terra nas comunidades rurais²⁰⁶.

4.9 UM BALANÇO GERAL

As transformações econômicas conduziram ao México tornar-se um país fortemente dependente dos interesses estrangeiros, que passaram a controlar os setores importantes da economia, com exceção da agricultura: bancos, mineração, indústria e transportes.

A evolução da indústria ocorreu à custa de uma forte concentração no setor. As principais atividades eram controladas por poucas empresas que praticavam entre si práticas de cartel e formação de preços mais elevados. O processo de acumulação industrial permitiu expandir suas empresas em uma escala sem precedentes. As plantas industriais eram superiores ao que mercado poderia consumir internamente, o que conduzia a produção das empresas estar sempre abaixo da sua capacidade máxima. Contudo, estas modificações não possibilitaram o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital e de produtos intermediários.

²⁰⁴ Desde que provasse a sua propriedade, elas poderiam ser mantidas nas mãos dos indígenas. Todavia, esta realizada era bem rara. Ver Haber (1990b, p.337).

²⁰⁵ Ver Haer (1990b, p.337).

²⁰⁶ A promessa de uma reforma agrária sempre foi lembrada pelos grupos políticos que lutavam durante a Revolução Mexicana.

A indústria mexicana desenvolveu-se aceleradamente em atividades que não havia similar em toda América Latina, tais como a produção de vidro, papel e produtos químicos básicos.

A maioria das reformas econômicas beneficiou um pequeno grupo de pessoas que apoiavam o regime. O nível de corrupção havia chegado a um patamar bastante elevado, onde a prática de dificultar e vender facilidades eram bem comuns.

As transformações que a economia mexicana apresentou nos anos do Porfiriato levaram a profundas contradições, tanto no campo como nas cidades. Nas regiões rurais, coexistia uma nova agricultura moderna intensiva em capital, que adotava modernas técnicas de gestão, e por outro havia fazendas que produzindo de modo similar ao que era produzido desde o período colonial. Os indígenas e trabalhadores rurais e urbanos, foram fortemente coibidos da defesa dos seus interesses. Os povos indígenas gradualmente foram perdendo o acesso a suas terras comunais, em benefício dos grandes proprietários de terras. O sistema da *peonaje* ainda era bastante adotado nas grandes fazendas. Os trabalhadores urbanos eram proibidos de se organizar.

Diante destas contradições surge um México moderno e outro atrasado que produziram um crescimento sem paralelo até aquele momento na história do país, levando a sua inserção no sistema econômico internacional.

CAPÍTULO V – CONCLUSÃO

Entre 1870 e 1913, Brasil, Argentina e México experimentaram um forte crescimento econômico baseado no aumento das suas exportações. O crescimento das exportações ajudou a promover um aumento no poder de compra destas sociedades, induzindo o surgimento de um processo de industrialização retardatária. Nesse sentido, o papel das ferrovias assume importância vital, como instrumento que possibilitou deslocar as fronteiras agrícolas em direção a terras nunca antes empregadas na agricultura de exportação. Neste caso, elas foram essenciais para deslocar a produção do interior para o litoral, e com isso fomentar a integração de um mercado nacional.

Os recursos necessários para esta tarefa foram majoritariamente de fora destes países e sua procedência basicamente de capitais ingleses e, em menor grau dos Estados Unidos²⁰⁷. A forte dependência de capitais externos era consequência das condições dos sistemas financeiros locais, que ainda estavam sendo organizados nestes países. Além disso, maior parte das instituições estava orientada para aplicações comerciais de curto prazo. Assim posto, os bancos locais limitavam suas linhas de crédito disponíveis para as atividades relacionadas à exportação.

Somente, após a década de 1870 é que os capitais externos começam a ingressar de forma substancial na América Latina. Uma forte justificativa estava para este fluxo, na consolidação e pacificação política na maioria dos países. Desse modo, a estabilidade política fomentou o ingresso de recursos nas atividades que apresentavam maior retorno: isto é, nas ligadas à exportação.

O pensamento econômico vigente era baseado em princípios liberais que ao serem aplicados proporcionaram a especialização destas economias, nos moldes da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Nesse sentido a produção de mercadorias, com base nos recursos mais abundantes e baratos fundamentou o processo de expansão das exportações.

O Brasil especializou-se na produção de café, embora também produzisse açúcar, algodão e borracha e outras mercadorias, ele se concentrou justamente no primeiro produto. A economia nacional era de certa forma, quase uma monocultura.

²⁰⁷ Em toda a América Latina, os capitais ingleses eram majoritários, com exceção do México que recebeu capitais norte-americanos.

A Argentina, pelo contrário, caracterizou-se pela diversidade da sua pauta de exportações. Ela especializou-se na produção de gado bovino e ovino e na produção de cereais, onde no começo do século XX, nenhuma mercadoria tinha mais que 25% de participação do total exportado.

As populações destes países cresceram significativamente, passando de vinte milhões de habitantes para cento e vinte dois milhões, entre 1870 e 1913. Nesse período, a população argentina cresceu 326%, a brasileira em 142% e a mexicana em 62%. No caso dos dois primeiros países, esse resultado é atribuído a uma forte corrente migratória proveniente do continente europeu, que foi empregada inicialmente nas lavouras e nos pastos. Todavia, o México não conseguiu atrair o fluxo migratório a sua direção. Ao contrário de Brasil e Argentina, no México não houve problema de escassez de mão-de-obra. Pelo contrário, ela era extremamente abundante e pouco qualificada.

Se por um lado, o trabalho imigrante resolveu a questão da escassez de braços para tocar a expansão das fronteiras agrícolas. Por outro, ajudou a melhorar a qualidade do estoque de capital humano, trazendo de seus países de origem, técnicas e processo de produção. Um bom exemplo disso está no aumento da quantidade das pequenas empresas criadas por imigrantes, que exigia pouco capital e que empregava a tecnologia disponível: tais como: panificação, produtos de higiene, marcenaria, alfaiataria, cervejaria, vinícolas, confecções, calçados, etc.

Enquanto que o Brasil e Argentina se especializaram na produção de produtos agrícolas e pecuários, o México se concentrou na extração mineral. Inicialmente na produção de ouro e prata, atividades iniciadas desde o período colonial. Todavia, em fins do século XIX, outros minérios começam a ser extraídos: petróleo, carvão, ferro e cobre.

O fortalecimento do Estado também contribuiu neste processo, à medida que as fontes de recursos aumentavam, em sua maior parte decorrentes das receitas com o comércio exterior, o poder central consolidava-se aumentando consideravelmente sua atuação, por meio do aumento do seu quadro de funcionários públicos, contribuindo para aumentar o mercado consumidor.

O aumento do mercado consumidor incentivou o surgimento de indústrias para satisfazer a demanda. Em um primeiro momento, os industriais locais eram provenientes de exportadores de matérias primas ou de proprietários de casas de importação e exportação, que conheciam muito bem as necessidades do mercado.

Em seguida, vieram os capitais estrangeiros para os segmentos ligados ao comércio exterior, que proporcionariam um maior retorno econômico. Neste caso, o setor de transportes foi o mais beneficiado, principalmente, nas atividades ferroviárias e portuárias. Também é considerável a contribuição nos setores bancários, seguros e de fretes e nas atividades ligadas a serviços públicos: luz, água, telefone e telégrafo.

A indústria que surge nestes países estava atrelada diretamente aos resultados do setor exportador e ao crescente processo de urbanização que se manifestava. Também deve ser considerada, a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana, que naquele momento estava em processo de formação. Isto demandava um contingente populacional, que consumiria cada vez mais mercadorias e, assim, maior mercado consumidor. Nesse sentido, dos três casos analisados, na Argentina este processo foi mais acentuado.

Os custos de transportar matérias primas para transformar em um produto acabado, constituíram-se em uma forte barreira para a expansão do setor metalúrgico, tanto no Brasil como, na Argentina, visto que, para produção siderúrgica crescer é necessário ter a disposição dois elementos básicos: carvão e minério de ferro. Neste caso, os dois países eram importadores de carvão mineral. Porém, havia uma diferença entre eles, o Brasil dispunha de jazidas de ferro, enquanto que, a Argentina não. Todavia, isto não inviabilizou o desenvolvimento da indústria metal mecânica brasileira, que importava chapas de aço e folhas de flandres para produzir, embalagens, ferramentas, máquinas e equipamentos.

Já no México, isto não foi um empecilho. Neste país se desenvolveu uma forte indústria siderúrgica, em grande parte incentivada por uma decisão do governo dos Estados Unidos em taxar as importações de minerais não tratados. Com este pequeno empurrão do país vizinho, capitais norte-americanos passam a investir no México para produzir aço e ferro para exportação.

A produção de tecidos cresceu fortemente no Brasil e México devido a grande disponibilidade de algodão, ao contrário da Argentina que não produzia esta matéria prima. Embora não se disponha de indicadores de produtividade, é razoável acreditar que a produtividade das fábricas brasileiras e mexicanas estava abaixo das verificadas nos países mais avançados. Um bom indicativo disso era a escala de produção ser inferior à encontrada nestes países e também na escassez de mão-de-obra qualificada.

Em resumo, o crescimento econômico destes países era resultado da expansão dos mercados externos verificados neste período. Seu financiamento se fez por meio de capitais externos. Em outras palavras, era extremamente dependente. Assim, se algum evento externo ocorresse isso poderia ter impactos diretos sobre a economia destes países. O grande problema para os países da América Latina era que suas economias eram bastante vulneráveis a choques externos, em virtude dos investimentos serem em sua maioria de empresas estrangeiras e de investidores estrangeiros. Além disso, suas principais riquezas, as mercadorias de exportação tinham seus preços determinados pelos mercados consumidores. Assim, não havia muita margem para manobra. A forte dependência do capital externo cobraria seu preço, quando depois de deflagrada a Grande Guerra, quando os recursos foram reduzidos. Era o fim de uma bela época.

REFERÊNCIAS

AMSDEN, Alice H. **A ascensão do resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento do Brasil**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BAZANT, Jan. O México da Independência a 1867. In: Bethell, Leslie (org.). **História da América Latina: da independência até 1870**. v.III. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

BERNASCONI, Alicia. Imigrantes Italianos na Argentina (1880-1930). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BETHELL, Leslie. A Grã Bretanha e América Latina, 1830 – 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v. IV. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo. **A construção nacional (1830-1998)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

BULMER-THOMAS, Victor. **La historia económica de América Latina desde la independencia**. 2a. edición. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

BULMER-THOMAS, Victor. **The Economic History of Latin America since independence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CALDERÓN, Francisco. Los ferrocarriles. In Villegas, Daniel Cosío. (coord.). **História moderna de México**. México: Editora Hermes, 1965.

CATÃO, Luis A. V. Mexico and export-led growth: the Porfirian period revisited. **Cambridge Journal of Economics**, v.22, n.59-78, 1998.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

COASTWORH, Jonh H. La historiografia econômica de Mexico. **Revista de historia Economica**, a.VI, n. 2, pp.277-291, 1988.

COASTWORH, Jonh H. **Los orígenes del atraso**. Nueve ensayos de historia económica mexicana en los siglos XVIII y XIX. Cidade do México: Editora Alianza; Editorial Mexicana, 1990.

COASTWORH, Jonh H. Los orígenes del autoritarismo moderno en México. **Foro Internacional**, El Colegio De Mexico, Vol. 16, No. 2 (62), 205-232, outubro-dezembro, 1975.

CORTÉS-CONDE, Roberto. Export-Led Growth. In: Latin America: 1870-1930. **Journal of Latin American Studies**, Supplement, 24: 165-79, 1992.

CORTÉS-CONDE, Roberto. O Crescimento da Economia Argentina, 1870-1914. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

CORTÉS-CONDE, Roberto. The growth of the Argentina economy, 1870-1914. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. v.5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CORTÉS-CONDE, Roberto. Problemas del crecimiento industrial de la Argentina, 1870-1914. Desarrollo Económico. **Revista de Ciencia Sociales**, Buenos Aires, vol. 3, n 1-2, abril-setembro, 1963.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Tradução de Alda Porto. São Paulo: Editora Record, 2002.

DE LA BORDA, Joel Álvares. **Los orígenes de la industria petrolera en México, 1900-1925**. Cidade do México: Editora Petróleos Mexicanos, 2005.

DEAN, Waren. A Economia Brasileira, 1870-1930. In: BETHEL, Leslie. (org.). **História da América Latina**. v.V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

DEAN, Waren. The Brazilian economy, 1870-1930. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. v. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

DEUSTSCH, Ruthanne. **Bridging the archipelago: cities and regional economies in Brazi, 1870-1920**. Tese de doutorado. Yale University, 1994.

DONGHI, Tulio Halperín. A economia e Sociedade na América Espanhola do Pós-Independência. In Bethell, Leslie (org.). **História da América Latina: da independência até 1870**. v.III. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora Edusp, 2001.

DONGHI, Tulio Halperin. Dois séculos de reflexões ente os Estados Unidos e a América Latina. In: FUKUYAMA, Francis (org.). **Ficando para trás: explicando a crescente distância ente América Latina e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.

EDWRDS, Sebastian. **Latin America and the false promise of populism**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2010.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 4.ed. São Paulo: Editora Bretrand, t. 3: O Brasil republicano, v. 1: Estrutura de poder e economia (1889-1930), 2006.

FICKER, Sandra Kuntz. Mercado interno y vinculacion com el exterior: el papel de lós ferrocarriles em La economia del Porfiriato. **Foro Internacional**, El Colegio De Mexico, vol. 45, No. 1, 39-66, jullho-setembro,1995.

FISLOW, Albert. As origens e consequências da substituição de importações no Brasil. São Paulo: IPE/USP: **Estudos Econômicos**, 2(6), 7-75, dezembro, 1973.

FRITCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República. In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana -1889 a 1989**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

FRITSCH, Wilson. Aspectos da política econômica no Brasil, 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo (org.). **Economia brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

FRONTOMS, Grabrel . La economía argentina durante el ciclo de la lana. **Invenio: Revista de investigación académica**, n. 22, pp.61-66, 2009.

FUKUYAMA, Francis. **Falling behind**: explaining the development gap between latin america and the United States. United States: Oxford University Press, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

GALLO, Ezequiel. A Argentina: sociedade e política, 1880 – 1916. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

GALLO, Ezequiel. Argentina: society and politics, 1870-1916. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**.vol. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

GELER, L. El crecimiento industrial argentino hasta 1914 y la teoría del bien primario exportable. México: **El Trimestre Económico**, número 148, XXXVIII (4), outubro-dezembro, p.763-812, 1970.

GLADE, William. Latin America and the international economy, 1870-1914. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

GLADE, Willian. A América Latina e a economia internacional, 1870-1914. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.IV. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

GOLDSMITH, Raymond. 1986. **Brasil 1850-1984**: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. São Paulo: Editora Harper & How do Brasil, 1986.

HABER, Stephen. “La economía mexicana, 1830-1940: obstáculos a la industrialización (I),” **Revista de Historia Económica**, 8, 2: 335-62, 1990a.

HABER, Stephen. “La economía mexicana, 1830-1940: obstáculos a la industrialización (II),” **Revista de Historia Económica**, 8, 2: 335-62, 1990b.

HABER, Stephen. Financial markets and industrial developments. A Comparative Study of Governmental Regulation, Financial Innovation, and Industrial Structure in Brazil and Mexico, 1840-1930." In: Stephen Haber, ed., **How Latin America Fell Behind: essay on the economic history of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford, 1997.

HART-DAVIS, Adam. **The definitive visual guide: from the dawn of civilization to the present day**. Singapore: Editora Dorling Kindersley Limited, 2010.

IBGE. Séries estatísticas retrospectivas. Fundação Instituto de Geografia e Estatística. v.I. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía. **Estadística históricas de México 2009**. México: Colección memoria, 2009.

KATZ, Friedrich. Mexico: restored republic and Porfiriato, 1867–1910. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. v. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

KATZ, Friedrich. O México: A República Restaurada e o Porfiriato: 1876-1910. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

KRAUSE, Enrique. Olhando para eles: uma perspectiva mexicana sobre a lacuna em relação aos Estados Unidos. In: FUKUYAMA, Francis (org.). **Ficando para trás: explicando a crescente distância ente América Latina e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.

LANDES, David David. **The wealth and poverty of nation**. New York: W. W. Norton & Company, 1988.

LEFF, Nathaniel. Economic devolpment in Brazil, 1822-1923. In: Sthephen Harber (org.). **How latim american fell behind: essay on the economic history of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford, 1997.

LENZ, M. H. A incorporação de novos territórios na Argentina no final do século XIX: a Campanha do Deserto e as estradas de ferro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 561-587, 2004.

LENZ, M. H. . Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 15, p. 375-399, 2006.

LENZ, M. H.. Investimento estrangeiro e fluxo imigratório: duas âncoras do crescimento da economia argentina no século XIX. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 7, p. 116-142, 2010.

LENZ, M. H.. O papel de la Conquista del Desierto na construção do Estado argentino no século XIX. **Ensaio FEE**, v. 27, p. 543-559, 2006.

LENZ, Maria Heloisa. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Epoque**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004.

LEWIS, Colin M. A indústria na América Latina antes de 1930. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.IV. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

LEWIS, Colin. Industry in Latin America before 1930. In: BETHEL, Leslie. *The Cambridge History of Latin America*. v.4. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MACLACHLAN, Colin M a BEEZLEY, William. **El Gran Pueblo: a history of greater México**. Estados Unidos da América: Prentice Hall, 1999.

MADDISON, Angus. **The world economy: a millenium perspective**. Paris: OECD, 2001.

MADDSON, Angus. *The world economy. Historical statistics*. Paris: OECD, 2003.

MELLO, Pedro Carvalho; SIENES, Robert W. Análise econômica da escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (org.). **Economia brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MEYER, Jean JR. Mexican: revolution and reconstruction in the 1920s. In BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. vol. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MEYER, Jean JR. O México: revolução e reconstrução nos anos de 1920. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

NOVAES DE ALMEIDA, José Roberto. **Economia monetária**: uma abordagem brasileira. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PALÁEZ, Carlos Manuel. Uma análise econômica da história do café brasileiro. In: NEUHAUS, Paulo (org.). **Economia brasileira**: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PAULO, João Antônio. O processo econômico: a economia brasileira entre 1830 e 1889. In: CARVALHO, José Murilo. **A construção nacional (1830-1998)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PRZERWORSKI, Adam & CURVALE, Caroline. A política explica a lacuna entre os Estados Unidos e América Latina. In: FUKUYAMA, Francis (org.). **Ficando para trás**: explicando a crescente distância entre América Latina e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

REGALSKY, Andrés Martín e SALERNO, Elena. Financiamiento e inversión pública en La Argentina en un periodo de transición, un enfoque general y estudios de caso. **Revista de Historia Económica**, XXVIII, vol. 2, 205-246, outono de 2009.

ROCK, David. A Argentina de 1914 a 1930. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

ROCK, David. Argentina in 1914: the pampas, the interior, Buenos Aires. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. vol. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ROCK, David. Argentina, 1930-1946. In: LYNCH, John Org. **Historia de La Argentina**. Buenos Aires: Editora Crítica, 2002.

ROCK, David. Argentina, de La primera guerra mundial a La revolución de 1930. In: LYNCH, John Org. **Historia de La Argentina**. Buenos Aires: Editora Crítica, 2002.

RUBIO, Maria de Mar. Protectionist but globalised? Latin American custom duties and trade during the pre-1914 belle époque. **Working Paper**, 967, 2006. Disponível em: <<http://www.econ.upf.edu/docs/papers/downloads/967.pdf>>. Acesso em: 2 de março de 2012.

RUBIO, Maria del Mar. Oil and economy in Mexico, 1900-1930s. UPF. **Economics & Business Working Paper**, 690, 2003. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=430983>>. Acesso em: 2 de março de 2012.

RUBIO, Maria del Mar. The role of Mexico in the first oil shortage: 1918-1922, an: **International Perspective** (September 2005). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1001399>> or <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1001399>>. Acesso em: 5 de março de 2012.

SÁNCHEZ- ALBORNOZ, Nicolas. A população na América Latina, 1850-1930. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.IV. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1986.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: FAUSTO, Boris org. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. v.VIII. Tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

SMITH, Robert Freeman. Os Estados Unidos e América Latina. In BETHEL, Lelie (org.). **História da América Latina**. v.IV. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

STEPHEN, H. Haber (1990). La economia mexicana, 1830–1940: obstaculos a la industrializacion (II). **Revista de Historia Económica** (Second Series), 8, 335-362. 1990.

TAYLOR, Alan M. Tres fases del crecimiento económico argentino. **Revista de Historia Económica**, ano XII, outono, n. 3, p. 649-683, 1994.

THORP, Rosemary. A América Latina e a Economia Internacional, da Primeira Guerra Mundial à Grande Depressão. In: BETHEL, Lelie (org.). **História da América Latina**. v.IV. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

THORP, Rosemary. As Economias Latino-Americanas, 1939-1959. In BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina após 1930**. v.VI Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2005.

THORP, Rosemary. Latin America and the international economy from First World War to the World Depression. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. v.4. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

THORP, Rosemary. Latin America economies, 1939-1950. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. v.4. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

TORRE, Juan Carlos e DE RIZ, Liliana. Argentina, 1946-1990. In BETHELL, Leslie Org.. Historia de América Latina: El cono sur desde 1930. Barcelona, Editora Crítica, vol. 15, p. 60-155, 2002.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Tereza. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In VERSIANI, F.; MENDONÇA DE BARROS, R. **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Economia**, 34(1), p. 3-40, jan./mar, 1980.

VILLARROYA, Isabel. La “Belle Époque” de la Economía Argentina, 1870-1913. **Acciones e Investigaciones Sociales**, número 23, p. 115-138, janeiro de 2007.

VILLARROYA, Isabel Sanz. Los Procesos de Convergencia con Australia y Canada: 1875 – 2000. Madrid. Universidad Carlos III. **Documentos de Trabajo** 03-03 (02) – Serie de Historia Económica e Instituciones, Febrero, 2003.

WILLIAMSON, Jeffrey G.; GALVAMARIATO, Aurora Gómez. Was It Prices, Productivity or Policy? The Timing and Pace of Latin American Industrialization after 1870. **NBER Working Paper**, n. 13990, may, 2008.

WOMACK, John. A Revolução Mexicana, 1910-1920. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. v.V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

WOMACK, John. The Mexican revolution, 1910-1920. In: BETHEL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**. v.5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ZINN, Howard. **A people's history of the United States**. Estados Unidos da América: Editora HarperCollins Publishers, 2005.